

Coufas defefas levarem-se a terras de Mouros, faõ; armas offensivas, e defensivas, ferro, polvora, navios, madeira, linho canemo, e artelharã, sob pena de perdimento de seus bens, e de degredo para o Brasil, *liv. 5. tit. 109. (a)*

Coufas de mantimentos se naõ podem levar a terra de Mouros, nem mercadorã, se naõ for para resgatar algum Captivo, mostrando licença d'El-Rey, *ibid. §. 3.*

Coufas descaminhadas de Guiné, e da India, faõ levadas ao Juiz da India, *liv. 5. tit. 106. §. 2. (b)*

Coufas, que se naõ podem levar a Cabo Verde, e Ilha do Fogo, faõ, ferros de azagaya, e outras armas, e ferramentas, sob pena de perdimento de toda sua fazenda, *ibid. §. 4.*

COUTOS naõ podem fazer os Fidalgos, e Prelados em suas Casas, Quintas, e Casaes, *liv. 5. tit. 104. (c)*

Couto naõ val ao que ferir, ou resistir á Justiça, *liv. 5. tit. 123. §. 9. (d)*

Couto naõ val ao culpado em heresia, traição, aleive, sodomia, morte de proposito, moeda falsa, ou falsidade, *ibid.*

Couto naõ val ao que leva mulher a seu marido, e a tem comsigo no couto, *ibid. §. 9.*

COUTADAS sendo as armas, se podem pe-

dir até oito dias, e depois naõ, *liv. 5. tit. 80. §. 6.*

Coutadas em rios, e lagoas de peixes, naõ se podem fazer, *liv. 5. tit. 91. (e)*

Coutadas em montes, de porcos montezes, veados, coelhos, perdizes, patos, e aves, ninguem as póde fazer, *ibid.*

Coutadas nos matos maninhos, e charnecas, por que se defenda cortar lenha, tirar cortiças, arrancar cepas, sem lhe pagar algum tributo, faõ nenhuma; e o Senhor, que as fizer, he suspenso da Jurisdicção, que tiver; e o Official, que o arrecadar, tem pena de dous annos de degredo para Africa, e paga vinte cruzados, *ibid. §. 1. (f)*

Coutada, que os Senhores fazem nos matos, e charnecas, naõ as guardem as Justiças, nem julguem por ellas tributo algum, nem coimas, nem consintaõ fazer penhora por ellas, e alcem as taes coutadas, *ibid. §. 1.*

Coutadas, que algumas pessoas tiverem por Cartas d'El-Rey, se devem guardar, *ibid. §. 2. (g)*

Coutadas de pastos, e lenha, se alguem as tiver, que confrontem com outras herdades, ellas seraõ assi mesmo coutadas para os que as ditas coutadas tem, com as mesmas penas, e com as mesmas coimas, que tem as ditas coutadas, *ibid. §. 2. (h)*

Couta-

(a) Cabed. p. 2. dec. 125., Ægid. in L. Ex hoc jure, p. 1. cap. 7. ex n. 12., Hermosilh. in L. 22. tit. 5. part. 5. glos. 1. & 3., Molin. de Just. & Jur. diff. 343. n. 9., Vaz alleg. 62. n. 8., Gam. dec. 384. Et an minor ætas excuset à pœna hujus Legis? Salced. de Contraband. cap. 26.

(b) Ad hunc §. 2. & seq. tit. 106., ubi agitur de Commisissis in mercibus prohibitis, de quibus etiam in aliquibus §§. sequentium Titulorum, vide optimum Tractatum Salced. de Contraband., Solorzan. in Politic. de Jur. Indiar. lib. 6. cap. 10. pag. 895., Portug. de Donat. tom. 2. cap. 34. De illa verò celebri quæstione, an Fiscus præferatur creditoribus in rebus, seu mercibus incidentibus in Commissum? vide Solorzan., ubi supra vers. Pero nõ puedo, cap. 69., Salgad. in Labyrinth. p. 4. cap. 9.

(c) Vide Calder. tom. 2. dec. 58. & 60., Basilic. dec. 30., Cov. 2. Var. cap. 20. n. 5. in fin., Gutier. in Prax. Crimin. 9. 159. n. 14. Et qua pœna puniantur Clerici receptores latronum, & bannitorum hominum, vide Gom. tom. 3. Var. cap. 3. n. 16., ubi Aylon n. 17., & relatos à Cortiad. tom. 1. dec. 34. n. 99.; & vide Ord. lib. 2. tit. 48.

Et nota, que os Coutos todos estaõ derogados pela Extravagante de 10. de Janeiro de 1692., que traz Guerreir. de Privileg. Familiar. cap. 16. n. 13., e a Ord. liv. 1. tit. 7. Coll. 1. n. 2.: sed vide sequentem Notam Senatoris Oliveira. Note-se, que na Ley novissima passada sobre os Coutos, e Cartas de Seguro, em 10. de Janeiro de 1692., que traz Guerreir. de Privileg. Familiar. cap. 16. n. 13., se diz, que se ha por derogada a Ord. do liv. 2. tit. 48. in princ., e §. ult., o que na dita Ley se escreveo com erro notorio; porque, como della consta, o intento foi derogar os Coutos, em que se acontavaõ os malfeitores, e naõ os da dita Ordenação, que saõ de outra qualidade, em que naõ havia razãõ para se derogarem; e eu o sei de certo,

por ser o que consultei unicamente a S. Magestade a dita Ley, e depois se conformavaõ commigo os mais Ministros; e foi tal o desacordo de hum, que naõ sei, se foi dos consultados, ao qual se commetteo no Desembargo do Paço a feitura da dita Ley, que vendo a Resolução de S. Magestade, que derogava os Coutos, entendeo que tambem comprehendia aquelles da dita Ord. liv. 1. tit. 48., taõ differentes dos outros: e assim nella parte naõ se deve fazer caso desta Ley pelo erro, com que está escripta; e que de toda a contextura della claramente se conhece que naõ reyo, senaõ contra os Coutos dos delinquentes.

(d) Concordat Ord. lib. 5. tit. 49. §. 12.

(e) Portug. de Donat. p. 3. cap. 9. à n. 11., Gabr. Per. de Man. Reg. cap. 37. n. 37., Matth. de Regim. Reg. cap. 5. §. 2., Harppr. in §. Item fera, Instit. de Rev. Division. à n. 15., Lagun. de Fruct. p. 1. cap. 12., Cortiad. dec. 227. ex n. 9., Almeid. alleg. 19., apud quos agitur de quæstione, an quilibet possit in propriis prædiis venationem prohibere? Arouc. in L. 2. §. 1. ff. de Rev. divis. n. 15.; vide etiam Valasc. de Jur. emphyr. q. 8. à n. 43., Cald. de Empt. cap. 21. n. 11.

(f) Vide latè Larream alleg. fiscal. 110., Portug. de Donat. p. 3. cap. 9. ex n. 74., quem omninò vide usque ad fin., præcipuè circa pascendi libertatem, tam in fundis publicis, quàm privatis: de quo etiam plura, seu omnia apud Cortiad. p. 4. dec. 212. ex n. 2., Lagun. de Fructib. p. 1. cap. 7., Balmaced. de Collect. q. 124., Berlich. part. 2. conclus. 49.

(g) Vide plenissimè Harppr. in §. Item fera, Instit. de Rev. Division.; vide etiam o Regimento das Coutadas d'El-Rey apud Peg. ad Ordin. lib. 3. tit. 5. in princ. ex n. 73. tom. 13.

(h) Vide Cabed. dec. 151. n. 9., Molin. de Just. & Jur. tract. 2. diff. 58. sub n. 7. versic. Item ibidem.

(a) Naõ

Coutadas, o que as tiver, não póde entrar na coutada, e pasto, e rocio do Concelho, posto que com elle não confronte, álias paga a pena ao Concelho, que elle podia levar na sua coutada, *liv. 5. tit. 91. §. 3. (a)*

Coutada, quem a quebrar, póde ser demandado pela pena della, até tres mezes, do dia, que assi a quebrar; salvo, se nas coutadas d'El-Rey está outra cousa ordenado, *ibid. §. 4. (b)*

CONCUBINATO, para pertencer o conhecimento ao Ecclesiastico, ha de ser público, *liv. 2. tit. 9. (c)*

Concubinato he *mixti fori*, *liv. 2. tit. 9. (d)*

CR

**C**REDOR póde demandar o possuidor da cousa, que lhe era antes obrigada, para que ou lhe pague a divida, porque lhe foi obrigada, ou lhe largue, e entregue a dita cousa, *liv. 4. tit. 3. (e)*

Crédor póde prender a seu devedor, quando se for fugindo, ou quizer fugir, *liv. 4. tit. 76. §. 3. (f)*

Crédor deve fazer primeiro execucao no principal devedor, e seu Fiador, que demande o possuidor da cousa, que lhe era obrigada, *liv. 4. tit. 3. (g)*

Crédor póde demandar o possuidor da cousa obrigada até dez, e vinte annos, se teve titulo, álias trinta annos, *ibid. §. 1. (h)*

Crédor, que primeiro fez arrematacao por auctoridade de Justiça com Taballiao em lugar costumado, e não veyo outro crédor, que lhe embargasse sua divida, e pagamento, logo seja pago della, *liv. 4. tit. 6. §. 2. (i)*

Crédor, que primeiro fizer penhora, prefere a outros créditos, *liv. 3. tit. 91. (k)*

Crédor daquelle, que se finou sem herdeiro, póde requerer, que o metao em posse de seus bens; ou que se entreguem a pessoa fiel, que os guarde, e aproveite, de modo que se não percao, nem damnifiquem, *liv. 3. tit. 18. §. 9. (l)*

Crédor tomará sempre os penhores, que o devedor condemnado lhe dér, vendo que bastao para pagamento da divida, *liv. 3. tit. 86. §. 7. (m)*

Cré-

(a) Não procede nos que tem Coutadas por Privilegios incluidos in corpore juris, como são os dos Desembargadores; Cabed. p. 1. dec. 151. n. 9., & dec. 213. num. 9.

(b) Vide bonam declarationem apud Bovadilh. in Politic. lib. 5. cap. 2. n. 14.

(c) Gabr. Per. de Man. Reg. cap. 53. n. 11. & 34. Et vide notata supra verb. Casos mixti fori são, quando se procede contra públicos adulteros, barraqueiros, concubinarios, &c.

(d) Vide in loco citato supra proximè.

(e) Valasc. de Jur. emphyt. q. 32. n. 13., Gam. dec. 319., Cald. de Empt. cap. 27. n. 79., Faria ad Cov. lib. 1. cap. 8. n. 3.; & neque pro melioramentis illam retinere debet emptor, sed potest offerre ejus æstimationem de tempore, quo ad illum pervenit; Salgad. in Labyrinth. p. 1. cap. 11. ex n. 88.

(f) Desumitur ex L. Ait Pretor, §. Si debitorem, ff. Qui in fraud. credit., & vide Berlich. p. 2. concl. 27. n. 29., Moraes de Execut. lib. 1. cap. 4. §. 2. vers. Hoc tamen fallit. Et potest quis alii cedere jus capiendi debitorem; Phæb. 1. p. arst. 84. in fin.

(g) Auth. Hoc si debitor, Cod. de Pignorib., Cald. de Empt. cap. 31. n. 11., Olea de C. ff. jur. tit. 1. q. 1. n. 64., latissimè Negufant. de Pignorib. membr. 1. octava partis ex n. 11. Limita tamen in censu, pro quo absque executione potest tertius possessor recta via conveniri; Pereir. dec. 66., Vela Dissertat. 34. n. 13.

(h) Joseph Vela Dissert. 34. à n. 7., Barbof. ad L. 3. n. 187. Cod. de Præscript. 30. vel 40. amor., Altimar de Nullitat. contract. tom. 7. q. 43. n. 180., Gam. dec. 99. n. 1. & 4., Gabr. Per. dec. 63., Valasc. conf. 49., Phæb. p. 1. arst. 42. Et an hæc præscriptio currat à die possessionis, seu potius à die factæ executionis? Merlin. de Pignorib. lib. 5. tit. 1. q. 22. à n. 1., Vela Dissert. 34. n. 75., Gam. d. dec. 99. n. 5., Negufant. de Pignor. membr. 2. sexta partis, n. 4., Pinel. in Auth. Nisi, n. 5. Cod. de Bon. mat. Et de præscriptione actionis, quæ pro censu competit adversus tertium possessorem, vide optimè Velam Dis-

sert. 34. à n. 70. cum seqq., Pinheir. de Cens. disp. 1. à n. 236., Scop. ad Gratian. observ. 15. à n. 17., Urceol. For. cap. 34., Conciol. alleg. 3. n. 16. & 17.

(i) Covas Practic. quest. cap. 29., Gom. 2. Var. cap. 2. n. 20., Valasc. de Jur. emphyt. q. 14. n. 7. cum seqq.

(k) De materia vide Mend. à Castr. p. 1. lib. 3. cap. 21. ex n. 58., & p. 2. lib. 3. cap. 21. ex n. 164., Gabr. Per. dec. 16., & dec. 107., Egid. in L. Ex hoc jure, p. 2. cap. 1. ex n. 19. cum seqq., Peg. For. cap. 5. n. 11. & 12., Arouc. alleg. 97. & 111., Guerreir. de Muner. Judic. Orphan. tract. 1. lib. 4. cap. 12. ex n. 42., idem Arouc. in L. In multis, 9. ff. de Stat. homin. n. 106., latè Reynof. observ. 61., ubi n. 22. hanc legem dicit maximè increpari à doctissimis Senatoribus, & ibi fatetur se nulla alia Lege Regia adeo torqueri, & cruciari, & præstat rationem dubitandi; vide etiam Molin. de Just. & jur. disp. 566. n. 17., Cald. de Empt. cap. 4. n. 17. Et procedit etiam dispositio hujus legis contra creditorem fiscalem; Phæb. p. 2. arst. 46. & Egid. in L. Ex hoc jure, p. 2. cap. 1. num. 21. & 22., Reynof. Observ. 61. num. 53., Mend. in Prax. part. 1. lib. 3. cap. 21. n. 71. Limita tamen, quòd non procedit contra funeris impensas; Arouc. in L. 9. ff. de Stat. homin. n. 91., & n. 106., Mend. in Prax. p. 1. lib. 3. cap. 21. n. 78.

Et an procedat circa dotem? vide Reynof. Observ. 61. num. 59., Mend. in Prax. p. 1. lib. 3. cap. 21. n. 66. Sed in favorem dotis, ut non obstante hujus Legis dispositione, mulier prælationis habeat privilegium, quamvis alius creditor prius per sententiam pignorationem fecisset, bis fuit judicatum in causa de Maria da Fonseca, com o Doutor Domingos Lobo da Silva, & iterum in causa ejusdem com os créditos de seu marido; e estaõ os processos no Cartorio de Manoel Soares Ribeiro, ut not. ut hinc Senator Oliveira. Sed cogita, quia Legis generalitas obstare videtur.

(l) Vide Ord. lib. 3. tit. 15. in fin. princip.

(m) Vide Gam. dec. 199. n. 1., Moraes de Execut. lib. 6. cap. 12. à n. 12., Sylv. tom. 3. ad Ord. in Comment. ad hunc §. ex n. 5.

Crédor, que fez primeiro execução no devedor, se prefere a outro, que primeiro houver sentença, *liv. 3. tit. 91. §. 1. (a)*

Crédor, que primeiro fez execução, prefere aos mais antigos crédores, assi nas acções reaes, como pessoas, *liv. 3. tit. 91. (b)*

Crédor, que houve sentença primeiro que outro, e não fez execução por algum impedimento, prefere aos outros, *liv. 3. tit. 91. (c)*

Crédor primeiro, e mais antigo, não prefere ao crédor posterior, que houve sentença, e fez penhora, e os bens do devedor foraõ já vendidos, *ibid.*

Crédor, que primeiro houve sentença, e fez penhora, entaõ he preferido, se demandou o devedor em presença daquelle, que diz, e allega, que a sua divida deve preceder, e elle nunca o contradisse por si, nem por outrem, *ibid.*

Crédor, que não era no Lugar, nem teve razãõ de saber, quando o outro crédor demandava sua divida, se he primeiro, e precede, haverá primeiro pagamento, não havendo outros bens, posto que o preço fosse já entregue a outro crédor, *ibid.*

Crédor, se foi presente, e contradisse a de-

manda do outro crédor, e protestou perante o Juiz de haver sua divida primeiro, e o devedor não tiver outros bens, haverá primeiro seu pagamento, posto que o preço fosse já entregue a outros, *ibid. (d)*

Crédor, que primeiro houve sentença, e he primeiro em tempo, se teve algum legitimo e taõ urgente impedimento, por que não pode executar sua sentença, precede ao primeiro, que fez execução, *ibid. §. 1.*

Crédor primeiro em tempo da obrigação, e da sentença, se provar impedimento, que teve a não fazer a execução ao tempo, que devia, precede ao primeiro executante, ainda no preço, que houve pelos bens arrematados, *ibid.*

Crédor daquelle, que quebrou, ainda que haja primeiro sentença, e faça execução primeiro, não lhe aproveita para preceder aos mais, se a fizer dentro de hum mez, que o devedor quebrou; e sómente se tem respeito á precedencia, segundo for a quantidade da obrigação, *ibid. §. 2. (e)*

Crédor, que deve preceder, tendo o devedor outros bens, haverá por elles seu pagamento, e não pelos bens, em que outro crédor fez primeiro penhora, *liv. 3. tit. 91. (f)*

Cré-

(a) Gabr. Per. dec. 7. per tot., & dec. 16. 23. 39. 44. 70. & 107., & omnino Arouc. alleg. 97. per tot., Moraes de Execut. lib. 6. cap. 9. à n. 83.: si autem non præcedat sententia, sed executivè procedatur virtute privilegii, prout est in debitis fiscalibus, non habet locum hæc Ordinatio; Ægid. in L. Ex hoc jure, p. 2. cap. 1. n. 21.; sed contrarium vide apud Berlich. p. 1. concl. 68. n. 8., Arouc. in L. Nulla, 25. ff. de Legibus, ubi de pignoratione pro mercede domus conductæ. Nec etiam habet locum, quando condemnatio fit per præceptum de solvendo ex partis confessione; Mend. in Prax. p. 1. lib. 3. cap. 21. num. 63., Gabr. Per. decis. 44. n. 3., Salgad. in Labyrinth. credit. p. 3. cap. 13. à n. 13.: quod limita ex eodem Salgad. n. 25., quando confessio aliis adminiculis adjuvatur, Gam. dec. 226.; & vide Ord. lib. 3. tit. 66. §. 9., Arouc. alleg. 111. n. 10., Addition. ad Reynof. Observ. 61. ad n. 15. vers. Adverte etiam.

Et utrum Fiscus præferatur cæteris creditoribus pro pena delicti, vel quasi consequenda? explicat Salgad. in Labyrinth. p. 1. cap. 7. à n. 1. cum seqq., Carleval de Judic. tit. 2. disp. 1. à n. 13.; & vide Forale Basilicæ, vulgõ o Foral de Alfandega, ubi agitur de executione, & de præferentia circa redditus illius. Et si dubites, an ex hac Lege judicari debeant præferentia inter Fiscum, & alios creditores, consule Ægid. in L. Ex hoc jure, p. 2. cap. 1. à n. 22.

Et an privilegium Legis Si qui mihi, 28. ff. de Jur. Fisc. ad dotem extendendum sit? disputant relati ab Olea de Cess. jur. tit. 3. q. 7. n. 7., Percir. de Castr. dec. 39. n. 3. & 5., Larrea dec. 85. n. 6., Guerreir. de Inventar. lib. 4. cap. 12. n. 72., & sub n. 87., Arouc. ad L. 6. n. 6. ff. de Just. & Jur., & ad L. 25. n. 8. ff. de Legibus, ubi reperies argumentum, ex quo evincitur contra Ægid. loc. sup. cit., quod licet Fiscus absque sententia procedat, præferendus est posterioribus, qui ex sententia pignorationem fecerunt: & vide Petr. Barbof. relatum à Reynof. Observ. 61. n. 53.,

ubi Addit., Carleval de Judic. tit. 2. disp. 1. n. 32., Amaya ad L. 1. n. 10. Cod. de Exaforit. tit. 19.

(b) Vide Reynof. Observ. 61. n. 27., & seqq., Guerreir. de Inventar. lib. 4. cap. 12. n. 133. & 134.

(c) Gabr. Per. dec. 23. n. 8., Ægid. in L. Ex hoc jure, p. 2. cap. 1. n. 19. ff. de Just. & Jur., Reynof. Observ. 61. n. 23. 48. & 49., & de hac & sequentibus conclusionibus vide Doctores supra citatos, qui omninõ materiam hujus Legis pertractant.

(d) Hanc protestationem dicit Mend. à Castr. p. 1. lib. 3. cap. 21. n. 60. debere fieri, præsentem partem, cujus sententiam sequitur Barbof. ad hanc Ord. §. 1. n. 3.; sed ex jure videtur contrarium; quia hæc Ordinatio solum requirit, quod fiat coram Judice, nec aliud requirunt DD. Molin. de Just. & Jur. disp. 536. n. 39. & 44., Reynof. Observ. 61. n. 23. & 49., Gabr. Per. dec. 6. n. 4., & dec. 16. n. 6.; & vide ad materiam Phæb. p. 2. dec. 146. n. 11., & dec. 147. n. 14., Peg. For. cap. 14. n. 2., Sabell. verb. Protestatio, n. 4.

(e) Hæc dispositio procedit tantummodo in mercatoribus, & negotiatoribus, non verò in aliis debitoribus; Phæb. p. 2. arest. 24., Ord. lib. 5. tit. 66., Guerreir. de Inventar. lib. 4. cap. 12. n. 24.; & de vera hujus §. intelligentia vide Arouc. alleg. 28. à n. 17., & alleg. 29., & ad L. 30. ff. de Legibus, n. 2., Thom. Vaz alleg. 13. n. 207. Ad verba: Dentro de hum mez: nota, quod hæc computatio fiet in forma Ord. lib. 3. tit. 13., Arouc. d. alleg. 28. n. 2., Guerreir. d. cap. 12. n. 131.

(f) Carleval de Judic. tit. 3. disp. 31. ex n. 1., Valasc. de Partit. cap. 23. n. 19., Mend. in Prax. p. 1. lib. 3. cap. 21. n. 59. versic. Ceterum, Posth. de Subast. inspect. 19. n. 43., & in addit. n. 8.: quod amplia, si debitor habeat idoneum fidejussorem, Mend. ubi supr., Percir. dec. 23. n. 6., Valasc. conf. 13. n. 2., Petr. Barb. in L. Si constante, in princ. n. 108. ff. de Solut. matr.

(a) Vide

Crédor não póde penhorar por si seu devedor, posto que assi estivesse entre elles acordado no contrato, salvo achando o penhor desembargado sem alguma contra-dição, *liv. 4. tit. 57. (a)*

Crédor poderá fazer recommendar na cadêa o seu devedor, estando justamente preso; e justificará a divida por testemunhas dentro em dous dias preemtoriamente, *liv. 4. tit. 77. (b)*

Crédor, que póde vender os penhores por convenção da parte, se o devedor lhe offerecer a paga, e protestar, e o Crédor os vender depois do dito protesto, tudo será tornado ao primeiro estado, *liv. 3. tit. 78. §. 7. (c)*

Crédores daquelle, que faz cessão de bens, devem ser citados, *liv. 4. tit. 74. §. 1. (d)*

Crédor daquelle, a quem os outros dão espaço, o póde contradizer, por ser funda-

do em algum engano, ou malicia, *ibid. §. 3.*

Crédores, sendo muitos a dar espaço ao devedor, e outros não, estar-se-ha por aquella parte, a que for mais devido, *ibid. (e)*

Crédores não podem penhorar seus devedores sem mandado de Justiça, ainda que tenhaõ sentença, *liv. 4. tit. 57. §. 1. (f)*

CRIAÇÃO do filho orfaõ he obrigada a fazer a mãy até tres annos cumpridos, de leite sómente, *liv. 1. tit. 88. §. 10. (g)*

Criação do filho orfaõ póde pedir a mãy até o tempo, que o orfaõ tem idade, em que possa merecer alguma cousa por seu serviço, *ibid. (h)*

Criação, que a mãy fez no filho além do leite, a póde pedir, sem protestar, se era sua Tutora, ou Curadora, *liv. 4. tit. 99. §. 3. (i)*

Cria-

(a) Vide Valasc. *conf. 173. n. 20. cum seqq.*, Cald. *de Emption. cap. 25. n. 34.*, & *For. lib. 1. q. 8. n. 2.*, Moraes *de Execut. lib. 1. cap. 4. cas. 16.*, Covas *lib. 3. Var. cap. 8.*, Barbof. *in L. Aliam, §. Eleganter, ff. de Solut. matrim. num. 47.* Et de hoc pacto ingrediendi possessionem auctoritate propria vide Antonel. *de Loc. legal. lib. 3. cap. 18. ex num. 13.*

(b) Vide Berlich. *p. 2. concl. 28. n. 93.* Ad verba: *Estando justamente preso; quid si injuste captus fuerit?* Phæb. *p. 1. arest. 134.*, & *p. 2. arest. 178. ad med.*, Mend. *in Prax. p. 2. lib. 5. cap. 1. n. 9.*, Fragof. *de Regim. Reip. p. 1. lib. 5. disp. 13. n. 415.*, Cabed. *p. 1. dec. 56. n. 1. in fin.*, Salgad. *de Reg. protect. p. 2. cap. 4. n. 128.*, Carleval *de Judic. tit. 2. disp. 8. n. 6.*, Peg. *ad Ord. lib. 1. tit. 24. §. 45. sub n. 2.* Et nota, quod carceratus in custodiam non potest recommendari; Phæb. *part. 1. arest. 152.*, & *p. 2. arest. 51.*, & *arest. 109.*

Et an captus pro debito civili possit recommendari pro delicto? vide ad declarationem sequentem Notam Senatoris Oliveira. *Captus pro debito civili, quamvis injuste, potest pro delicto recommendari, sibi enim imputet, porque se não tinha segurado pelo crime; e assim se entendo esta Ordenação, e se julgou em causa grave, sendo do mesmo parecer, quasi todos os votos da Mesa; & facit Favinae. de Carcerib. q. 27. n. 152. & 153.*, porque esta Ley, em quanto requer, que a prisão seja justa, falla só no embargo da divida civil. Ad verba: *Dentro em dous dias preemtoriamente*: vide Reynof. *Obsev. 57. num. 24.*, Moraes *de Execut. lib. 1. cap. 4. §. 2. num. 39.*

(c) De ejusmodi pacto vide Merlin. *de Pignor. lib. 4. q. 119.*, Moraes *de Execut. lib. 1. cap. 4. cas. 17.*

(d) Vide Gratian. *For. cap. 486. à n. 13.*, Salgad. *in Labyrinth. cred. p. 1. cap. 3. n. 1.*, & *cap. 4. n. 10.*, Altimar *de Nullit. contract. tom. 7. rubr. 1. p. 5. q. 47. n. 888.*, Guerreir. *de Inventar. lib. 4. cap. 11. n. 45.*

(e) Mend. *in Prax. p. 2. lib. 3. cap. 22. ex n. 62.*, Molin. *de Just. & Jur. disp. 572. n. 11.* An similiter si maior pars creditorum consentiat in remissione debiti, teneatur minor pars consentire, est materia Text. *in L. Juris gentium, 7. §. fin. cum Legib. sequent. ff. de Pact.*, de quo vide omninò Strach. *de Decoctor. p. 6. per tot.*, Molin. *d. disp. 572. n. 12.*, Merlin. *de Pignorib. lib. 4. tit. 5. q. 136.*, Rodrig. *de Concurf. credit. p. 1. in initio ex n. 31.*, super quo vide etiam Ord. *lib. 3. tit. 78. §. 8.*

Ad verba, *ibi: A que mais for devido*: Intellige, verè, & non per simulatas decocti confessiones, ut per

Gratian. *For. cap. 222. n. 21.*, Salgad. *cum aliis, in Labyrint. p. 3. cap. 13. n. 18. 19. & 20.*, & *p. 2. cap. 30. n. 77.* Sed cui incumbat onus probandi veritatem debiti, ad hoc ut induciæ à creditoribus concedantur, vide Strach. *de Decoctor. p. 6. n. 10.*, ubi assertit competere minori creditorum parti, recusanti compromissum subscribere; sed ipsi debitori incumbere, censet Salgad. *in Labyrinth. d. n. 77.*, Mello *de Induc. debit. q. 11. n. 7.*

(f) Vide Merlin. *de Pignor. lib. 4. tit. 4. q. 121.*, Cald. *For. lib. 1. q. 8. à n. 2.*, & *q. 21. n. 28.*, Ægid. *in L. Ex hoc jure, p. 2. cap. 13. claus. 6. n. 3. in fin.*

(g) Latè de materia hujus §. cum seqq., quæ ad educationem pupillorum attinet, vide Valeron *de Transact. tit. 3. q. 1. ex n. 16.*, Boff. *de Effect. matrim. cap. 10. ex n. 103.*, Fragof. *de Regim. Reip. p. 1. disp. 15. ex n. 14.*; & circa eorum alimenta, vide Ord. *lib. 4. tit. 99. §. 3.*, Carvalh. *in cap. Raynaldus, de Testament. p. 4. cap. 1. n. 283.*, Valasc. *conf. 92.*, Cabed. *p. 1. dec. 99. à n. 9.*, Covas *de Sponsal. p. 2. cap. 8. §. 6. n. 13.*

Et de matris obligatione lactandi filios intra triennium, vide Ord. *lib. 4. tit. 99. in princ.*, Ægid. *in L. Ex hoc jure, p. 1. in initio, n. 34. & 35.*, Carranç. *de Part. cap. 3. §. 4. ex n. 25.*, Themud. *dec. 32.*, Castilh. *lib. 6. cap. 137. n. 6.*, & *de Aliment. cap. 36. §. 1. n. 63.*, ubi Paul. Mel. à *n. 7.*, Sabel. *in Sum. §. Alimenta, n. 34. vers. Quod infra, & in §. Mater, n. 21. vers. Quod teneatur*, Harppr. *ad Princ. Instit. de Jur. natural. à n. 8.*

(h) Intellige usque ad septem annos; *argum. Text. in L. Caterum, ff. de Revendic.*, Ord. *lib. 1. hocmet Tit. §. 13.*, Cabed. *p. 1. dec. 162. num. 5.*, Gam. *dec. 216.*, Carvalh. *in cap. Raynaldus, p. 4. cap. 1. n. 283.*, & vide Ord. *lib. 4. tit. 31. §. 8.*

(i) Quia mater non tenetur alimenta præstare filiis, qui legitimam patris habent, ex qua ali possint; *L. Alimenta, Cod. de Negot. gest. L. Neque mater, Cod. de Jur. dot.*, Surd. *de Aliment. tit. 1. quest. 103. n. 2.*, & *quest. 100.*, Carvalh. *in cap. Raynaldus, p. 4. cap. 1. n. 283.*, Valasc. *conf. 92. n. 9.*, qui secus dicit, si non habeant. Et quamvis de suo expendat præstando filiis alimenta, præsumitur præstasse animo repetendi, & non donandi; Boff. *de Aliment. cap. 16. §. 6. n. 915.* cum multis ab eo relatis, Surd. *de Aliment. tit. 6. q. 8. n. 46. 47. & 53.*, & *q. 9. n. 8.*, & *q. 12. n. 18.*, & *q. 14. n. 10. & 12.*, & *q. 15. n. 2.*, Gratian. *For. cap. 374. n. 17.*, August. Barbof. *ad Text. in L. Alimenta, n. 10. Cod. de Negot. gest.*, & *ad Text. in L. Quod plerique, n. 4. Cod. de Alim. pupill. præstand.*

Criação do filho he obrigada a mãy a pagar, naõ tendo o pay bens para isso, *liv. 4. tit. 99. §. 2. (a)*  
 Criação do filho orfaõ, se a mãy he nobre, se comette a ama, que o crie de leite á custa de seus bens, *liv. 1. tit. 88. §. 10. (b)*  
 Criação faz a mãy do filho á sua custa, naõ tendo elle bens, até que haja idade, que possá merecer soldada, *ibid. §. 10.*  
 Criação do filho orfaõ, que naõ he de legitimo matrimonio, primeiro he á custa do pay; e naõ tendo elle por onde os criar, se fará á custa da mãy, *ibid. §. 11. (c)*  
 Criação dos orfaõs filhos de Religiosos, ou de mulheres casadas, he á custa dos Hospitales; e naõ os havendo no Lugar, he á custa das rendas do Concelho; e naõ o tendo o Concelho, se lança finta, *ibid. (d)*  
 Criação, que alguem fez ao orfaõ, sem levar preço por isso, o poderá ter outro tanto tempo de graça, *ibid. §. 12. (e)*  
 CRIADO deve servir a seu senhor em todo o ministerio, que lhe mandar, *liv. 4. tit. 31. §. 12. in fin.*  
 Criado que vive com alguem a bem fazer,

e delle tiver recebido pelote, e capa, ou coufa, que o valha, naõ se póde partir delle sem sua licença, até que o sirva hum anno; e de outra maneira será preso até que pague em dobro o que levou, *liv. 4. tit. 30. (f)*  
 Criado d'El-Rey he preferido a outro na data dos Officios de Justiça, e Fazenda, que El-Rey dér, *liv. 1. tit. 96. §. 2., e 3. (g)*  
 Criado, que casa, ou dorme com parenta, criada, ou escrava do Senhor, com quem vive, tem pena de morte, *liv. 5. tit. 24. (h)*  
 Criado, que dorme com a mulher, filha, ou irmãa de seu Senhor, ou fere, ou mata, ou lhe faz algum grande furto, ou roubo, comette delicto de aleivofia, *liv. 5. tit. 37. (i)*  
 Criado, que mata a seu senhor, além da pena corporal, saõ seus bens confiscados, posto que o condemnado tenha filhos, ou outros descendentes, ou ascendentes, *ibid. §. 2. (k)*  
 Criado, a quem lança o senhor de casa, que tinha por soldada, antes que acabe seu tempo, lhe paga toda a soldada, *liv. 4. tit. 34. (l)*

Cria-

(a) Vide Molin. de Just. & Jur. tract. 2. disp. 168. versic. In defectu, Surd. de Alim. tit. 6. quest. 6., Themud. decis. 32. Et ex hac Lege inferitur, quod spurii debentur alimenta; de quo vide Themud. p. 1. dec. 36., Ægid. in L. Ex hoc jure, p. 1. in initio, ex n. 31., Carranc. de Part. cap. 3. §. 4. ex n. 53. & 56., Gom. in L. 9. Taur. à n. 38.; & omnia de alimentis, quæ filiis spurii debentur tam à patre, quam à matre, vide ultra DD. citatos, Mostaz. de Caus. piis, lib. 8. cap. 11., Pinheir. de Testam. disp. 5. §. 1. sect. 1. per tot., Guerreir. de Divis. tract. 2. lib. 1. cap. 6. ex n. 130. Et an potius mater, seu pater spurios alere teneatur? vide Themud. dec. 37., Valasc. conf. 92. n. ultim.

(b) Molin. d. disp. 168. versic. Mater, Valasc. conf. 92. n. 4., Ægid. in L. Ex hoc jure, p. 1. in initio, n. 35., Ord. lib. 4. tit. 99. in princ.

(c) Vide Ægid. in L. Ex hoc jure, in initio, n. 35., Gam. dec. 304., concordat Ord. lib. 4. tit. 99. §. 2. Et si mater etiam fuerit pauper, obligatur frater, Valasc. conf. 92. n. 9., explicat latè Pegas in Commentar. ad hunc §. cap. univ. à n. 17.

(d) An pater, aut mater filium exponens, teneatur Hospitali restituere expensas? vide Molin. de Just. & Jur. tract. 3. disp. 103. Et de Expositorum materia, vide Carranc. de Partu cap. 4., Boff. de Alim. cap. 9., Mostaz. de Caus. piis, lib. 4. cap. 11. à n. 50., Guerreir. de Divis. lib. 1. cap. 7. Et an ad honores admittantur, quando requiritur puritas sanguinis, vide infra verb. Engeitados.

Ad verb.: Filhos de Religiosos: An sicut filii Religiosorum debent ali expensis Hospitalium, quin eorum Monasteria teneantur ad has expensas, ita filii servorum debeant eodem modo ali, quin eorum Domini possint compelli ad easdem expensas satisfaciendas? affirmativè judicatum fuit, quod, scilicet, non teneretur Dominus alere filium servi habitum in muliere libera; in quodam processu Alcobatiæ inter partes Franciscus Rodrigues Vargas, & Decuriones ejusdem oppidi, scriba Julius Fulcus anno 1643., ut notat hic Senator Themudo.

(e) Vide quæ Gam. dec. 216. & 360., & ibi Flor.,

Ord. lib. 4. tit. 31. §. 8., Carvalh. de Testament. p. 4. cap. 1. num. 283.

(f) Fragos. de Regim. Reipubl. p. 3. disp. 22. §. 5. n. 111., Molin. de Just. & Jur. tract. 2. disp. 505. n. 3., P. Rebell. de Oblig. Just. p. 2. lib. 14. quest. 13., Flores de Men. Var. lib. 1. q. 8. à n. 15.

(g) Notat hic Senator Themud. Intelligere, se elles concurverem ao tempo de o pedir: secus se o pedirem, estando já outro provido; porque neste caso naõ o póde tirar quem o proveo, e ha de ser ouvido. Ita judicavimus. Et vide Phæb. dec. 14. n. 11. versic. Quod maxime.

(h) Vide Phæb. dec. 49., Boff. de Matrimon. cap. 11. ex n. 248., Matth. de Re criminal. controv. 51. à n. 11. & 55. à n. 11., Gutierr. Practic. lib. 2. q. 5., Farinac. in Prax. crimin. q. 147. n. 18. Quid autem in casu contrario hujus Legis, scilicet, si Domina cum servo concubuerit? vide Text. in L. unic. Cod. de Muliere, que se propr. serv. junx.; de quo Matth. de Regim. Regn. cap. 8. §. 8. n. 159., sed melius Ægid. de Honest. artic. 10. n. 1. & 2.

Et nota ad hanc Legem, quod si Dominus famulum puniverit, non potest eum accusare, ad hoc ut pena hujus Legis infligatur in eum; Phæb. p. 1. dec. 49. n. 1. Nota etiam, quod dispositio hujus Legis respectu famuli non debet extendi ad Operarios, seu Artifices, qui in domo pro mercede, seu stipendio laborant; idem Phæb. d. dec. 49., Barbof. in Additam. ad hunc lib. n. 34.

(i) Vide supra verb. Aleivofia he huma maldade, &c.

(k) A palavra Senhor neste §. he o que vulgarmente se chama Amo, a quem matar o criado, que com elle vivia; e naõ se entende do Escravo, de que trata a Ord. no liv. 5. tit. 41., ut notat hic Senator Oliveira.

(l) Vide Souf. in §. Actionum, p. 4. cap. 2. à n. 14., Britt. in cap. Propter, de Locat. à n. 54., Lagun. de Fruct. p. 1. cap. 25. §. unic. ex n. 120., Arouc. in L. 1. §. 1. ff. de His, qui sunt sui, vel alien. jur. n. 117., Flor. 1. Var. q. 8. §. 7. n. 18., Molin. de Just. tract. 2. disp. 506. lib. 4., Guerreir. de Dation. Tutor. & Curator. lib. 5. cap. 12. n. 57., Rebell. de Obligation. Justit. p. 2. lib. 14. q. 13.

Quid si calore iracundiæ eum expellat? vide Scobar

Criado, que recebe casamento, ou acostamento de hum, e quer viver com outrem, he preso, e paga o dobro do que tiver recebido, *liv. 4. tit. 30. §. 3.*

Criado, que se vai de seu Senhor, antes que acabe o tempo do serviço, sem culpa do Senhor, deve-lhe tornar a soldada, se já a tiver recebido, e mais servirá de graça todo o tempo, que lhe faltava por servir, *liv. 4. tit. 34. (a)*

Criado de Fidalgo, ou Alcaide mór do Lugar não pôde nelle ter Officio de Taballiaõ do Judicial, *liv. 1. tit. 79. §. 41.*

Criado, a quem se dá reçaõ de comer a dinheiro secco, não o poderá pedir, senão até dez dias depois de sahido, *liv. 4. tit. 32. §. fin.*

Criado de Cortezaõ não pôde viver com outro sem sua licença, *liv. 4. tit. 30. §. 2.*

Criado, ou caseiro com huma testemunha pôde incoimar, *liv. 1. tit. 66. §. 27.*

Criado, a quem o amo fere, não tem pena, *liv. 5. tit. 36. §. fin.*

Criado, que fez escripto assignado por elle, ou por terceira pessoa, com huma testemunha de paga de soldada faz próva, posto que seja de mór quantia, *liv. 4. tit. 33. §. 1.*

Criado, que demanda soldada depois de morto o senhor, e passados alguns annos, se presume contra elle, *liv. 4. tit. 32. §. 1. (b)*

Criado, que vive por soldada, não a pôde demandar senão até tres annos, *ibid. (c)*

Criado, que estiver com o amo aos mezes, não pôde pedir soldada de algum mez, que haja servido, passados tres mezes, depois que sahir de casa; porque depois do dito tempo se presume que está pago, *ibid. §. 1. (d)*

Criado, que recebe d'El-Rey algum Officio, ou renda por contemplação de seu amo, a valia deve descontar na fatisfaçaõ, e paga do serviço, *liv. 4. tit. 31. §. 10. (e)*

Criado desconta na soldada o legado, que seu amo lhe deixou simplesmente, *ibid. §. 11. (f)*

Cria-

*bar de Ratiocin. cap. 27. n. 19. & 20., Cur. Philipic. p. 2. lib. 3. cap. 4. à n. 30., Flor. Var. lib. 1. q. 8. §. 2. n. 21., Lagun. de Finc. p. 1. cap. 25. §. unic. n. 123.*

Intellige, hanc Legem procedere, si dominus famulum ejiciat sine causa; tunc enim solum tenetur ad præstandum salarium, si famulus alio domino non servierit, à quo tantumdem recipiat; Britt. in cap. Propter, de Locat. n. 53. & 31., Guerreir. d. cap. 12. n. 56.

(a) Hæc Lex procedit solum, ubi datur tempus certum ad serviendum, ut notat Britt. in cap. Propter, de Locat. n. 53., Guerreir. de Dation. Tutor., & Curator. lib. 5. cap. 12. n. 55. Ad verba: *Sem culpa do Senhor*: secus erit, si detur justa causa, puta, culpa domini plus justo facientis in ipsum famulum; Britt. d. cap. Propter, de Locat. d. n. 53., & vide Gutierr. de Tutel. p. 3. cap. 14. n. 28., Guerreir. d. n. 55.

(b) Cabed. p. 1. dec. 167. n. 6. & 7., Parex. de Instrum. edit. tit. 5. resol. 6. à n. 1., & vide Cyriac. Contr. 280., Rocc. Select. tom. 2. cap. 115. n. 4., Maced. dec. 34. n. 8., Peg. de Actiõ., & Obligat. cap. 28. n. 676., qui omnes fatentur, præsumi factam solutionem, quando debitor post mortem debitoris eam petere distulit.

(c) De materia hujus Legis, vide Britt. ad Rubr. de Locat. p. 1. §. 4. à n. 23., Amayam in L. 6. Cod. de Jur. Fisc. n. 20., Costam de Privileg. credit. in præfat. ad regl. 1. n. 85., Fermosin. in cap. 1. de Præscript. q. 4., & in cap. Illud, 8. q. 4. à n. 3., Andreol. Controv. 245., Cresp. tom. 2. Observ. 44., Covas in Regul. Possessor. de Regul. jur. p. 2. §. 11. à n. 2., & seqq., Guerreir. de Dation. Tutor., & Curator. lib. 5. cap. 12. n. 67., Giurb. dec. 13., Caldas in L. Si curatorem, verb. Sua facilitate, n. 77., Valasc. conf. 125., Gratian. dec. 53., & ibi Scopa à n. 12., Molin. de Just. & Jur. tract. 2. disp. 67. De justitia hujus Legis dubitat Gam. dec. 334., P. Rebell. de Oblig. Just. p. 2. lib. 14. q. 13. n. 12.

Et nota, quod hæc exceptio transacti triennii debet opponi; aliàs dominus venit condemnandus, non obstante ejusmodi lapsu; Giurb. d. dec. 13., Hodiern. ad Surd. dec. 24. n. 4., Lanfranc. de Sallar. q. 105. n. 43., Guerreir. d. cap. 12. n. 73., Sylva ad hanc Ord. in princ. n. 45.

Limita dispositionem hujus Legis, si famulus habeat apud se rem domini, quia tunc videtur loco pignoris rem habere; Lanfranc. sup. ex n. 38., Fermosin. in cap. Illud, de Præscript. quest. 4. ex num. 3., Guerreir.

*d. cap. 12. num. 81., Sylva ad hanc Ord. in princ. num. 29. Et quid in salario Capellani? Pereir. decis. 46. Et an hæc Lex faveat etiam Clericis? vide Oliv. de For. Eccles. p. 1. q. 33., Sylvam ubi sup. n. 57. Et nota, quod hujus triennii lapsus procedit etiam cum scientia dominorum, ex iis, quos refert, & sequitur Carvalh. in cap. Raynaldus, p. 2. n. 460., sed vide Barbof. in L. Sicut, Cod. de Præscript. à n. 31., Britt. ad rubr. de Locat. p. 1. §. 4. n. 40.*

Et an dispositio hujus Legis procedat per viam præsumptionis; nempe, quod fuerit salarium à famulo remissum, vel ipsi solum, seu per viam præscriptionis? vide Britt. ad rubr. de Locat. p. 1. §. 4. n. 23., & latius à n. 37., Guerreir. de Dat. Tutor., & Curat. d. cap. 12. n. 74., qui tenent procedere per viam præscriptionis cum aliis, quos citat Sylva ad Ord. lib. 4. hoc tit. 32. in princ. n. 2., ubi in n. 3. alios refert asserentes procedere per viam præsumptionis; & in numeris sequentibus doctissimè explicat nostram conclusionem, concordando istas opiniones ex n. 8.

Nota etiam, quod ad interrumpendam hanc præscriptionem sufficit extrajudicialis petitio; Gutierr. de Juram. confirmat. p. 3. cap. 1. n. 24., Flores Var. q. 8. §. 1. n. 63., & §. 2. n. 41., Guerreir. d. cap. 12. n. 79., Sylva ad hunc tit. 32. ad princ. n. 21.

(d) Vide Gam. dec. 334. n. 7., Valasc. conf. 125., Britt. ad rubr. de Locat. §. 4. à n. 46., Guerreir. de Numer. Judic. Orphan. tract. 3. lib. 5. cap. 12. à n. 67.

(e) Cabed. d. dec. 167. n. 3. & 4.

(f) De materia hujus Text., vide latè Covas in cap. Officii, n. 2. de Testam., Gom. 2. Var. cap. 12. n. 27., Barbof. in L. Si cum dotem, §. Si pater, à n. 7. ff. de Solut. matrim. Cald. For. lib. 1. q. 16., Molin. de Just. & Jur. tract. 2. disp. 200. n. 16., Gratian. For. cap. 134. à n. 16., Gutierr. de Tutel. p. 3. cap. 5. à n. 2., Castilh. de Usufruct. cap. 46. à n. 6., qui omnes distinguunt inter debitum ex causa necessaria, & ex causa voluntaria, ut primo casu teneatur creditor compensare legatum cum debito, non sic in secundo; Maced. dec. 23. & 25. Et si quis famulo, qui ei servit, donationem, aut dotem fecerit, magis videtur compensandi animo dedisse, quàm donandi; Cabed. 1. p. dec. 117. Et vide etiam de materia Reynos. Observ. 27. n. 13., Altimar de Nullit. tom. 7. q. 47. à n. 214., qui n. 222., plures laudat.

(a) Vide

Criado, que foi tomado em nome de feitor, ou negociador de demandas, posto que o occupe seu amo em arrecadar suas rendas, nem por isso haja o salario accrescentado, *liv. 4. tit. 31. §. 12.*

Criados de Fidalgos, que privilegios tem, vide verb. *Caseros de Fidalgos.*

Criados de Desembargadores, vide verb. *Caseros dos mesmos.*

CRIAR deve a mãy a seu filho até tres annos á sua custa a seu peito; e se he nobre, não está obrigada, *liv. 1. tit. 88. §. 10. (a)*

Criar deve a mãy o filho tres annos de leite, e o pay da outra despesa, sendo separado o matrimonio sem morte de algum delles, *liv. 4. tit. 99.*

Criar devem o pay, e mãy o filho de legitimo matrimonio ás suas despesas, *ibid.*

Criar deve a mãy o filho espurio, ou natural, tres annos de leite, e o pay da outra despesa, *liv. 4. tit. 99. §. 1. (b)*

Criar Taballiaes só pertence a El-Rey, e não a outrem, *liv. 2. tit. 45. §. 15. (c)*

CRIME de heresia pertence o conhecimento delle, principalmente aos Juizes Ecclesiasticos, *liv. 5. tit. 1. in princ. (d)*

Crime de heresia, quem o cometter além da pena corporal, que lhe for dada, feraõ seus bens confiscados, *ibid. (e)*

Crime de Lesa-Magestade he a traição commettida contra a pessoa d'El-Rey, ou seu Estado Real, e he comparada á lepra, *liv. 5. tit. 6. (f)*

Crime de Lesa-Magestade he tratar a morte do seu Rey, ou da Rainha, ou de algum de seus filhos legitimos, *ibid. §. 1. (g)*

Crime

(a) Vide verb. *Criação de filho orfão, &c.*

(b) Vide Valasc. *conf. 92. n. 12.*, Gam. *dec. 201. 204. & 225.*, Barbof. *in L. 1. p. 4. à n. 65. ff. de Solut. matr.*, Cabed. *p. 1. dec. 148.*, Gomes *in L. 9. Taut. à n. 37.*, Covas *de Sponsal. p. 2. cap. 8. §. 6.* Et vide omnia de alimentis, quæ spuris danda sunt, tam à patre, quam à matre, per Themud. *dec. 36. & 37.*, Ægid. *in L. Ex hoc jure, p. 1. in initio ex n. 31.*, Tondut. *Resolut. civil. cap. 146.*, Carranc. *de Partu, cap. 3. §. 4. ex n. 53. & 56.*, Giurb. *Observ. 41.*, Mostaz. *de Caus. piis, lib. 8. cap. 11.*, Pinheir. *de Testam. disp. 5. §. 1. sect. 4. per tot.*, Bosl. *de Alim. cap. 6. ex n. 115. ad n. 278.*, Guerreir. *de Divis. lib. 1. cap. 6. ex n. 130.*

(c) Concordat §. 25. hujusmodi Tit., & *lib. 2. tit. 26. §. 1.*, Gabr. *Per. de Man. Reg. cap. 37.* Et an Princeps creare valeat nova Officia, si jam creatis præjudicium inferat? vide Larream *alleg. Fiscal. 119.*, Portug. *de Donat. tom. 1. p. 2. cap. 13. à n. 9.*: quod tamen mihi videtur expressè decisum in *Ord. lib. 1. tit. 58. §. 3. circa fin.*

Et an, creatis de novo Officiis in Terris Donatariorum, competat provisio ipsis Donatariis, vel potius Regi? vide Portug. *d. cap. 13. à n. 5.*, Barbof. *in L. 1. ff. de Leg. 1. p. 2. cap. 16.*

Et ad hanc Legem notat Senator Oliveira. *Vt huma sentença dada no anno de 1600. a favor da Camara de Santarem, em que se julgou que a data dos Officios de novo criados pertence aos Donatarios, vide Peg. ad Ord. lib. 2. tit. 28. in Rubr. n. 52., e neste §. traz Pegas a sentença de Santarem.*

Sed aliud notat Senator Themudo, ibi: *Creando El-Rey de novo algum Officio em Terra de Donatario, pertence a El-Rey a primeira data, quando creou o Officio; e a segunda, e as mais pertencem ao Donatario, Barbof. in L. Divortio, §. Quod in anno, n. 16. vers. Et ex his, & n. 17. & ita millies judicavimus in Judicio Coronæ. Et vide Castilh. lib. 7. Controv. cap. 14. n. 26.*, Cabed. *2. p. dec. 22.*, ubi quid de Officio subrogato, Arouc. *alleg. 84. à n. 6.*, Bovadilh. *in Polit. p. 1. cap. 3.*, & etiam vide verb. *Corregedor da Comarca suspendido o Taballião, &c.*

(d) Vide Bovadilh. *in Politic. lib. 2. cap. 17. à n. 70.*, Salgad. *de Supplic. ad Sanctissim. p. 2. cap. 33. à n. 55.*, Farinac. *de Hæres. q. 186.*, August. Barbof. *ad Text. in cap. Postulasti, 14. de For. compet. n. 3.*, Gabr. *Per. de Man. Reg. cap. 62. n. 23.*, Oliv. *de For. Eccles. p. 2. q. 13. à n. 1.*, Molin. *de Just. & Jur. tom. 6. tract. 5. disp. 28. n. 13. & 14.*, Cortiad. *tom. 1. dec. 30. n. 24.*, Sabell. *in Sum. §. Hæresis, n. 11.*

(e) Vide supr. notata verb. *Confiscação se faz nos bens dos culpados pelo crime de heresia, &c.* Et nota, quod pœna corporalis, quæ in hæreticos ex generali consuetudine infligitur, est combustio cadaverum eorum in igne, postquam prius strangulantur, nisi pertinaces

sint; quia tunc vivi comburendi sunt; Gom. *tom. 3. Var. cap. 2. n. 1.*, Covas *lib. 2. Var. cap. 10. n. 10.*, August. Barbof. *ad Text. in cap. Excommunicamus, 15. de Hæretic. n. 4.*, ubi multos citat; Sabell. *in Sum. §. Hæresis, n. 9.*, Oliv. *de For. Eccles. p. 2. q. 12. n. 13.*, latè Guttierr. *in Prax. crimin. q. 33. à n. 38.*, & seqq.

(f) Farinac. *in Prax. crimin. q. 112. cum seqq.*, Harppr. *in §. Publica autem, Institut. de Public. Judic.*, Cabed. *p. 2. dec. 82.*, Gom. *3. Var. cap. 2. à n. 6.*, Cortiad. *dec. 94.*, Peg. *tom. 6. ad Ord. lib. 1. tit. 74. §. 4. n. 8.*

Clerici verò crimen Læsæ-Majestatis committentes, quomodo, & à quo JUDGE puniantur? vide Themud. *p. 2. dec. 106.*, Delben. *de Immunitat. Eccles. cap. 6. dubit. 4. num. 6.*, Harppr. *in §. Publica autem, Institut. de Public. Judic. n. 37. & 38.*, Castr. *alleg. 9. n. 17.*, Pereir. *de Man. Reg. cap. 26. num. 20.*, Cortiad. *dec. 94. n. 112.*, & seqq., Fermosin. *in cap. Cum non ab homine, quest. 20. de Judic.*

(g) Vide Farinac. *in Prax. crimin. q. 112. n. 19.*, & *q. 113. n. 42.*, Gom. *lib. 2. Var. cap. 2. n. 6.*, Molin. *de Just. & Jur. tract. 2. disp. 658. n. 3.*, Clarum *in §. Læsæ-Majestatis ex n. 22.* quod amplia in offendente Regem ex particulari odio, sive ex privata inimicitia, vel etiam pro sui defensione, quod explicat Molin. *de Justit. & Jur. tom. 4. tract. 3. disp. 14.*, & cum multis Cortiad. *tom. 2. dec. 94. n. 15. & 16.*, Basilic. *dec. 9.* Et extendit penam hujus Legis ad eum, qui occidit Proregem, Legatum seu Consiliarium Principis; Basilic. *d. dec. 9.*, Gom. *tom. 3. Var. cap. 2. n. 6. vers. Item etiam, Farinac. d. q. 112. à n. 136.*, Gratian. *For. cap. 54. n. 7.*, Hermosilh. *ad L. 2. glos. 3. tit. 4. part. 5.*

Quid autem, si ex odio particulari, & non officii ratione interfectus fuerit? vide Basilic. *d. dec. 9.*, Gratian. *d. cap. 54. n. 7.*, Hermosilh. *d. glos. 3.*, Farinac. *d. q. 112. n. 57. & 74.*, & *q. 117. n. 37.*, cum multis Cortiad. *dec. 94. n. 32.* Affectus autem, seu conatus in hoc crimine quomodo puniatur, vide per Andreol. *Controv. vers. 345.*, Molin. *de Just. & Jur. disp. 658. n. 3.*

Ad verba: *Do seu Rey*: Ex hoc inferitur, quòd, ut quis dicatur Reus criminis Læsæ-Majestatis, requiritur, quòd sit subditus Principis ratione originis; si enim non sit ei subditus ratione originis, vel domicilii, non dicitur committere crimen Læsæ-Majestatis; Gom. *lib. 2. Var. d. cap. 2. n. 10.*, Cyriac. *Controv. 13. n. 57.*, Farinac. *d. q. 112. ex n. 240.*, Barbof. *in L. Hæres absens, §. Proinde, artic. de foro originis, n. 7.*, Molin. *d. disp. 658. n. 1. versic. Item ut aliquis.*

Ex quo dubitari potest, an Clericus, qui per Sacras Ordines egreditur jurisdictionem Principis, Reipublicæque secularis, committat crimen Læsæ-Majestatis in suum

Crime de Lesa-Magestade he levantar-se com o Castello, ou Fortaleza d'El-Rey, naõ a querendo entregar; ou deixa-la perder por sua culpa, *liv. 5. tit. 6. §. 2. (a)*  
 Crime de Lesa-Magestade he passar-se para o campo inimigo, contra o Reyno, em tempo de guerra, *ibid. §. 3. (b)*  
 Crime de Lesa-Magestade he dar conselho aos inimigos d'El-Rey por carta, em seu desserviço, ou de seu Real Estado, *ibid. §. 4. (c)*  
 Crime de Lesa-Magestade he fazer confederação contra o Rey, e seu Estado, ou tratar de se levantar contra elle, ou dar para isso conselho, ajuda, e favor, *ibid. §. 5. (d)*  
 Crime de Lesa-Magestade he tirar da prisão ao culpado em crime de traição contra El-Rey, ou dar ajuda para isso, ou para que fuja, *ibid. §. 6. (e)*  
 Crime de Lesa-Magestade he matar, ou fe-

rir em presença d'El-Rey alguma pessoa, que estiver em sua companhia, *ibid. §. 7. (f)*

Crime de Lesa-Magestade he quebrar, ou derribar a imagem, ou armas d'El-Rey em desprezo delle, *ibid. §. 8. (g)*

Crime de Lesa-Magestade, quem o cometer tem pena de morte cruel, e de confiscação de todos os seus bens para a Corõa, *ibid. §. 9. (h)*

Crime de Lesa-Magestade, o culpado nelle fallecendo, antes de ser preso, ou accusado, se póde inquirir contra elle depois da sua morte, para que seja sua memoria damnada, e seus bens confiscados para a Corõa, *ibid. §. 11. (i)*

Crime de Lesa-Magestade, se o confederado o revelar depois d'El-Rey o saber, naõ ferá relevado da pena; mas ferá havido por cometedor do tal delicto, *ibid. §. 12. (k)*

Cri-

suum Principem? affirmativè resolvit Molin. *d. disp. 658. sub n. 1.*, Gabr. Per. *de Man. Reg. cap. 26. n. 20.*, & multi relati à Cortiad. *tom. 1. dec. 34. à n. 112.*, ubi in *n. 113.* inquirit, an à Judice seculari puniri possit, & an degradandus sit realiter, tradendusque Curie seculari? Cabed. *p. 2. dec. 83.*

Ad verba: *Ou da Rainha, ou de algum de seus filhos legitimis*: vide omninò Cortiad. *dec. 94. n. 17. 18. & 19.*, Molin. *d. disp. 658. n. 6. & 16.*

(a) Vide Molin. *de Just. & Jur. tract. 2. disp. 658. num. 10. vers. Quintus*, Matth. *de Re crimin. contrav. 77. à num. 24.*, Cabed. *p. 2. dec. 82. num. 6.*, August. Barbof. *lib. 2. Vor. 61.*, Solorzan. *in integra Juris allegatione contra Praefectum D. Joannem de Benavides*, ubi omnia ad punctum mirabiliter congescit; consonat Ord. *lib. 1. tit. 74. in prin.*

(b) Vide Molin. *de Just. & Jur. disp. 658. n. 10.*, Farinac. *in Prax. crimin. q. 113. n. 12.*, Decian. *tract. Criminal. lib. 7. cap. 14.*, & *cap. 15. à n. 13.*, August. Barbof. *Vat. 126. n. 174.* Et an dispositioni hujus Legis subjiciantur etiam Exploratores, qui secreta hostibus nuntiant, seu revelant? vide Cortiad. *tom. 4. dec. 277. n. 80.*, qui, ut solet, plures congerit DD. Et an gaudeant Ecclesiastica immunitate? negativè resolvit cum multis idem Cortiad. *tom. 2. dec. 94. n. 6. & 11.*

(c) Vide Farinac. *in Prax. crimin. q. 113. n. 19. 24. & 25.*, Decian. *in Tract. crimin. lib. 7. cap. 34.*, Molin. *de Just. & Jur. tract. 2. disp. 658. num. 3. vers. Est verò observandum.*

(d) Vide Molin. *de Just. & Jur. tract. 2. disp. 658. n. 10. & 11.* Et quòd hoc delictum probetur testibus singularibus, dicit Calder. *dec. 50. n. 16. vers. E' ita est certum.* Et quando sufficiant indicia ad pœnam ordinariam, vide Larream *alleg. 66.*

(e) Vide Farinac. *in Prax. crimin. q. 113. à n. 258.*, Gom. *lib. 3. Var. cap. 2. n. 7.*, & ibi Aylon *n. 8.*, qui plures refert, Molin. *de Just. & Jur. tract. 2. disp. 658. sub n. 10. vers. Undecimus.*

(f) Plura de materia vide apud Basilic. *decif. 14. per tot.*

(g) Vide Farinac. *in Prax. crimin. q. 113. n. 49.*, Villos. *de Fugitiv. disert. 6. §. 8.*, Decian. *Tract. crimin. lib. 7. cap. 51.*, Molin. *de Just. & Jur. disp. 658. sub n. 10. vers. Decimus tertius*, Cortiad. *dec. 94. n. 11.*

(h) Vide Gom. *tom. 3. Var. cap. 2. n. 11.*, Gratian.

*For. cap. 54. n. 13.*, Bovadilh. *in Polit. lib. 3. cap. 2. n. 29.*, Molin. *de Just. & Jur. tract. 2. disp. 658. n. 11.*; multos alios ad materiam citant Farinac. *in Prax. crimin. p. 4. q. 116. à n. 2.*, Cortiad. *dec. 94. n. 51.*

Item domus horum delinquentium debere à culmine prosterni, & solo æquari, saleque aspergi, dicunt Bajard. *ad Clar. §. Lesa-Majestatis, n. 25.*, Parlador. *Rev. quotidian. lib. 1. cap. 11.*, Lara *de Anniversar. lib. 2. cap. 4. n. 125.*, Guerreir. *de Drif. lib. 6. cap. 7. n. 21. & 22.* Et de ratione, cur sal seminetur super domos delinquentium, vide Gratian. *For. cap. 179.*

Ad verba: *E confiscação de todos seus bens para a Corõa*: vide supra notata verbo: *Confiscação se faz nos bens dos culpados pelo crime de heresia, &c.*

(i) Vide Gom. *tom. 3. Var. cap. 2. n. 12.*, Peregrin. *de Jur. Fisc. lib. 4. tit. 5. n. 19.*, Farinac. *in Prax. q. 10. n. 42. & seq.*, & *in tract. de Heres. q. 197. ex n. 86.*, Molin. *de Just. & Jur. tract. 2. disp. 658. n. 14.*; & vide supra notata verb. *Confiscação se faz nos bens do traidor à Corõa, aindaque morto, antes de ser preso, &c.* Et filii istorum damnatorum fiunt insuccessibiles, infames, & inhabiles ad honores & officia publica; Gom. *ubi sup. n. 13.*, & ibi Aylon *n. 14.*, latissimè Conciol. *in Resol. crimin. univ. verb. Lesa Majestatis crimeu, ex n. 1.*, ubi per varias ampliationes & limitationes totam materiam illustrat. Non tamen potest imponi pœna mortis, seu alia corporalis, filiis aut descendentibus, propter hoc vel aliud crimen; solum enim Deus ejusmodi pœnis potest in filiis punire delicta parentum: Marques *in Governat. Christ. lib. 1. cap. 32. §. 2.*, Covas *Var. lib. 2. cap. 8. à n. 1. vers. Secunda.*, latè Portug. *de Donat. p. 2. cap. 29. à n. 124.*

(k) Vide Larream *alleg. Fiscal. 65.*, ubi latissimè, & in *n. 4. & 6.* dicit plectendum esse pœna criminis Lesa-Majestatis, qui sciens conjurationem contra Regem eam non manifestat; de quo etiam vide Gom. *tom. 3. Var. cap. 2. n. 8.*, ubi Aylon *n. 9.* qui plures alios citat; Molin. *de Just. & Jur. disp. 658. sub n. 3. vers. Lege sexta.*, Harppr. *in §. Publica autem judicia, 3. Instit. de Public. Judic. n. 52.*; quod tamen intellige, si ille, qui conspiracyonem sciverit, eam probare potuerit; si enim probare illam non possit, non tenetur revelare; Basilic. *dec. 6. à n. 19.* Cyriac. *controv. 171. n. 31.*, Gabr. Per. *de Man. Reg. cap. 10. n. 43.*, Molin. *d. disp. 658. sub n. 3.*, Flor. *de Mena lib. 1. Var. q. 18. per tot.*; sed contrarium sequitur Larrea *d. allegat. 65. num. 58. & num. 75.*

(a) Vide



Crimes de Lésa-Magestade da segunda cabeça são, tirar preso, que vai a justicar; matar, ou dar ajuda para fugirem os Arrefens; quebrar cadêa da Corte para tirar o preso condemnado, ou confesso; matar seu inimigo estando preso, ou a algum Julgador; faltar com a obediencia ao Ministro, que leva Ordens d'El-Rey; não desistir do cargo para entrar aquelle, que leva Provisão d'El-Rey, *ibid.* §. 22. *usque ad 27.* (a)

Crime de moeda falsa, quem o cometer,

(a) Vide omnia, quæ notantur verb. *Confiscação se faz ao que tirar o preso, que levarem a justicar, &c.* cum seqq.

(b) De hoc crimine falsæ monetæ vide Harppr. in §. Item Lex Cornelia, 7. *Instit. de Public. Judic. ex n. 45.*, Portug. de Donat. tom. 1. p. 2. cap. 25. à n. 51., Matth. de Re crimin. Controv. 44., Conciol. Consil. 3., Calder. dec. 10., Clar. in §. Falsum, n. 37. & 38., Molin. de Just. & Jur. disp. 702., Thom. Vaz alleg. 13. num. 38., Gom. in L. 83. Taur. num. 3., Cortiad. tom. 2. dec. 87., plures alios citat Peg. tom. 2. ad Ord. lib. 1. tit. 3. gl. 58. num. 2. Et qui falsam monetam cudit, dicitur crimen Læsæ-Majestatis committere; Molin. de Just. & Jur. tract. 2. disp. 658. sub num. 10. versic. Quartum decimum., & disp. 702. sub num. 5. versic. Lex 5., Portug. de Donation. p. 2. cap. 25. num. 80., Cortiad. d. dec. 87. num. 12. Cætera vide verb. *Confiscação se faz nos bens dos que fabricão moeda falsa, &c.*

(c) De hoc crimine vide Portug. de Donat. part. 2. cap. 25. ex n. 58., Matth. de Re crimin. Controv. 47., Calder. dec. 10. n. 22., & ex n. 26., Molin. de Just. & Jur. tract. 2. disp. 702. n. 8., Cortiad. tom. 2. dec. 87. n. 28., ubi dicit procedere pœnam hujus criminis non solum in tondente, seu radente monetam cum ferro, sed etiam cum aceto, seu aqua forti: sed non procedere in radente in modica quantitate; quia non pœna ordinaria puniri debet, sed extraordinaria, Judicis arbitrio; & ibi citat multos, refertque decisum.

Et nota, quod in hac Lege diversimodè accipitur crimen tondentis, seu radentis monetam. & crimen fabricantis monetam; pœnæ enim, quibus jubentur plecti, distinguunt qualitatem maleficii; ita ut, licet crimen fabricantis monetam effecit casus inquisitionis ex Ord. lib. 1. tit. 65. §. 31., attamen non poterat inquiri de crimine tondentis, seu radentis monetam, ut dicit Leit. de Jur. Lusit. tract. 3. q. 3. n. 18.; sed per Legem Extravag. latam die 17. Octobris anno 1685. jussu fuit, quod unum, & aliud crimen æquiparentur, & delinquentes in uno, vel altero, eodem flagitio puniantur: quod etiam extat dispositum in alia Extravag. lata die 9. Augusti anno 1686., quæ sunt in Ord. lib. 5. tit. 12. Coll. 1. n. 1. & 2.

Et cum in Domo Supplicationis dubitaretur, an illa Lex æquaret crimina non solum in pœna, sed etiam in illorum probatione, dissoluta fuit dubitatio per Regium Decretum, quod est in lib. 10. Dom. Supplicat. pag. 294. versic., statuens, quod in omnibus æqualiter hæc crimina judicassent; & tenor Decreti talis est. „ Por me ser presente, que na Casa da Supplicação veyo em dúvida, „ se a Ley, que se publicou em 17. de Outubro de „ 1685., na qual se declarava, que todas as peçoas comprehendidas no crime de cercearem qualquer especie „ de dinheiro, que corre neste Reyno, além das penas „ impostas pela Ordenação a este delicto, incorraõ em „ todas as da moeda falsa, se devia entender sómente a „ respeito das penas, e não das prôvas; Sou servido declarar, que a dita Ley se deve entender, e praticar, „ igualando-se em tudo o crime de cerceyo ao da moeda „ falsa, assim para as penas, como para as prôvas; „ porque sem differença alguma quero que o delicto

fazendo-a, ou dando para isso ajuda, e favor, ou o não descobrir sabendo-o, morra morte natural de fogo; e seus bens sejaõ confiscados, *liv. 5. tit. 12. in princip.* (b)

Crime de cercear moeda tem pena de morte natural, e de confiscação de bens, se o cerceo, ou diminuição da moeda for da quantia de mil reis, *ibid.* §. 4. (c)

Crime de sodomia, quem o cometer será queimado, e lhe seraõ confiscados seus bens; e ficarão inhabeis, e infames seus filhos, e netos, *liv. 5. tit. 13. in princ.* (d)

Crime

„ do cerceyo seja havido por o de moeda falsa: e que „ todas as Ordenações, Leys, e Regimentos, que fallão em moeda falsa, se entendaõ, e pratiquem no do cerceyo; com declaração que, em quanto a necessidade pública pede, que corra a moeda nacional, que está cerceada, se não procederá contra quem usar della, até que se lhe dê nova fórma. O Regedor da Justiça o tenha assim entendido, e fará que se execute, „ inviolavelmente. Lisboa, 9. de Novembro de 1687. Com Rubrica de Sua Magestade.

Et vide ad punctum sequentem Notam Senatoris Oliveira: Os crimes de fabricar, e de cercear moeda são diversos: donde veyo disputar-se ultimamente, Se o privilegio do foro competente aos Soldados, o qual no caso de moeda falsa lhes está tirado no §. 31. do Regimento, (está na Ordenação no fim da Coll. 3. do Liv. 5.) se se havia de entender tirado não sómente no caso de moeda falsa, em que falla, mas tambem no do cerceyo, em que não falla? e chegou a dúvida a quatorze Juizes; mas venceu-se que lhe valia o privilegio; porque o dito Regimento fallando em moeda falsa, não se devia estender ao cerceyo; e assim se achou que o resolveu Leit. de Inquist. q. 3. n. 48. Porém depois deste caso veyo a Ley Extravagante, que igualou em tudo o crime do cerceyo e moeda falsa.

Et nota, quod in hoc crimine non conceditur securitas, ut resolutum extat per Regium Decretum, quod est in Lib. 10. Dom. Supplic. fol. 298., cujus tenor ita est: „ Por ser conveniente á boa administração da Justiça, „ que no prejudicial delicto do cerceyo da moeda se castiguem os delinquentes com toda a severidade, e „ que não andem soltos depois de conhecido e se- rem culpados, com escandalo da República, a quem „ taõ gravemente tem offendido, por se livrarem com „ cartas de seguro: Hey por bem que de hoje em diante se não possaõ passar neste crime; e que todos os „ Réos, que nelle forem culpados, se livrem presos. O Regedor da Justiça o tenha assim entendido, e o „ fará executar inviolavelmente na Casa da Supplicação, sem embargo de qualquer Resolução ou Ley „ em contrario. Lisboa, 22. de Abril de 1688. Et vide supra notata verb. *Confiscação se faz nos bens dos que cerceão moeda, &c.*

(d) De hoc crimine sodomie vide Farinac. in Prax. tom. 4. q. 148., Gom. in L. 80. Taur. n. 32., Basilic. dec. 4., Covas lib. 2. Var. cap. 10. n. 9., August. Barbof. in cap. Ceric, n. 11. de Excessib. Prælat., Cortiad. p. 1. dec. 30. n. 120., & p. 2. dec. 89. n. 78., Mend. in Prax. p. 2. lib. 2. cap. 1. n. 45. & 46., Phæb. p. 2. avest. 190.

Et an Judex Laicus procedat contra Clericum sodomitam, & quomodo, vide Cortiad. p. 2. dec. 89. n. 83., Oliv. de For. Eccles. p. 2. q. 15., Peg. tom. 8. ad Ord. lib. 2. tit. 1. §. 23. cap. 8. à n. 135.

Nota, quod, licet hoc crimen sodomie sit mixtiori, ut docent congesti à Cortiad. dec. 30. n. 115., tamen in hoc Regno ex Bullis Pontificis Pii IV., & Gregorii XIII. de eo cognoscunt Inquisitores hæreticæ pravitatis, ut dicit idem Cortiad. d. dec. 30., quod tamen intelligit, data præventionis, ex pluribus, quos ibi citat.

Quan-

















## CUL

- C**ULPA leve, e levissima se imputa ao que recebe emprestado alguma cousa para seu uso; e por isso a deve guardar com toda a diligencia, como se fosse sua, *liv. 4. tit. 53. §. 2. (a)*
- C**ULPADO em pôr fogo he preso, e paga o damno, e he degradado, *liv. 5. tit. 86. §. 5. (b)*
- C**ulpado em jogar dados, ou cartas, até quatro mezes, pôde ser demandado, *liv. 5. tit. 82. §. 8. (c)*
- C**ulpado em dar tabolagem em sua casa, tem pena de cincoenta cruzados, e de dez annos de degredo para o Brasil, *ibid. §. 4. (d)*
- C**ulpado em fazer cartas, ou vender, ou jogar com cartas ou dados falsos, poderá ser accusado até hum anno, *ibid. §. 8.*
- C**ulpado de crime capital, que se ausentou, perde seus bens, e se confiscaõ, *liv. 5. tit. 127. §. 11. (e)*
- C**ulpas, que daõ os Escrivaes na folha, que se corre, haõ de ser obrigatorias, *liv. 5. tit. 125. §. 8.*
- C**ulpas dos Taballiaes, as verá o Corregedor da Comarca dos Lugares, onde for, *liv. 1. tit. 58. §. 1.*

(a) Vide de materia hujus Legis Harppr. in §. Item is. Instit. Quib. mod. re contrahit. oblig. ex n. 23., Gonzal. in cap. unic. de Commodat., Peg. For. cap. 3. ex n. 869.

(b) Vide supra notata verb. Crime de pôr fogo, &c.

(c) Vide supra notata verb. Crime de fazer dados, ou cartas falsas, &c.

(d) Vide Cortiad. dec. 262. n. 86., Farinac. d. q. 109. n. 146. Et infra verb. Damno feito em casa do Jogador, &c.

(e) Vide Gom. in L. 86. Taur. n. 7. vers. Unum tamen, & Var. tom. 3. cap. 1. n. 8., Text. in L. 2. Cod. de Requirend. Reis, Cald. de Nomin. q. 5. n. 45., Thom. Vaz Alleg. 67. n. 17., Mend. in Prax. p. 2. lib. 5. cap. 4. n. 2.

(f) Vide supra notata verb. Crime de incesto com sua cunhada no primeiro gráo, &c. Ad verba: Com baração e pregáo, ou com pregáo na audiencia: Nota, quod Ordinatio nostra in hoc §. dicit: Com baração e pregáo na audiencia; sed in illa notavit errorem Senator Themudo in sequenti Nota. Ibi, pregáo na audiencia: Está errada por culpa do Impresor; e ha de dizer, com baração e pregáo, ou com pregáo na audiencia, segundo a differença das pessoas; per hæc enim verba loquuta fuit Lex Regia in §. 2. hujus Tit.: patetque manifestè hic error, quia aliàs verba hujus §. 3. ibi, segundo a differença das pessoas, stare non possent, quia non conveniunt nisi prædictis verbis, de quibus in §. 2., quibus etiam Lex Regia uti voluit in hoc §. 3., licet incuria Impresoris omiſsa fuissent. Quod nota, quia quidam Senator contendebat solum hunc casum extare in his Ordinationibus, in quo imponitur pœna de baração e pregáo em audiencia, quod est ridiculum; porque em audiencia não ha mais do que pregáo, e o baração e pregáo he pelas rnas publicas ás pessoas vis, ou nos casos, em que se perdeo a nobreza aos nobres.

Per hanc reflexionem istius Senatoris nobis impulit studium ad examen Originalis manuscripti, quod

CUMPRA-SE como se deve pôr nas Cartas, *ibid. §. 29.*

- C**UNHADO, que dorme com sua cunhada no primeiro gráo de afinidade, he degradado por dez annos para o Brasil; e se for no segundo, tem degredo de cinco annos para Africa; e no terceiro, tem dous annos para Africa com baração e pregáo, ou pregáo na audiencia, *liv. 5. tit. 17. §. 3. (f)*
- C**unhado de outro Taballiaõ do Judicial não pôde ter Officio de Taballiaõ no mesmo Lugar, com pena de perder o Officio o que derradeiro o houver, *liv. 1. tit. 79. §. 45. (g)*
- C**unhados dentro do quarto gráo, não podem ambos ser Eleitores para os Officios da Governança, *liv. 1. tit. 67. in princip.*
- C**unhados não se podem ajuntar nos Pelouros da Governança para servirem no mesmo anno, *ibid. §. 1. (h)*
- C**unhado de algum Julgador não pôde ser Procurador perante elle, *liv. 1. tit. 48. §. fin.*
- C**unhado de algum Julgador não poderá fazer demanda perante elle, nem o tal Julgador conhecerá della, *liv. 3. tit. 24. in princ. (i)*
- C**URADOR se dá aos bens do ausente, de que não se pôde saber se he morto, se vivo, e não tem mulher, ou pay, *liv. 1. tit. 90 (k)*

Cura-

servatur in Archivo Monasterii S. Vicentii extra muros Civitatis Lisbonensis; & in eo invenimus, quod verè fuit error impressionis; in illo namque deprehendimus omiſsa fuisse in antiqua impressione illa verba *ou com pregáo*, cujus error inadvertenter pertransivit in sequentibus.

(g) Intellige hanc Ordinationem in marito sororis per contractum matrimonii, non autem sponsaliorum; Phæb. p. 1. aref. 43. in fin. Et in Mensa Senatus Palatini solet dispensari super impedimento hujus Legis in locis tantummodò, ubi necessitas ita exoptulatur; ut notat hic Senator Oliveira.

(h) Vide Gabr. Per. dec. 80., Cabed. p. 2. dec. 84. n. 33., Phæb. dec. 66. n. 14., ubi refert judicatum in n. 15., quod nupti cum duabus sororibus affines dicuntur.

Ad verb. *Não se podem ajuntar nos Pelouros da Governança*: vide sequentem Notam Senatoris Sardinha. Intellige, ne conjungantur in una pila Judices consanguinei, in alia Decuriones consanguinei; nam Decuriones Judicis consanguinei non prohibentur de Jure, neque diversa Officia Senatus, & Collegii exercere; Curia Pisan. lib. 4. cap. 1. n. 2.: & ideo fortè non meminit Procuratoris, qui est unicus circa idem Officium; Cur. Pisan. d. n. 2. Et quod hæc Ordinatio loquatur solum in consanguineis in eodem Officio, videtur per argumentum ab speciali, ex Ord. lib. 1. tit. 79. §. 45. ibi: posto que sejaõ de diferentes Officios, quod in hac non declaratur.

(i) Vide omninò Guerreir. de Recusation. lib. 4. cap. 5. per tot.

(k) Vide Almeid. de Num. quinar. cap. 10. à n. 18., Cabed. 1. p. dec. 197., Phæb. dec. 42. Et hæc tutela defertur sicut successio ab intestato; Cald. in L. Si curatorem, verb. Sine, n. 10., Surd. dec. 106. n. 7., Gutierr. de Tutel. p. 1. cap. 1. n. 12., & p. 5. cap. 17. n. 3. Et vide notata supra verb. *Contador dos Resíduos manda entregar a fazenda do que he ausente, &c.*

(a) Vide

Curador se dá aos bens do casado ausente, sendo primeiro sua mulher requerida para lho fazer saber, dando-lhe para isso tempo, *liv. 4. tit. 43. §. 7.*

Curador se dá ao Captivo em Terra de inimigos, se não tiver mulher, ou pay, tanto que for requerido por qualquer do Povo, *liv. 1. tit. 90. in princip. (a)*

Curador se dá á herança do defuncto, a que não he achado herdeiro, ou a não quer o Mamposteiro dos Captivos, *ibid. §. 1. (b)*

Curador se dá ao prodigo, e mentecapto pelo Juiz dos Orfaõs, o qual será o pay, ou sua mulher; e á falta destes, o avô, ou seu filho mais velho, varaõ de vinte e cinco annos, *liv. 4. tit. 103. §. 1. cum seqq. (c)*

Curador do Prodigio, ou desasistado não serve mais que dous annos, *ibid. §. 8. (d)*

Curador se dá ao Orfaõ pelo Juiz dos Orfaõs, dentro de hum mez, ao qual fará entregar os bens por Inventario feito pelo Escrivaõ do seu cargo, *liv. 4. tit. 102.*

Curador se dá aos bens dos Orfaõs, que estaõ fóra da Jurisdição do seu foro, pelo Juiz

do Lugar, onde estaõ os ditos bens, *liv. 1. tit. 88. §. 24. (e)*

Curador jura de calumnia nas demandas, que elle mover em nome daquelle, cuja fazenda administra, *liv. 3. tit. 43. §. (f)*

Curador á lide se dá ao Menor nos feitos, que se trataõ á sua revelia, ou de seu Tutor, ou Curador, e se lhe dá juramento, *liv. 3. tit. 41. §. 9. (g)*

Curador, por cuja culpa se dá sentença contra o Menor, se executa nos bens do Curador, e não nos bens do dito Menor, *liv. 3. tit. 41. §. 9.*

Curador, quando se dá *ad litem* a algum Menor, se lhe nomêa, e se lhe dá juramento, *ibid. §. 9.*

CURRAL do Concelho, em que estiver besta, ou boy mettido pelo Rendeiro, quem o abrir, e tirar o animal, tem pena de degredo para fóra de Villa, e Termo, *liv. 5. tit. 87. §. ultim. (h)*

CUSTAS paga a República offendida das inquirições, que se tiraõ, quando os quezelosos não accusaõ por pobreza, *liv. 5. tit. 117. §. 17. (i)*

Custas

(a) Vide supra notata verb. *Captivo em Terra de inimigos, que não tiver mulher, &c.*

(b) Vide verb. *Herança do defuncto, a que não he achado herdeiro, &c.* Et supra notata verb. *Captivos pertencem a elle as heranças vagas, &c.*

(c) Vide Gutierr. de *Juram. Confirm. p. 1. cap. 32.*, & de *Tutel. p. 1. cap. 19. à n. 3.*, Cald. in *L. Si curatorem, verb. Cum non absimilis, à n. 7.*, Gratian. *For. cap. 365. à n. 45.*, Guerreir. de *Dat. Tutor. & Curat. lib. 4. cap. 3. à n. 61.* Ad verba, ibi: *Será o pay*; vide optimos Textus in *L. Divus, 14. ff. de Offic. Præs. L. Penult. in fin. ff. Ad L. Jul. de Parricid. L. ult. Cod. de Curat. furios.*, Cabed. *p. 1. dec. 99. n. 7.*, Farinac. de *Pæn. temperand. quæst. 94. n. 45.*

Et an Clerico mentecapto dandus sit Curator per Judicem Ecclesiasticum, seu per Secularem? vide Oliv. de *For. Eccles. p. 2. q. 32.*, Cortiad. *p. 3. dec. 157.*, Cabed. *p. 1. dec. 80. n. 2.*, Gutierr. de *Tutel. p. 1. cap. 16. n. 20.*; & coram quo Judice teneatur rationes reddere, vide Oliveir. in *Addit. ad cap. 3. de Muner. Provisor. n. 19.*, Guerreir. de *Privileg. Familiar. cap. 15. ex n. 13.*

De requisitis verò necessariis, ad hoc ut Prodigio interdicienda sit bonorum suorum administratio, vide omnino Hodiern. *Forens. cap. 41.*, Ægid. in *L. Ex hoc jure, p. 2. cap. 6. ff. de Jus. & Jur.*

Et an notoriè prodigo sit ipso jure interdicta bonorum administratio, seu opus sit sententia? vide Harppr. in *§. Furios, 3. Instit. de Curator. à n. 7.* Colleg. Argentoratens. *ad Tir. ff. de Curator. Furios.*, Scalon. de *Testam. lib. 1. cap. 8. à n. 39.*, Fachin. *Controv. lib. 2. cap. 63.*, Ægid. in *d. cap. 6. ex n. 1.*, Guerreir. de *Dat. Tutor. & Curat. lib. 4. cap. 3. à n. 70. & 75.*

Et nota, quòd antequam Prodigio sit interdicta bonorum administratio, valent contractus ab eo facti, ut probatur ex *§. 6. hujusmodi Tit.*, ubi solùm prohibentur contractus, postquam ei bona interdiciuntur: de quo vide Fermosin. in *cap. Veritatis, 8. de Dol. & Contumac. q. 4. cum seqq.*, Urceol. de *Transact. q. 36.*; potest tamen contra eos restitui, Guerreir. *d. cap. 3. n. 69. & 71.*

Et an saltem naturaliter teneatur Prodigus ex con-

tractu? vide Boff. *tom. 3.*, *Moral. tit. 3. à n. 216.*, Hering. de *Fidejussorib. cap. 5. n. 353.*, Ægid. in *L. Ex hoc jure, d. cap. 6. à n. 20.*

(d) Consonat Ord. *lib. 4. tit. 102. §. 9.*

(e) Consonat Ord. *lib. 4. tit. 102. §. 8.*, Cald. de *Emption. cap. 14. n. 18.*, Gom. 2. *Var. cap. 14. n. 17.*, Mend. in *Prax. p. 2. lib. 1. cap. 2. à n. 130.*, Guerreir. de *Invent. lib. 1. cap. 13. à n. 3.*

(f) Vide Guerreir. de *Dat. Tutor. & Curat. lib. 4. cap. 10. n. 64.*, Altim. de *Nullit. contract. tom. 8. rubr. 2. & 3. q. 1. sect. 1. sub n. 724. versic. Tutores.* Et si Tutor, vel Curator recuset jurare de calumnia, an noceat pupillo, vide DD., quos cita Sylv. *ad Ord. lib. 3. tit. 43. ad princ. n. 50. & 51.*

Et an Tutor teneatur deponere in causa sui pupilli? vide Cabed. *p. 1. dec. 137.*, Mend. in *Prax. lib. 3. cap. 2. append. 1.*, Guerreir. de *Muner. Judic. Orphan. tract. 5. de Proceß. Civil. & Crimin. cap. 14.*

(g) Nota, quòd dari Minoribus Curatores ad litem, five sint Actores, five Rei, esse inventum à Legislatoribus hujus Regni contra jus commune, dicit Valasc. de *Partit. cap. 7. à n. 44.*, quem etiam refert Sylv. *ad hunc §. n. 2.*

Et quid in Minore, qui ætatis veniam impetravit, an illi dandus sit Curator? dic opus ei non esse curatore, ex Ord. *lib. 3. tit. 42. §. 3.*, & ex notatis à Vela *Dispositat. 5.*, ubi à n. 35., solutionem dat advertanti Text. in *L. Ait Pretor, §. Quid si autem, ff. de Jur. deliberand.*

Et quid dicendum, quando Minor patrem habet? vide Sylv. in *Commentar. ad hunc Tit. §. 8. à n. 31.*

Et an Judex Laicus Curatorem dare possit Clerico Minori, coram se litiganti? vide Fragos. de *Regim. Reip. p. 1. disp. 4. n. 369.*, Cortiad. *p. 3. dec. 157. n. 9. & 10.*, Cald. in *L. Si curatorem, in princ. n. 19.*, Cabed. *p. 1. dec. 80. n. 3.*, Conciol. *ad Statut. Eugub. lib. 2. rubr. 55. n. 26.*, Altimar. de *Nullitat. sent. tom. 2. rubr. 11. q. 4. n. 154.*, & de *Nullit. contract. tom. 8. rubr. 2. q. 1. sect. 1. n. 657.*

(h) Vide supra notata verb.: *Besta se alquem a tirar do Curral do Concelho, &c.*

(i) Vide Cald. *ad L. unic. Cod. Ex delict. defunct. p. 1. num. 72.*

Custas paga o Juiz, que recebe a appellação, quando a causa cabe em sua alçada, *liv. 1. tit. 6. §. 20. (a)*

Custas se julgaõ mais por arbitrio do Julgador, do que por rigor de justiça, *liv. 1. tit. 92. §. 11. ad fin.*

Custas em dobro, quando alguém he nellas condemnado, quaes ha de pagar? *liv. 1. tit. 91. §. 19.*

Custas se pagaõ á custa da parte, que requer, *liv. 2. tit. 52. in princip. (b)*

Custas de Moedeiros, Bésteiros, e Espingardeiros se contaõ a quarenta reis por dia; e sendo preso, cincoenta reis, *liv. 1. tit. 91. §. 4.*

Custas paga o Julgador do processado, que mandar fazer, depois que lhe for posta a suspeição, *liv. 3. tit. 21. §. 4. (c)*

Custas das mulheres se contaõ, como de seus maridos, aindaque sejaõ viúvas, *liv. 1. tit. 91. §. 7. (d)*

Custas dos Clerigos, e Beneficiados se contaõ, como aos Cavalleiros, *ibid. §. 8. (e)*

Custas de Peaõ se contaõ a trinta reis, andando solto; e cincoenta, se for preso; e se he Official mechanico preso, a sessenta reis; e da mulher do

Peaõ, a trinta reis, *ibid. §. 9. (f)*  
Custas do que anda a cavallo, he como do Escudeiro, que saõ trinta reis por dia, *ibid. §. 5. e 6. (g)*

Custas daquelle, que manda requerer por outrem, se pagaõ confõrme a qualidade do Requerente, *ibid. §. 10.*

Custas do que he morador no mesmo Lugar, se contaõ dos dias sómente, que pelos termos do feito se mostrar que appareceo nas audiencias, ou deu inquirição, ou foi vêr jurar testemunhas, *ibid. §. 11.*

Custas da parte, que vem de outro Julgado, lhe contaõ tambem dos dias da hida, e vinda, até sua casa, a seis legoas por dia, e mais naõ, *ibid. §. 13. (h)*

Custas do que veyo de fóra a outro negocio, se contaõ, como do morador na mesma Terra; salvo, se jurar que veyo mais, por seguir o feito, que por outra causa, *ibid. §. 13. (i)*

Custas da pessoa, que traz besta, por ser velho, ou enfermo, se contaõ os alugueres della, *ibid. §. 18.*

Custas paga o denunciador, quando o denunciado he absoluto, por se naõ provar o delicto, de que o accusou, *liv. 5. tit. 118. (k)*

Custas

(a) Concordat Ord. lib. 3. tit. 70. §. 7., Cabed. dec. 46. n. 2., Gabr. Per. dec. 65. n. 4. in fin., Peg. For. cap. 16. n. 37.

(b) Vide Peg. For. cap. 16. n. 19. 21. & 30., ubi dicit, quòd Scriba solùm petere potest, & actionem tantùm habet adversùs quemlibet ex litigantibus pro expensis, quas fecisse dicitur. Regula enim in hac materia expensarum est, quòd ubi quis petit fieri, illud sit ejus expensis, ut dicit idem Peg. n. 115.

(c) Vide Thom. Vaz Alleg. 96. n. 7., Guerreir. de Recusat. lib. 5. cap. 7. n. 19.

(d) Vide Cabed. dec. 98., & dec. 213. Vidua enim coruscatur radiis mariti, & iisdem fruatur privilegiis; L. Fœmina, ff. de Senatorib., Barbof. in L. Quia tale, n. 29. ff. de Solut. matrim., Reynol. Observ. 3. n. 18., Thom. Vaz Alleg. 44. à n. 15., Cabed. ubi supr., & p. 2. arest. 71., Cortiad. p. 1. dec. 8. n. 108., & dec. 10. n. 121., & dec. 30. n. 168., & p. 3. dec. 144. n. 24., Peg. tom. 12. ad Ord. lib. 2. tit. 59. §. 15. n. 2. & 3., & ibi refert judicatum in n. 5.

(e) Per hanc Ordinationem venit declaranda alia Ord. lib. 4. tit. 92. in fin., scilicet, quòd si Clericus in Minoribus fuerit Beneficiatus, non censetur plebeus.

(f) Ad verb.: Se for preso: An expensæ solvi debeant solùm ab eo, qui eum fecit incarcerare, vel ab eo, cujus causa detineatur? vide Cabed. p. 1. arest. 8.

(g) Nota ad hanc Legem, necessè esse consuetudinem equitandi, & equum habere; ut intelligit Phæb. dec. 106. n. 10.

(h) Ad verba: Seis legoas por dia: Hæc est legalis dieta apud nos; de Jure verò communi erant viginti millia passuum, ex L. Itinere, ff. de Verb. signif. Et hanc mensuram leucæ explicat Leit. de Jur. Lusit. tract. 1. q. 6. à n. 30., Peg. tom. 2. ad Ord. lib. 1. tit. 7. ad princip. n. 7. & 8., & tit. 8. §. 1. n. 1., & tom. 3. tit. 31. §. 1. n. 8. & 9., ubi dicit leucam constare è quatuor millibus passuum; sed in tom. 14. in Ad. dit. ad tit. 7. n. 6., dicit judicatum fuisse leucam Lusitanam habere 2844. braças de duas varas e meya cada braça.

(i) Ad verba: Salvo se jurar. Nota, quòd non excluditur contraria probatio, Cost. de Styl. annot. 13. n. 32.

(k) Vide Farinac. in Prax. crimin. q. 16. per tot., Larream dec. 27., Castilh. lib. 3. Controv. cap. 21. à n. 14., Conciol. Resol. crim. 1. verb. Accusator, Arouc. Alleg. 23., Barbof. in L. Eum, qui temerè, n. 161. ff. de Judic., Guazin. de Defens. Reor. defens. 3. cap. 13., Peg. For. cap. 16. n. 85. & 86.

Si autem denunciator non condemnatur in expensis, vel illi saltem jus non reservetur, non potest pro illis à denunciato conveniri; Arouc. Alleg. 68. n. 29., & alleg. 47. n. 5.; sed contrarium tenet Farinac. d. q. 16. num. 30.

Et vide sequentem Notam Senatoris Oliveira. Se os Juizes da causa crime omitirem a condemnação de custas, e damnos ao denunciador, principalmente havendo-a o Réo pedido perante elles, naõ se pôde pedir por acção nova civilmente em outro processo; e assim se julgou na appellação de Lisboa, entre partes Domingos da Costa com Francisco Rodrigues da Costa, de que foi Escrivão Manoel Gomes Machado no anno de 1682.; porque aos Juizes criminaes sómente pertencia declarar, que a denunciação naõ fora provada em forma, para que o denunciante merecesse a dita condemnação, e mayormente quando o denunciado naõ subio aggravado da injusta pronunciação, mas por livramento ordinario: nos quaes termos se pôde dizer, que naõ sómente foi absoluto por falta de prova do denunciante, que saõ os termos desta Ley, mas tambem pela que elle deu: & faciunt ea, quæ Giurb. dec. 65. n. 10., Castilh. tom. 6. cap. 135. n. 16.

Nota etiam, quòd tunc condemnabitur denunciator, quando accusaverit, quin aliquam probationem, vel indicia pro se habeat; si enim habuerit pro se famam publicam, vel similes conjecturas, tunc, etiam si non probet, excusabitur; Jul. Clar. §. fin. q. 62. n. 8., cum aliis, quos citat Portug. de Donat. Reg. p. 2. lib. 1. cap. 18. n. 18., ubi ita judicatum est. Et an hæc Lex comprehendat fœminam malitiosè accusantem? vide Arouc. in L. In multis, 9. ff. de Stat. homin. n. 5.

(a) Deci-

- Custas peſſoaes não ſe vencem entre pay , e filho , genro e ſogro , *liv. 3. tit. 67. §. 4.*
- Custas do proceſſo ſe contaõ ſõmente as que ſe fizeram no proceſſo , e mais não , *liv. 1. tit. 91. §. 19. (a)*
- Custas do proceſſo paga o condemnado nos feitos crimes , em que o Promotor , ou Procurador d'El-Rey foi parte , *liv. 3. tit. 67. §. 3. (b)*
- Custas do que eſtá detido, por não achar navio, que o leve , ſe lhe contaõ tambem de todos os dias , que por eſſa cauſa ſe detiver , *liv. 1. tit. 91. §. 14.*
- Custas dos Officiaes , que trabalhaõ em ſeus officios , como ſão Alfayates , Çapateiros , e outros meſteres , ſe lhe contaõ dos dias , que apparecêraõ em Juizo , ou deraõ inquirições , ou viraõ jurar teſtemunhas , e os dias de coſtume , *ibid. §. 15. (c)*
- Custas dos Jornaleiros , que andaõ a jornal continuamente no Lugar da demanda , ou vivem por ſoldada, ſe lhes contaõ os meſmos dias , *ibid.*
- Custas de peſſoa honrada , que trouxer comſigo algum homem de cavallo , ou de pé , que com elle viva , ſe lhes contaõ do homem de cavallo quinze reis por dia , e quinze para o cavallo ; e da de pé , a doze reis por dia , *ibid. §. 16.*
- Custas da mulher honrada , que comſigo traz ſervidores , homens , ou mulheres , ſe lhe contaõ ſõ de hum ſervidor , poſto que traga mais , e que eſſe ſeja de quatorze annos para cima , *ibid. (d)*
- Custas daquelle , que traz muitos feitos com huma parte , ou diverſas , ſe contaõ ſõmente do feito findo , *ibid. §. 17.*
- Custas em dobro , ou tresdobro , ſe devem contar , quando o Juiz aſſi o ordenar , *ibid. §. 19.*
- Custas em dobro , nellas he condemnado o que não aggravou bem como devia em petiçãõ , ou instrumento , *liv. 1. tit. 5. §. 7.*
- Custas ſe contaõ ás partes vencedoras de todas as barcas , que paſſarem a travez , de vinda , e tornada para ſuas caſas , e de barcas de longo do rio , os dias de peſſoa a ſeis legoas por dia , *liv. 1. tit. 91. §. 20.*
- Custas dos que vierem por mar de Lugar , de que podiaõ vir por terra , ſe contaõ a ſeis legoas por dia ; e ſe vierem de Lugar , de que não podiaõ vir , ſenaõ por mar , ſe lhes conta todo o tempo , que andarãõ no mar , quanto á vinda , *ibid. §. 21.*
- Custas do que vem requerer , e acha quem o agasalhe de graça , ſe lhe contaõ como ſe comêra á ſua cuſta , *ibid. §. 22.*
- Custas do Official , que eſtá ſempre na audiencia , como he o Procurador , Eſcrivaõ , e Porteiro , não ſe lhe contaõ os dias de peſſoa , nem de coſtume , *ibid. §. 23.*
- Custas dos Cavalleiros , e Eſcudeiros ſe contaõ dos dias , que apparecerem , *ibid. §. 25.*
- Custas dos que em lugar de calvagaduras trazem azemelas , ſe contaõ de cada ſervidor como de homem de pé : e de cada azemella com ſeu Azemel por huma cavalgadura , em quanto couber no numero das cavalgadas , *ibid. §. 26.*
- Custas das cavalgadas ſe contaõ até vinte a cada hum dos Meſtres das Ordens , Arcebiſpos , Biſpos , Condes , e Prior do Crato , *ibid. §. 24.*
- Custas das cavalgadas ſe contaõ ao Comendatario de Alcobaça até nove ; aos Abbades Bentos até quatro , aos Comendadores móres , e outros Fidalgos até ſeis ; aos Deſembargadores , Doutores , Licenciados , Meſtres em Theologia feitos por exame em eſtudo géral , ou Cavalleiros , ou Eſcudeiros honrados , até quatro cavalgadas , *ibid.*
- Custas das cavalgadas ſe contaõ aos vencedores , ſendo ſuas proprias , e não alheyas , e que coſtumaõ trazer comſigo , quando vaõ fóra de ſuas caſas , *ibid.*

Custas

(a) Decidit Lex Regia, quòd ſi Judex condemnet in expenſis actorum, debent ſolùm calculari expenſæ proceſſus. Quid autem, ſi Judex non condemnet in expenſis proceſſus, ſed ſimpliciter dicat, quòd condemnat in expenſis, an in hoc caſu debeant calculari non ſolùm expenſæ proceſſus, ſed etiam ſumptus personales tamquam in condemnatione comprehenſi? vide Sabell. in Sum. §. Damnum, num. 17., Peg. For. cap. 16. à num. 102.

(b) Explicat Sylva in Commentar. ad hunc §. à n. 9.; & vide infra verb. Custas não ha entre o Procurador d'El-Rey, &c.

(c) Vide Cabed. 1. p. dec. 15. n. 6.

(d) Ad verba: De quatorze annos para cima? Vide ſequentem Notam Senatoris Sardinha: Idem videtur à fortiori in Actore Minore, qui non habet personam ſtandi in Judiciò, niſi per Tutorem, ut in Ord. lib. 5. tit. 124. §. 15., & lib. 3. tit. 41. §. 6.; mas o contrario ſe julgou no feito crime de Antonio Machado, R. Diogo de Carvalbaes, em que ſe mandãvaõ contar dias a ſeis filhas ſuas Menores de doze annos, que vierãõ accuſar com ſua Mãe; porque para mover o animo dos Juizes, e conſtar do ſeu deſamparo agebat personaliter; em o 1. de Abril de 1613. Judicibus Fialho, Barreto, Collaço; revogando a ſentença de Fonſeca, Juiz da Chancellaria.

- Custas das cavalgaduras não são contadas a nenhuma pessoa das sobreditas, quando trouxer demanda no Lugar, onde he morador, *liv. 1. tit. 91. §. 25.*
- Custas das cavalgaduras se contaõ aos sobreditos, quando a demanda for com pessoa igual a elles, ou de mayor condiçãõ, *ibid. §. 25.*
- Custas dos que vem de fóra para testemunhas se pagaõ conformẽ as custas de pessoa, e o mais que de seus officios, e mestres perderem, *ibid. §. 29. (a)*
- Custas em tresdobro paga nas demandas o que toma armas, que lhe não pertencem, ou se chama fidalgo, posto que seja vencedor, e quer seja oppoente, ou assistente, *liv. 5. tit. 92. §. 3.*
- Custas não ha entre o Procurador d'El-Rey e seu Vassallo; e entre pay e mãy, filho ou filha, genro e sogro, *liv. 3. tit. 67. §. 3. e 4. (b)*
- Custas pessoas, e processaes, paga sempre o remettido ás Ordens, *ibid. §. 5. (c)*
- Custas do livramento pagaõ os accusados pela Justiça, posto que sejaõ absolutos, *ibid. §. 6. (d)*
- Custas do processo da execuçãõ, ou de penhora, paga sempre o condemnado, *liv. 3. tit. 86. §. 31.*
- Custas paga o Réo pela parte, em que foi condemnado no principal; e o Auctor pela parte, em que o Réo foi absoluto, *liv. 3. tit. 67. §. 2. (e)*
- Custas pessoas paga o vencido, que não dá penhores bastantes, ou os esconde, *liv. 3. tit. 86. §. 14.*
- Custas paga em tresdobro o Auctor, que demanda mais, do que lhe he dividido, *liv. 3. tit. 34.*
- Custas dos autos paga sempre a parte, que he vencida, posto que tivesse justa causa de litigar, *liv. 3. tit. 67. (f)*
- Custas pessoas não paga a parte, que teve justa causa de litigar, *ibid.*
- Custas singelas paga a parte vencida na demanda, que fez sem alguma malicia, *ibid. §. 1.*
- Custas do retardamento no caso da suspeiçãõ, o que as vence não he obrigado a torna-las á parte, posto que na sentença final seja vencedor do principal, e custas, *liv. 3. tit. 22. §. 4.*
- Custas do retardamento, o que for condemnado nellas, não he ouvido, em quanto não as pagar, e as que recrecerem; e corre o feito á revelia, *liv. 3. tit. 20. §. 37. (g)*
- Custas do retardamento se não tornaõ á parte, que venceo, aindaque depois seja vencida na causa principal, *ibid. (h)*
- Custas do retardamento em dobro paga o Seguro, que quebra as Cartas, *liv. 5. tit. 130. §. 2.*
- Custas do retardamento pagaõ as partes, ou seus Procuradores, por cuja culpa se retardaõ os feitos, *liv. 3. tit. 20. §. 37.*
- Custas do retardamento paga o que vence feito contra algum preso, e não faz contar logo o feito, e assignar a sentença, *liv. 1. tit. 90. §. 39.*
- Custas do retardamento em dobro paga o Contador, que não conta dentro em dous dias o feito do preso, *ibid.*
- Custas do retardamento paga o Juiz, que processa autos, em que ha erro, se elle não o suppre, *liv. 3. tit. 20. §. 10. (i)*

Custas

(a) Vide Ord. lib. 3. tit. 55. §. 6., Cabed. p. 1. dec. 15. n. 6.

(b) Vide supra notata verb. *Costume antigo he neste Reyno não haver custas nas causas, em que he Auctor, ou Reo o Procurador dos Feitos d'El-Rey.*(c) Vide supra notata verb. *Chamando-se ás Ordens algum accusado em feito crime, &c.*(d) Peg. For. cap. 16. n. 96., Joan. Pint. Rib. in Relat. 3. n. 36., Thom. Vaz Alleg. 95. n. 2. Et nota, quod post pronuntiationem potest cogi Reus ad solutionem expensarum etiam ante sententiam, Ord. lib. 1. tit. 65. §. 34.; si verò sententia proferatur in Delegatione, vulgò *Alçada*, comprehenduntur in ea non solùm expensæ processus, sed etiam sumptus, seu expensæ ejusdem Delegationis, Freir. na Pratic. das Alçad. cap. 12. n. 27., ut notat hic Senator *Oliveira*. Et vide supra notata verb. *Accusado por devassa pela Justiça, paga as custas de seu livramento.*(e) De hac condemnatione expensarum secundùm merita litigantium, vide Peg. For. cap. 16. à n. 70., Berlich. p. 1. concl. 78., Fragos. de Regim. Reipubl. p. 1. lib. 5. disp. 12. §. 2. n. 52., & disp. 13. §. 8., Fontanel. dec. 95. cum seq., Petr. Barbof. ad L. *Enum, qui temerè*, ff. de Judic.

(f) Quæ sit justa causa litigandi, examinat Menoch. de Arbitrar. lib. 2. cas. 177. Et etiam ab expensis debitis ex stipulatione non excusat justa causa litigandi; Cortiad. dec. 22. n. 102., Gratian. For. cap. 33. n. 2., &amp; dec. 126. n. 17. Et nota, quod in Ord. lib. 5. tit. 92. §. 5. est casus, in quo, etiam vincens solvit expensas triplicatas.

(g) Mend. in Prax. p. 2. lib. 3. cap. 2. n. 12., Peg. For. cap. 16. n. 47. & 65. Et nota, quod potest pars supplicare per petitionem gravaminis de Ordinatione non servata, si Judex non condemnaverit in retardatis; Barbof. in L. *Enum, qui temerè*, n. 151. ff. de Judic., Gratian. dec. 50., Mend. d. loc. n. 13.

(h) Vide Peg. For. cap. 16. n. 67., ubi à n. 69. excitat quæstionem: An dispositio hujus Legis procedat in exceptionibus dilatoriis, sicut in peremptoriis? &amp; partem affirmativam amplectitur, &amp; pro ea refert judicatum in n. 32.

(i) Concordat Ord. lib. 3. tit. 47. §. 2., ex qua patet, quod etiam Judices in expensis condemnantur, &amp; ex Ord. lib. 1. tit. 65. §. 9. &amp; §. 69., de quibus Peg. For. cap. 16. n. 97., quem vide cap. 3. n. 894. ad fin.

(a) Limi.

- Custas do retardamento paga o Julgador, que procede em feito sobre bens de raiz, sem haver procuração da mulher, *liv. 3. tit. 63. §. 4.*
- Custas pessoas em tresdobro paga o que põem embargos á execucao da sentença, tendo-os já allegados antes della, ou depois, *liv. 3. tit. 87. §. 7.*
- Custas em dobro paga o que põem embargos á sentença, se não vence, *ibid. §. 8.*
- Custas em dobro paga o que põem embargos á Chancellaria, se não se recebem, ou se não provaõ, *ibid. §. 9. (a)*
- Custas em dobro paga a parte, que foi achada em malicia na demanda, *liv. 3. tit. 67. §. 1. (b)*
- Custas de sentença sobre acção, e reconvenção paga cada hum pela parte, que he vencido, *liv. 3. tit. 67. §. 2.*
- Custas, em que os Julgadores condemnaõ as partes, não entraõ na alçada, que lhes he dada, *liv. 3. tit. 84.*
- Custas paga o litigante, que mostra carta de rogo para seu feito, *liv. 3. tit. 98.*
- Custas em dobro paga o parente do morto, que torna a accusar ao que estava livre por sentença *liv. 5. tit. 131. §. 1.*
- Custas da absolvição da instancia paga o Auctor ao Réo, *liv. 3. tit. 20. §. 18.*
- Custas, se ha nellas erro conhece o Juiz da Chancellaria, *liv. 1. tit. 14. §. 4.*
- Custas de absolvição paga o Auctor ao Réo, sendo-lhe recebida a exceiçao declinatoria, e provando-a, ou confessando-a o Auctor, *liv. 3. tit. 20. §. 6.*
- Custas de citação paga o Auctor, que muda a substancia da acção, para que citou, *liv. 1. tit. 1. §. 7.*
- Custas *pro rata* paga o que he absoluto em parte, e em parte condemnado, *liv. 3. tit. 67. §. 2.*
- Custas da absolvição paga o Auctor, que veyo com libello, pelo qual não podia ter acção, *liv. 3. tit. 20. §. 16.*
- Custas da obsolvição paga o Auctor, quando a sua procuração não he bastante, ou por direito não val, *liv. 3. tit. 20. §. 10.*
- CUTILADA pelo rosto, se alguem a dá, ou a manda dar, tem pena de perdimento de sua fazenda, e de degredo para o Brasil para sempre, *liv. 5. tit. 35. §. 7. (c)*

(a) Limita, si pro se habuit opinionem alicujus Senatoris, qui exceptiones admittendas putavit, Gam. dec. 324. in fin.

(b) Barbof. in L. Eum, qui temerè, num. 49., & num. 237. ff. de Judic., Mend. in Prax. part. 2. lib. 3. cap. 2. n. 9., Harppr. ad §. 1. à num. 101. instit. de Pen. temerè

litigant., Fontanel. dec. 97., Arouc. Alleg. 68. num. 28.

(c) Hæc Lex fuit ampliata per Leg. Reform. Just., ubi in §. 13. decretum est, quod nobiles hoc crimen committentes, nobilitatem amittant, & tamquam plebei puniantur; que Lex est in Ord. lib. 5. tit. 130. Coll. 1. num. 1.

## Letra D.

### DA

- D**ADIVAS, vide verb. *Peitas.*
- D**DADOS, vide verb. *Jogar dados.*
- D**DAMNO de alguns, se for mayor que o proveito particular, se deve atender, para se evitar, *liv. 4. tit. 43. §. 10., e 14. juncto §. 9. in fin.*
- Damno dado, ou feito, se próva pelo juramento da parte, a quem se fez; mas para

- se saber quanto, se manda avaliar por dous Officiaes, *liv. 3. tit. 52. §. fin. (a)*
- D**Damno, dando-o muitos, fica obrigado cada hum in solidum, *liv. 5. tit. 133. in princip.*
- D**Damno, que sobreveyo na coufa vendida, he por conta do comprador, *liv. 4. tit. 8. (b)*
- D**Damno, que sobreveyo na venda condicional, he por conta do comprador, *ibid. §. 2. (c)*

### Damno

(a) Concordat Ord. lib. 1. tit. 7. §. fin., & vide latè Hermosilh. L. 8. glos. 6. & 7. tit. 3. part. 5., & L. 10. glos. 4. tit. 1. part. 5. n. 357., Gratian. For. cap. 772. n. 21., Urceol. conf. 84. n. 18., Romaguer. ad Conciol. in Statut. Eugub. lib. 6. rubr. 8. n. 13., Leotard. de Usur. q. 77. à n. 58., Gabr. Per. dec. 47. n. 15. Et hoc juramentum in litem defertur etiam pro æstimatione rerum amotarum contra mulierem no-

lentem eas restituere marito; Farinac. in Prax. crimin. tit. de Furt. q. 174. n. 108. Nota verò, quòd hoc juramentum non datur contra hæredem furis; Mend. in Prax. p. 1. lib. 4. cap. 8. n. 48.

(b) Vide supra verb. *Comprador tem a perda, e damno da coufa comprada, &c.*

(c) Vide supr. verb. *Comprador tem o damnificamento, &c.*

(a) Leit.

Damno feito em horta, ou pomar, não se sabendo quem o fez, o Juiz perguntará á custa da parte, e a seu requerimento, até oito testemunhas devassamente, *liv. 1. tit. 65. §. 32. (a)*

Damno de valia de quatro mil reis, o que o fizer em arvores, he açoutado, e degradado quatro annos para Africa; e de valia de trinta cruzados para cima, he degradado para sempre para o Brasil, *liv. 5. tit. 75. (b)*

Damno feito em casa de Jogador, que dá tabolagem, não o poderá elle demandar, *liv. 5. tit. 82. §. 5. (c)*

Damno, que acontece na cousa vendida, que consiste em numero, peso, ou medida, antes de ser pesada, ou medida, pertence ao vendedor, *liv. 4. tit. 8. §. 5. (d)*

Damno, que teve algum companheiro por razão da companhia, se deve descontar della, *liv. 4. tit. 44. §. 10. (e)*

Damno feito em Estalagem he obrigado a paga-lo o Estalajadeiro, se deixar sahir da Estalagem pessoa alguma, antes de o notificar ao Juiz do Lugar, *liv. 5. tit. 64. (f)*

Damno feito nas casas, herdades, quintas, e gados de algum Desembargador, será emendado pela parte, que o fez, e pagará mais seis mil reis de encoutos, *liv. 2. tit. 59. §. 7.*

Damno, que teve o Menor por culpa do seu

Tutor, lho póde demandar, *liv. 3. tit. 41. §. 9. (g)*

Damno, que o fogo fez em paens, vinhas, olivaeas, novidades, e arvores de fruto, colmeias, coutadas de matos, foveraes, pacigos, quer sejaõ de partes, ou proprios dos Concelhos, ou baldios, se estima pelo Juiz, fendo a parte presente, a quem o damno tocar, e se arrecada pelos bens do damnificador, *liv. 5. tit. 86. §. 1. (h)*

Damno de fogo feito em matos, e pacigos dos Concelhos, e baldios, se estima, havendo respeito á perda, que os Concelhos recebem por falta das ditas cousas, que assi forem queimadas, *ibid.*

Damno, se o fogo o fizer, se tira logo devassa de quem o pôs, nos Lugares, que para isso mais convenientes parecerem; e não havendo damno, nem se queixar disso alguem, não se tira devassa, *ibid. §. 2., e 4.*

Damno, que se seguir do pôr do fogo, paga da cadêa o que o fez, e he degradado dous annos para Africa; e se he Cavalleiro, ou Fidalgo, paga o damno, e he castigado segundo o damno for, *ibid. §. 5.*

Damno, que fez o escravo em pôr fogo, paga o Senhor, ou dá o escravo para se vender, e do preço se paga o dito damno, e he o escravo açoutado publicamente, *ibid. §. 5.*

Damno

(a) *Leit. de Inquisition. quest. 3. n. 150.* Sed limita hanc Legem in fegetibus tritici, ordei, & similibus; Phæb. *p. 2. arest. 180.* Et de istiusmodi furto olerum, herbarum, & pomorum, vide Berlich. *p. 5. concl. 53.*, Basilic. *dec. 27.* Et an possit viator hortos, aut vineas ingredi, & uvas, aut poma comedere? vide Gratian. *For. cap. 80. à n. 16.*, Sabell. *in Sum. §. Uva, n. 2.*, Cortiad. *dec. 212. ex n. 73.*, Bertou. *de Neglig. & Omiss. artic. 12. n. 21.*

(b) Vide supra verb. *Arvore de fructo.*

(c) Ex *L. 2. in princ.*, & §. *Notandum*, ff. *de Aleatoribus*; Farinac. *in Prax. crimin. quest. 109. n. 137.*, Sabell. *in Sum. §. Ludus, n. 5.*, Molin. *de Just. & Jur. disp. 521.* Isti enim, qui ludos in domo retinent, maius delictum committunt, quam ludendo, inò peiores sunt ipsi aleatoribus, Cortiad. *dec. 262. à n. 86.*; & ideo præter poenas à jure impositas, impune damnum illis fieri permittitur per hanc Legem. Cætera vide verb. *Tabolagem de jogo público, &c.*

(d) Vide supr. verb. *Cousa de peso, e medida, que se gasta, &c.*

(e) Damnum alicui ex sociis occasione societatis factum, commune esse tenent omnes; ut videre est apud Felic. *de Societ. cap. 19. n. 42.*, & *cap. 27. n. 12.*, Altimar *de Nullit. contract. tom. 4. q. 25. n. 115.*, Valenzuel. *concl. 147. ex n. 21.*, Gam. *dec. 239.* Et vide supra notata verb. *Companhia, ainlaque seja acabada, &c.*

(f) Vide Harppr. *ad §. 3. Instit. de Oblig.*, quæ ex quasi delict. &c. à n. 3., latè Peg. *For. cap. 3. ex n. 288.*, Sabell. *in Sum. §. Caupones, n. 1.*, & *Resol. 37. n. 2.*, Guttier. *in Prax. crim. q. 162.*, latè Farinac. *in Fragm. verb. Caupones, p. 1.*,

*Caldas in L. Si curatorem, verb. Per quod, n. 24.*, Mascard. *de Probat. concl. 832.*, Clarus *§. Furtum, n. 27.*

Et nota, quòd Caupo tenetur ad custodiam rerum viatoris in hospitium, quamvis seorsum merces illi non dentur custodiae causa; *L. 5. ff. Naut. Caupon.*, & *stabular.*, Gom. *tom. 2. Var. cap. 7. n. 2.*, Bovadilh. *in Polit. lib. 3. cap. 4. n. 92.*, Phæb. *dec. 149. n. 28.*, Peg. *For. cap. 3. n. 284. & 299.*

Et creditur hospitibus contra Cauponem super rebus illis ablatis, ut furtum solvat, & restituat; Jul. Clar. *d. n. 27.*, Bovadilh. *d. n. 92. propè fin.*, Aylon *ad Gom. tom. 2. Var. cap. 7. ad n. 2. vers. Nauta*, Mascard. *d. concl. 832. n. 10.*

Quod amplia, etiam si Caupo tradat claves hospitibus; quia potest prædictus Caupo habere eas duplicatas; Peg. *d. cap. 3. n. 291.*, Sabell. *d. Resol. 37. n. 9.*

Limita tamen, quando culpa ipsius viatoris res amissa, vel deteriorata est, vel saltem si concurrat culpa ejus; ut v.g. si hippoperam in stabulo super equi dorso reliquerit, vel si pallium, aut pileum in cauponæ area, aliamve rem in loco non satis congruo reliquerit, vel similibus modis negligentiam commiserit; Menoch. *de Arbitr. cas. 208.*, Boecier. *de Jur. hospitior. cap. 5. §. 5.*

(g) Vide Guerreir. *de Ration. Reddend. lib. 4. cap. 11. à n. 21.*, & latissimè de *Dat. Tut.*, & *Cur. lib. 6. cap. 35. per tot.*

(h) De damno incendii causa proveniente, vide DD. quos congerit Peg. *For. cap. 3. n. 4.*, & *tom. 4. ad Ord. lib. 1. tit. 51. glos. 4. cap. 37. n. 5.*, Sabell. *in Sum. §. Incendium, n. 1.* Et vide etiam quæ supra notantur verb. *Crimine de pôr fogo em paens, vinhas, &c.*

(a) Est

Damno de fogo, que toca ao Concelho, o Procurador delle o arrecada, e entrega o dinheiro ao Thesoureiro, *liv. 5. tit. 86. §. 9.*

Damno feito pelo gado em vinhas, paõ, ou oliveas, o paga o dono do gado, e as coimas, segundo as Posturas da Camara, *liv. 5. tit. 87. (a)*

DAMNIFICAMENTOS da coufa de raiz, que foi dotada ao filho, se traz o valor delles á collaçãõ com a coufa dotada, ou o valor, que a mesma coufa tinha ao tempo, em que foi dada em casamento, se a damnificação chegar á quarta parte do seu valor, *liv. 4. tit. 97. §. 13. (b)*

DAMNINHO, que mette gado, ou bestas ácientemente em paõ, vinha, oliveas, ou pomares no tempo, em que são coimeiros pelas Posturas da Camara, tem pena de degredo, *liv. 5. tit. 87. (c)*

DAR peitas ao Juiz, e Officiaes d'El-Rey, faz perder o direito da causa, e se applica logo á outra parte, *liv. 5. tit. 71. §. 4. (d)*

Dar conselho, ou favor para matar a El-Rey, he crime de Lesa-Magestade, *liv. 5. tit. 6. §. 1. (e)*

Dar conselho aos inimigos d'El-Rey por carta, ou aviso em seu deserviço, ou de seu Estado, he crime de Lesa-Magestade, *ibid. §. 4. e 5. (f)*

Dar ajuda, e favor a mercador, que quebra, para se encobrir, e salvar sua pessoa, e fazenda, tem pena de pagar as dividas, que elle dever aos crédores, e he castigado como participante no mesmo levantamento, *liv. 5. tit. 66. §. 6. (g)*

Dar ajuda para tirar ouro, prata, e dinheiro para fóra do Reyno, tem pena de morte, e de perdimento de sua fazenda, *liv. 5. tit. 113. (h)*

Dar ajuda ao escravo para fugir, sendo Christão he degradado para o Brasil para sempre, e sendo Mouro, ou Judeo, será captivo do Senhor do escravo, *liv. 5. tit. 63. §. 1.*

Dar ajuda para dar cutilada pelo rosto, tem pena de degredo para o Brasil, e perdimento da fazenda, *liv. 5. tit. 35. §. 7. (i)*

Dar peçonha para matar, ou manda-la dar, posto que se figa o effeito, tem pena de morte, *ibid. §. 2. (k)*

Dar a alguma pessoa a comer, ou a beber coufa para querer bem, ou mal, tem pena de morte, *liv. 5. tit. 3. §. 1. (l)*

Dar algum malfetor á prisaõ, he meyo de alcançar perdaõ do maleficio, em que foi focio, ou de outro qualquer que tenha comettido, *liv. 5. tit. 116. (m)*

DECLA-

(a) Est Text. in *L. Quintus Mutius, ff. ad L. Aquil.*, Antonel. de *Loc. legal. lib. 3. cap. 20. q. 2.*, Luc. ad *Gratian. cap. 80.*, & vide omninõ Portug. de *Donat. tom. 2. p. 3. cap. 9. ex n. 80.*, Gabr. Per. de *Man. Reg. cap. 39. à n. 5.*, Cortiad. dec. 215. ex n. 16., Peg. ad *Ord. tom. 5. pag. 255.*

Et an dominis agrorum liceat inventa pecora in prædiis capere, vel incinerare? negat Harppr. in *§. Fevra*, 12. *Institut. de Res. divis. n. 133.*, & comprobatur ex hac Lege, vide tamen Hermosilh. ad *L. 9. glos. 3.*, & 4. n. 82. tit. 2. partit. 5., Cardos. in *Prax. verb. Animal. n. 9.*, Cortiad. d. dec. 215. n. 16., *Gratian. For. cap. 80. à n. 2.*, late Peg. tom. 5. ad *Ord. lib. 1. tit. 66. §. 28. cap. 1. per tot.*

Et si pecora damnum faciant in tritico, quod est in herba, an debeat fieri aestimatio, attento tempore, quo damnum fuit factum, an attento tempore tritici maturi? vide Menoch. de *Arbitr. cas. 149. n. 21.*, Clar. lib. 5. §. fin. q. 68. n. 43., *Fragos. de Regim. Reip. p. 1. disp. 19. §. 1. n. 46.*, *Gratian. For. dec. March. 57. à n. 1.*, *Cancer. p. 1. Var. cap. 13. n. 14.*, Hermosilh. ubi *supr. n. 83.*, Sabell. in *Sum. §. Damnum, n. 7.*, Romaguer. ad *Conciol. in Stat. Eugub. lib. 6. rubr. 10. n. 10.*, August. Barbof. in *Castigat. ad Ord. lib. 5. n. 81.*

(b) Ad verba: *Chegar á quarta parte*: Quid si non ascendat ad quartam partem? dic standum esse juri communi, ut deteriorationes solvantur ab eo, qui eas fecit, re aestimata secundum tempus dotis; Valasc. de *Partit. cap. 10. n. 17.*; & vide ad materiam Barbof. in *L. Si aestimatis, § 1. ff. de Solut. matrim. n. 5.*, Guerreir. de *Division. lib. 2. cap. 13. à princ.*

(c) Vide Molin. de *Just. & Jur. tract. 2. disp. 697. n. 20.*

(d) De pœnis corruptentis Judicem vide Velasc. de *Judic. perfect. rubr. 9. annot. 13.*

(e) Vide notata supra verbo: *Crime de Lesa-Magestade de he tratar a morte de seu Rey*, &c.

(f) Vide supra notata verbo. *Crime de Lesa-Magestade de he dar conselho aos inimigos d'El-Rey por Carta*, &c.

(g) Vide Thom. Vaz alleg. 13. n. 196.

(h) Vide supra notata verb. *Ajuda se a quem a dá para levar ouro, prata, ou dinheiro*, &c.

(i) Vide supra notata verb. *Cutilada pelo rosto, se a quem a dá*, &c.

(k) Hoc delictum gravius in sceminis punitur; Matth. de *Regim. Regn. cap. 8. §. 2. n. 16.*, Sabell. in *Sum. §. Venenum, sub n. 1.* Et de materia hujus Legis vide que notantur supra verb. *Crime de propinacão de veneno*, &c. Et præter DD. ibi citatos vide Sabell. §. *Venenum*, & *Conciol. Resolut. crim. 1. 2. & 3.*, verb. *Venenum*, Molin. de *Just. & Jur. tom. 4. tract. 3. disp. 24. à n. 1.*, Cyriac. *Controv. 485.*, & alios, quos refert Peg. tom. 2. ad *Ord. lib. 1. ad Regim. Senat. Palat. §. 18. glos. 62. n. 2.*

(l) Harppr. in *§. Item Lex Cornelia*, §. *Instit. de Public. Indic. n. 64.* & 65., Gabr. Per. de *Man. Reg. cap. 53. n. 24.* & 25., Gonzal. cap. 1. de *Præsumpt. n. 12.*, Basil. dec. 7. ex n. 18. Et de his poculis amatoriiis vide etiam August. Barbof. de *Potest. Episcop. p. 3. alleg. 51. n. 126.*, PP. Salmanticens. tom. 5. tract. 21. cap. 11. punct. 10. §. 1. n. 141., Ferosin. in cap. *Cum non ab homine*, 10. de *For. compet. q. 34. n. 8.*, ubi refert, quandam mulierem fuisse damnatam de hæresi, ex eo quia poculum amatorium cuidam homini donavit, ut eum ad sui amorem alliceret.

(m) Loquitur hîc Lex de illo, qui socium, vel alium delinquentem capiendum cum effectu tradidit: unde non procedit in eo, qui solummodo delictum revelavit. An autem quis delictum committendum revelare teneatur? vide Gom. 3. *Var. cap. 2. n. 8. versic. Pro cujus declaratione*, ubi Ayllon; *Fragos. de Regim. Reip. p. 1. disp. 12. ex n. 101.*, Portug. de *Donat. tom. 1. p. 2. cap. 25. ex n. 83.*

(a) Vide



## DE

**D**ECLARAÇÃO pôde fazer o Juiz na sentença definitiva, *liv. 3. tit. 66. §. 6.* (a)  
 Declaração pôde fazer o Successor, ou Subrogado do Juiz, que deu a sentença, *ibid.*  
 Declaração pôde fazer o Desembargador, que entrou em lugar de outro, *ibid.*  
 Declaração pôde, e deve tomar o Julgador ás partes no principio da demanda, por seu officio, ou a petição da parte, para boa ordem do processo, ou para decisão da causa, *liv. 3. tit. 32.* (b)  
 DECLARAR deve o Aggravante, para que Julgador agrava, *liv. 1. tit. 6. §. 5.* (c)  
 DECLINAR não se pôde do Juizo do Almotacé, *liv. 3. tit. 5. §. 9.* (d)

Declinar para as Ordens o que he Official d'El-Rey tem pena, *liv. 2. tit. 3. §. 1.* (e)  
 DEFENSOR não he recebido a defender ao Réo em feito crime, *liv. 3. tit. 7. §. 2.* (f)  
 Defensor he recebido a defender, e allegar o justo impedimento em ausencia do Réo accusado em feito crime, *ibid. §. 3.* (g)  
 DEFESA se pôde pôr a todo o tempo pelo Réo, *liv. 5. tit. 1. §. 2.*  
 Defesas não podem fazer os Prelados, ou Fidalgos, em prejuizo das Igrejas, *liv. 2. tit. 23.*  
 DEGRADADOS não podem entrar na Côrte, nem no seu arrabalde, *liv. 5. tit. 142.* (h)  
 Degradados se trazem das cadêas do Reyno á de Lisboa em ferros com suas certidoês dos nomes, signaes, idades, e sentenças, *liv. 5. tit. 143.* (i)

Degra-

(a) Vide Cardos. in *Prax. verb. Sententia*, n. 78., Altimar de *Nullit. sent. tom. 1. rubr. 3. q. 9. n. 3.*, Castill. *lib. 6. Controv. cap. 185. n. 3.*, Fragos. de *Regim. Reip. p. 1. lib. 4. disp. 10. §. 4. n. 218. & 219.*; quod intellige, durante Judicis Officio, Mend. in *Prax. p. 2. lib. 3. cap. 18. n. 3.*, Altimar d. q. 9. n. 3.; & dummodo declaratio verbis sententiæ conveniat, Mend. d. cap. 18. n. 6.; & non infringat totam condemnationem, Mend. ubi *supr. n. 3.*, Gam. *dec. 110. à n. 36.* Et plura de declaratione sententiæ vide per *Surd. conf. 289.*, Salgad. de *Reg. protect. p. 4. cap. 12.*; & vide etiam Cabed. in *casu notabili dec. 95. n. 5.*, qui dicit, Senatum remisisse acta ad Judicem Ecclesiasticum propter quædam verba obscura, quæ erant in sententia per eum lata. Et nota, quod in hoc praxis est, quod Judex jubeat copiam dare parti, quæ ex declaratione lædi potest, antequam suam declarat sententiam; Barbof. in *L. Siquis intentione*, n. 117. ff. de *Judic.*, Mend. in *Prax. p. 2. lib. 3. cap. 18. n. 3.*, Gratian. *For. cap. 68. n. 26.*

(b) Matth. de *Regim. Regn. cap. 8. §. 4. per tot.*, concordat *Ord. lib. 3. tit. 20. §. 4.* Et hæc declaratio debet fieri sine juramento, Cabed. *p. 1. arest. 36.* Et quando Judex velit facere has interrogaciones, potest cogere partes, ut personaliter compareant; *Ord. lib. 3. tit. 7. in princ.*

Et nota, quod Reus legitime interrogatus tenetur respondere Judicis quæsitis; Delben. de *Offic. S. Inquisition. p. 1. dub. 184. sect. 6. ex n. 16.*, Matth. de *Regim. Regn. cap. 8. §. 4. ex n. 8.* Et potest Judex per torturam compellere Reum, ut interrogationibus satisfaciatur; Delben. de *Offic. S. Inquisit. tom. 1. rub. 192. sect. 34.*, Matth. de *Regim. Regn. cap. 8. §. 4. ex n. 13.*, Conciol. *Resolut. crimin. 6. verb. Tortura*: quod tamen non nisi in causis criminalibus intelligo, si veritas aliter haberi non possit; aut in civilibus, seu etiam in criminalibus levioribus non potest ad torturam deveniri, sed procedendum est secundum hanc Ordinationem. Caveant tamen Judices, ne sub spe impunitatis confessionem à Reo extorqueant; Farinac. in *Prax. crimin. q. 81. n. 276.*, & *seqq.*, & *ex n. 304.*, Velasc. de *Judic. perfect. rubr. 14. annot. 44.*, & in *Compend. de Judic. perfect. à n. 60. usq. ad 63.*, Sabell. in *Sum. §. Confessio*, n. 55.

(c) Vide *supr.* notata verb. *Aggravantes devem logo declarar, para que Juizo aggr. xv.*

(d) Vide *infra* notata verb. *Privilegio de Juiz do seu foro não val em caso de Almotacéria.*

(e) Vide omnino Gabr. *Per. dec. 58. à n. 25.*, & de *Man. Reg. cap. 48. à n. 12.*, Fermosin. in *cap. Ecclesia de Constitut. q. 53. à n. 3.*, Delben. de *Immunitat. cap. 8. dub. 9.*, Scan. in *Propugnac. discept. 13. cap. 5.*, & alios DD. *supra* relatos in verb. *Chamando-se ás Ordens algum Official d'El-Rey*, &c.

(f) Vide *Ord. lib. 5. tit. 124. §. 14. & 15.*, Leit. de *Securit. q. 10. n. 48. & 49.*, Conciol. *Resolut. Crim. verb. Procurator, resolut. 1. & 2.*, Landim de *Mod. proced. contra absen-*

*tes, quest. 10.*, Velam *Dissertat. 39. n. 34.*, Thom. Vaz ad *Reform. Just. §. 21. ex n. 266.* Et vide *supra* verb. *Accusado por feito crime*, &c.

(g) Vide latè Mend. in *Prax. p. 1. lib. 5. cap. 4. per tot.*, Peg. *tom. 13. ad Ord. in Commentar. ad hunc §. ex n. 1.* Et vide sequentem Notam Senatoris Sardinha. *Ad verba*: E defender, e allegar o justo impedimento; *amplia*, ut declinatorias omnes allegare possit, & dilatorias; Barthol. in *L. penult. §. Ad crimen*, ff. de *Public. Judic. n. 18.*, & ibi Paulus in *L. Servum, §. Publicè*, ff. de *Procurator. Guid. dec. 338.*, Menoch. de *Arbitr. cas. 80. n. 75.*, Clar. *q. 32. n. 19. vers. Paviter*. *Amplia etiam in peremptoriis*, Menoch. ubi *supr. n. 78.*, ubi dicit *admitti ad impediendum, ne processus minus legitime fiat. Et etiam allegare potest delinquentem non teneri comparere, quia inquisitio nulla sit, vel calumniosa*; Hippolyt. *conf. 43. n. 39.*, & *conf. 49. n. 6.*, & *conf. 24. n. 6.*, Menoch. d. *cas. 80. n. 82.*, Guid. *q. 338.*, Mend. à *Castr. lib. 5. cap. 4.* Et *admittuntur testes, & notoriæ probationes in continenti*, Menoch. d. *cas. 80. à n. 79.* Item *perfecto processu admittitur ad appellandum Procurator, & ad allegandam notoriam nullitatem*; Menoch. d. *cas. 80. n. 80.* Item in *capitalibus admittitur pater, filius, & dominus pro suo interesse, & damno*; & latè *ampliat ad alios consanguineos Gabr. lib. 7. concl. 9. n. 47.*, Gail *lib. 2. de Pace, cap. 8.*, Mend. à *Castr. in Prax. lib. 5. cap. 4.*

Et quando Procurator, Defensor, vel Excusator, possit comparere in Judicio pro absente criminaliter inquisito de delicto publico capitali, & debeat admitti, & quando secus; vide Cyriac. *Controv. for. 488.*, & Clar. in *§. fin. q. 32.* Nota autem, quod iste Excusator non tenetur satisfare de præsentando Reum citatum in judicio; Valasc. *conf. 66. n. 14.* Et vide *supr.* notata verb. *Citado por feito crime pôde apparecer por seu Procurador*, &c.

(h) Frass. de *Patronat. Reg. cap. 49. à n. 29.*, Scobar de *Pontific. & Reg. jurisd. cap. 29. ex n. 34.*, Berlich. *p. 4. concl. 72.* Et intellige hanc Legem de ingressu voluntario, non verò de necessario; Giurb. *conf. 81. n. 11.* Quid autem, si transiens ingrediatur? idem Giurb. d. *conf. 81. n. 14.*, Sabell. in *Sum. §. Exilium*, n. 6., Novar. *For. quest. 28. à n. 1.*, & *p. 1. quest. 3.*, ubi resolvit, quod ingressio non sufficit, nisi apprehendatur; & idem dicit Sabell. d. *§. Exilium*, n. 7., sed contrarium resolvit in *d. n. 7. versic. Contrarium.*

(i) Ad hanc Legem notat sequentia Senator Oliveira: *Nas cadêas de Lisboa costuma o Regedor mandar recolher os que vem degradados por sentenças dos Bispos para galés, ou para as Conquistas, e os fazem embarcar; no que sempre tive, e tenho grande dúvida: porque os Bispos, ou seus Vigarios não tem jurisdição mais que para degradar para fóra do seu Bispado, e não para outros Lugares, que são de diversa jurisdição, conforme o Text. na L. Relegatorum, 7. §. Sicut autem, & seqq. ff. de Interdict. & Relegat. De quo etiam vide Scobar de Pontific. & Reg. jurisd. cap. 29. n. 34.*, Frass. de *Patronat. tom. 1. cap. 49. ex n. 83.*

(a) Ad

Degradado, que não cumpre o degredo, se lhe accrescenta a pena; e se for degredo para sempre, tem pena de morte, *liv. 5. tit. 144. (a)*

Degradado pôde haver Alvará de prorrogação por dous mezes, *liv. 1. Regimento do Paço, §. 17. (b)*

Degradado para fóra de Villa, ou Côrte, não he obrigado a mostrar certidão do degredo, *ibid. (c)*

Degradado nos Lugares de Africa não pôde haver licença dos Capitaes para vir ao Reyno, nem tal licença se lhe guarda, *liv. 2. tit. 47. §. 4. (d)*

Degradados pobres são levados a cumprir seus degredos primeiro que outros, e embarcados tanto que houver embarcação, *liv. 5. tit. 141. §. 6. (e)*

Degradados, que são Cavalleiros, levão cadeia no pé, quando vão embarcar para o degredo, *ibid. §. 8.*

Degradados haverão certidão do degredo cumprido, *ibid. §. 9.*

Degradados para a India, que não tiverem com que pagar as dividas, depois de hum anno são levados na primeira Armada com cartas para o Governador, para que tudo o que ganharem, até a quantia, que se deve, seja enviada á Casa da India, para que a parte seja paga, *liv. 5. tit. 140. §. 5.*

Degradados para o Brasil, ou Africa, passando hum anno, não são detidos pelas dividas, *ibid. §. 3.*

Degradados para galés, sendo Escudeiros, ou menores de dezaseis annos, ou mayores de cincoenta e cinco, se commutaõ para o Brasil, *liv. 5. tit. 141. §. 4.*

Degradados para Castro-Marim, se quizerem, podem ir servir a alguém nos Lugares de Africa, *ibid. §. 10.*

Degradados para Africa, depois de satisfeita a condemnação, se estiverem dous mezes na cadeia, e não acharem quem os tome em fiança, para se irem apresentar, serão soltos, *liv. 5. tit. 133. §. 2.*

Degradados para as galés, cujo degredo houver de acabar desde Outubro até o mez de Março, em que as galés estão desarmadas, sejaõ soltos, *liv. 5. tit. 141. §. 5.*

DEGREDO temporal he aquelle, que se dá para fóra de certo lugar, *liv. 5. tit. 124. §. 14.*

Degredo não pôde ser levantado, senão por El-Rey, *liv. 5. tit. 144. (f)*

Degredo de Africa se commuta para Castro-Marim, ao que não tem idade para cumprir o dito degredo, *liv. 5. tit. 141. §. 3.*

Degredo se dá em lugar de açoutes, com baração e pregação, aos que tem privilegio, *liv. 5. tit. 139. §. 1.*

DELICTO do Menor de vinte annos se castiga com a mesma pena, como se fora de vinte e cinco annos, *liv. 5. tit. 136. (g)*

Delicto cometido pelo Menor de dezafete annos, fica no arbitrio do Julgador dar-lhe a pena total, ou diminui-la, *ibid. (h)*

Deli-

(a) Ad materiam hujus Legis vide Berlich. *part. 4. concl. 72.*, Giurb. *conf. 47. à n. 21.*, Clar. *lib. 3. §. fin. q. 71. n. 13.*, Conciol. *Resol. crim. verb. Exilium, resol. 1.*, Cortiad. *dec. 85. à n. 13.*, Calder. *p. 2. dec. 59. à n. 9.*, Sabell. *in Sum. §. Exilium, n. 8.*

Et nota, quòd potest Princeps veniam concedere in hoc delicto contraventionis exilii, absque partis remissione; Calder. *p. 1. dec. 32. n. 30.*, sed intellige cum Cabel. *p. 1. dec. 75. n. 6.*, Mend. à Castr. *p. 2. lib. 1. cap. 2. n. 20.*, Barbof. *ad Ord. lib. 1. tit. 3. §. 9. n. 2.*, Peg. *in Comment. ad 1. §. n. 15.*

Et quid in relegato ad triremes pro tempore, vel in perpetuum, si ab eis aufugerit? vide Cortiad. *dec. 86. n. 63. & 64.*; sed per Leg. Extravag. latam die 26. Septembr. anno 1603. decretum fuit, quòd proscripti ad triremes, si ab exilio aufugerint, smortis flagitio subjiciantur; ut videre est in Ord. *lib. 5. tit. 141. Coll. 1. n. 3.*

Et an Judices, qui condemnarunt Reum ad exilium, sint competentes ad infligendam penam mortis, propter contraventionem ejusdem exilii, vide quod statutum fuit in Placito Senatus, inserto in Ord. *lib. 5. tit. 144. Coll. 3. n. 2.*

(b) Vide verb.: Alvará de prorrogação, que se concede aos degradados, &c.

(c) Vide Mend. à Castr. *p. 2. lib. 1. cap. 2. n. 20.*, Barbof. *ad Ord. lib. 1. tit. 3. §. 12.*

(d) Concordat Ord. *lib. 5. tit. 144. §. 1.*

(e) Arouc. *in L. 2. §. 1. ff. de Reum divis. n. 130.*, ubi Tom. 1.

agit de quæstione, an uxor teneatur maritum relegatum sequi; de qua etiam vide Gutierr. *Canonic. quæst. lib. 3. de Matrimon. cap. 23. ex n. 11.*, Boff. *de Matrimon. cap. 6. §. 2. num. 45.*

(f) Vide Barbof. *ad Ord. lib. 1. tit. 3. §. 10. n. 2.*, Peg. *in Comment. ad eandem Ord. glos. 25. n. 14.*, ubi multos alios citat.

(g) Vide Matth. *de Re Crimin. controv. 8. à num. 5.*, & *controv. 16. à num. 8.*, & *controv. 41. à num. 10.*, Fragos. *de Regim. Reipubl. p. 1. d. ff. 12. §. 14. ex num. 90.*, Gom. 3. *Var. cap. 1. num. 62.*, Clar. *lib. 5. §. fin. q. 60.*, & 44., Caldas *in L. Si curatorem, verb. Vel adversarii dolo, ex n. 50.*, Farinac. *in Prax. crimin. tit. de Pæn. temp. q. 92. à n. 41.*, Cyriac. *Controv. 354. n. 27.*

Et nota, quòd in delicto commisso contra jus Divinum, aut Gentium, non succurritur mulieri, minori, aut rustico; Parex. *de Instrument. ed. t. tit. 9. resol. 5. n. 12.*

Nota etiam, quòd Parochus absque incurfu irregularitatis potest exhibere librum Baptismi ad instantiam Justitiæ; ut per illum ætas delinquentis patefiat, quamvis ex hoc sequatur, quòd Reus penam capitis patiat; ut declaravit Cardinalium Sacra Congregatio, prout refert Calder. *lib. 1. in annotat. ad dec. 16. n. 48.*

(h) Vide Menoch. *de Arbitr. cas. 329. n. 2.*, & latissimè de materia Sabell. *in Sum. §. Minor, à n. 2.* Et an Minor in delictis restituatur, vide Gom. *lib. 3. Var. cap. 1. à n. 55.*, Bovadilh. *in Politic. lib. 4. cap. 5. n. 40.*, Parex. *de Instrum. edit. tit. 9. resol. 5.*, Cyriac. *Controv. 268. n. 29.*

Delicto feito no ermo, se prova bradando sobre o delinquente, nomeando-o, e mostrando logo as feridas, *liv. 5. tit. 135. §. 2.* (a)  
**DELINQUENTE**, que tem desembargo para haver Carta de Seguro, póde andar com elle até tres dias, *liv. 1. tit. 7. §. 14.* (b)  
 Delinquente, que mora na Côrte, póde alli ser accusado, *liv. 3. tit. 6. §. 4.* (c)  
 Delinquente, que mora na Côrte, pede Carta de Seguro ao Corregedor della, *liv. 1. tit. 7. §. 10.*  
 Delinquente, que foi condemnado á revelia, se póde apresentar na prisão dentro de hum anno e dia, e se póde livrar de novo, *liv. 5. tit. 126., e §. 7.* (d)  
 Delinquente, que se acolhe a casa de algum Poderoso, será tirado della, sem lhe ser posto impedimento algum, *liv. 5. tit. 104. §. 3.* (e)  
**DEMANDA** não recebe nenhum Julgador sem escriptura, no caso, em que ella se requer, *liv. 3. tit. 59. §. 4.* (f)  
 Demanda sobre serventia, passados tres mezes sem se fallar a ella, se não póde mais continuar, nem tornar a ella, *liv. 1. tit. 68. §. 42.* (g)

(a) Vide supr. verb. *Bradando alguma mulher sobre alguém, &c.*

(b) Está revogada; vide verb. *Carta de Seguro tem tres dias para se tirar, &c.*

(c) Vide verb. *Accusado póde ser na Côrte, &c.*

(d) Vide verb. *Condemnado em caso crime á revelia, &c.*

(e) Concordat Ordin. *lib. 1. tit. 73. §. 7.*, Salcedo in *Theatr. honor. glos. 29.*, Cortiad. *dec. 237.*, Lagun. *de Fru. lib. p. 1. cap. 22. ex n. 11.*; & vide Leg. Extravag. ad Regiment. Birruariorum, vulgò *Quadrilheiros*, expeditam die 12. Martii, anno 1603., quæ est in Ord. *lib. 1. tit. 73. Coll. 1. n. 1. §. 7.* Quod tamen limita in domibus Legatorum, Arouc. in *L. 8. §. 1. ff. de Rerum division. n. 72.*, Salced. *ub. supr.*

(f) Intellige quò ad probandam conventionem, potest tamen conventus vocari ad Judicium, ut respondeat; an convenerit de scriptura facienda, nec ne: si tamen confiteatur, cogendus est scripturam facere, si neget, absolvetur; probat Ordin. *lib. 4. tit. 19. §. 2.*, Valasc. *de Jur. emphyt. q. 7. n. 36.* Quod procedit in casibus, in quibus scriptura non fuerit de substantia; si enim fuerit de substantia, nec ad solam confessionem, vel negationem vocabitur ad Judicium; Ord. *d. §. 2.*, Valasc. *ub. supr. vers. Adde.*, & vide Thom. Vaz *alleg. 72. n. 13.*

(g) Vide Mend. in *Prax. p. 2. lib. 1. cap. 2. n. 136.*, Valent. *Illustr. tract. 1. lib. 2. cap. ult. n. 5.*, Lancelot. *de Attentat. p. 2. cap. 1. limit. 2. à n. 10.*, August. Barbof. *ad cap. ult. de Nov. oper. nunt.*, Cardos. in *Prax. verb. Nuntiatio, n. 8.*, Conciol. & Romaguer. *ad Statut. Eugub. lib. 2. rubr. 70. n. 7.* Sed data legitima causa, potest prorogari terminus, ut probat hæc Ordin., Gabr. Per. *dec. 61. n. 9.*, Ciarlin. *Controv. lib. 1. cap. 30. n. 17.*, Urceol. *For. cap. 30. n. 35.*, & 36.

Et nota ex *L. unic. Cod. de Nov. oper. nunt.*, quòd, si lis prosequatur, & intra tres menses non finiatur, audiatur ædificator, si offerat satisfactionem de opere demoliendo, juxta Text. in *d. L. unic. versic. Sin vero*, Cap. *pen., & fin. de Nov. oper.*, ex quibus suppletur ista Ordin., que nihil de cautione dicit, nam praxis hoc introduxit; & vide Gratian. *For. cap. 384.*, Mend. in *Prax. Lusitan. p. 2.*

Demanda se não póde fazer ao devedor por mais do que deve, ou antes do tempo de sua obrigação, ou pelo que o Auctor já em si tem, debaixo das penas, *liv. 3. tit. 34. 35., e 36.* (h)

Demanda sobre força, roubo, guarda, deposito, ou soldada, se determina summariamente, *liv. 3. tit. 30. §. 2.* (i)

Demanda sobre o recolher dos frutos, qual das partes os colherá, não tem ferias, *liv. 3. tit. 18. §. 3.* (k)

Demanda sobre alimentos não tem ferias, *ibid. §. 6.* (l)

Demanda intentada pela mulher, que ficou prenhe, para que a mettaõ de posse em razão da criança, que tem no ventre, se póde pôr nas ferias, *ibid. §. 7.* (m)

Demanda sobre os bens de algum devedor, que se finasse, sem ter herdeiros, requerendo o crédor, que o mettaõ de posse dos taes bens, ou se entreguem a pessoa fiel, que os guarde, tal demanda não tem ferias, e se póde pôr no tempo dellas, *ibid. §. 9.*

Demanda sobre dar Tutores, ou removelos, ou escusa-los, não tem ferias, *ibid. §. 5.* (n)

Deman-

*lib. 1. cap. 2. num. 136.*, & Legem Extravagantem latam die 24. Julii, anno 1713., quæ est in Ord. *lib. 1. in Regim. Senat. Palat. Coll. 1. num. 1. in versic. qui incipit: Licença para se continuarem algumas obras, &c.*

(h) Vide supra verb. *Acção intentada em mais do que se deve, &c.* Et præter DD. ibi citatos, vide latè August. Barbof. in *Collect. ad Text. in L. unic. Cod. de Plus petit.*, Conciol. *ad Statut. Eugub. lib. 2. rubr. 17. per tot.*, Sabell. in *Sum. §. Petitio, per tot.*, Cancer. *lib. 2. Var. cap. 6. à n. 23.* Vide etiam supra notata in verb. *Ação, que demanda em Juizo mais do que lhe he devido, &c.*, & verb. *Ação, que demanda seu devedor antes de tempo, &c.*

(i) Concordat Ordin. *lib. 4. tit. 48. in princip.* Ad verbum *Força*: Procedit non solum interdicto recuperandæ, sed etiam in interdicto retinendæ, quando agitur de vi turbativa; Gabr. Per. *de Man. Reg. cap. 21. n. 16.*

Ad verbum *Deposito*: Ex hac dispositione sequitur, quòd in causis super depositi relaxatione, seu etiam restitutione, non datur appellatio; de quo vide Salgad. *de Reg. protect. p. 2. cap. 16.*, Peg. *Forens. cap. 13. num. 150.*

Ad verbum *Soldada*: Similiter in ejusmodi causis appellatio non admittitur; Salgad. *de Reg. protect. p. 3. cap. 2. à num. 79.*, Lanfranc. *de Salar. quest. 107.*

(k) Declarat Percir. *de Revision. cap. 91. n. 19.* hanc Legem procedere in feriis ordinariis inferiorum Judiciorum; secus quò ad processum, qui in Curia, vel in Senatu expediendi sunt.

(l) Vide supr. notata verb. *Alimentos se podem demandar nas ferias*; & vide Altimar *de Nullitat. sentent. rubr. 9. q. 40. num. 52.*

(m) Et an venter fit mittendus in possessione Majoratus, ad quem masculus vocatur; vide Carol. de Luc. *de Linea legal. artic. 6. n. 11.* Et de materia hujus §. vide *Tit. ff. de Ventr. in possess. mittend.*

(n) Vide Conciol. *ad Stat. Eugub. lib. 2. rubr. 28. n. 13.*, Altimar *de Nullit. sent. rubr. 9. q. 40. n. 38.*, Guerreir. *de Muner. Judic. Orphan. tract. 3. lib. 3. cap. 4. n. 19.*, & *tract. 5. lib. unic. cap. 20. n. 43.*

(a) Vide

Demanda sobre algum ser Mayor, ou Menor, ou sobre captiveiro, ou liberdade, se póde mover nas férias, *liv. 3. tit. 18. §. 8.*

Demanda sobre cometimento de paz ou trégoa, ou sobre coufa, que pertença á prol commum, ou sobre castigo, que se haja de dar a traidores, e ladroões, se póde mover no tempo das ferias, *ibid. §. 10. (a)*

Demanda sobre forças novas, suspeiçoës, e execuçoës de sentenças, se podem mover em tempo de férias, *ibid. §. 11. (b)*

Demanda sobre despejo de casas he summaria, *liv. 3. tit. 30. §. fin. (c)*

Demanda, quando El-Rey a manda espaçar ao que vai á guerra, ou armada, não he este obrigado a dar fiança, *liv. 3. tit. 37. §. 5. (d)*

DEMANDADO por reivindicacão dentro de anno e dia, será obrigado a responder perante o Juiz do seu foro, ou do Lugar, onde a coufa está, qual o Auçtor mais quizer, *liv. 3. tit. 11. §. 5. (e)*

Demandado póde ser para algum Lugar o que nelle fez algum negocio, trato, ou administraçãõ, *ibid. §. 3. (f)*

Demandado por escriptura pública, ou Alvará, que tenha força della, tem dez dias para allegar, e provar suas exceiçoës, *liv. 3. tit. 25. (g)*

Demandado sendo algum por escriptura de dote com certidaõ do matrimonio, se procede na causa por dez dias, *ibid. §. 5. (h)*

Demandado sendo algum como herdeiro, por escriptura pública feita com seu antecessor, não tem lugar a assignaçãõ de dez dias, *ibid. §. 10. (i)*

Demandado por escriptura, ou Alvará, de que não mostra paga, ou quitaçãõ nos dez dias, he condemnado por sentença *ibid. in princ. (k)*

Demandado por alguma coufa, que nomêa outro por Auçtor, se este não vem a defende-lo, lhe paga as custas, e lhe torna o preço, *liv. 3. tit. 45. §. 3. (l)*

Deman-

(a) Vide Matth. de Regim. Regn. Valent. cap. 8. §. 6. n. 31., & seqq., Bucaron. de Different. inter Judic. Crimin., & Civil. differ. 204. n. 2. & 3., Calder. tom. 3. dec. 157. à n. 29., & seqq.

(b) Ad verba: Sobre forças novas; consonat Ord. lib. 3. tit. 48. in fin. princ. Ad verba: E execuçoës de sentenças; vide Mend. in Prax. p. 2. lib. 3. cap. 21. n. 56. vers. Item executio. Limita in exceptionibus tertii jam receptis, Phæb. p. 2. arest. 40.

(c) Concordat Ord. lib. 4. tit. 24. §. 1.; & vide supr. verb. Accaõ sobre despejo de casas, &c.

(d) Vide Valasc. conf. 51. n. 30. Cabed. p. 1. dec. 24. n. 5. Et an causa Legationis sit sufficiens, ut Princeps in causis pendentibus supersedere jubeat; vide Maced. dec. 48.: imò, an de jure supersedendum sit? affirmativè resolvit Vela Dissert. 39. ex n. 14.

Et de ejusmodi exceptione, quam Neapolitani *hospicam* appellant, vide benè Torres de Majorat. p. 2. quest. 62., Tondut. de Prævent. p. 2. cap. 13. ex n. 22., Giurb. dec. 118., & vide Ord. lib. 3. tit. 38. §. 2.

(e) Circa forum rei sitæ, vide Carleval de Judic. p. 1. tit. 3. quest. 2. disp. 2., Barbof. in L. Heres absens, §. Proinde, in artic. de Foro rei sitæ, per tot. ff. de Judic., Cabed. p. 1. dec. 53. n. 6., Oliv. de For. Eccles. p. 3. n. 23., ubi in n. 8. agit de hac Ordinatione, Cortiad. tom. 3. dec. 147. n. 36. Et quid si actio sit super majoratu situato in diversis Provinciis, aut Regnis? vide Cresp. de Valdaur. observ. 15. ex n. 256.

(f) Carleval de Judic. tom. 1. diff. 2. quest. 4., Antonel. de Loc. legal. lib. 2. cap. 1. quest. 14., Ægid. in L. Ex hoc jure, p. 2. cap. 11. conf. 8. n. 7., Mend. in Prax. p. 2. lib. 1. cap. 4. n. 10.

(g) Vide Peg. For. cap. 1. per tot., Mend. in Prax. p. 1. lib. 3. cap. 22. n. 11., Cabed. p. 1. dec. 27. 28. 30. & 33., Gabr. Per. dec. 79., Valasc. conf. 170., Thom. Vaz alleg. 76., Phæb. p. 1. arest. 4. & 73., latissimè Sylv. in Commentar. ad hanc Legem. Et hunc terminum prorogari posse ad instantiam Actoris dicit Vela Dissert. 14. à n. 15., Peg. For. cap. 1. n. 219., Sylv. in Commentar. ad hanc Ord. in princ. n. 87.

Et quo tempore incipiant currere decem dies, quando acta sunt in Senatu cum petitione gravaminis; Cabed. p. 1. dec. 30. n. 2., Mend. à Castr. p. 1. lib. 3. cap. 22. §. 5. n. 54., & p. 2. eod. loc. n. 59., Sylv. in Commentar. ad hanc Ord. in princ. n. 83.

Et nota, quòd hi decem dies non currunt, nisi postquam Advocato datur copia actorum, si eam petivit, Tom. 1.

quando Judex terminum præfinivit, Mend. in Prax. p. 1. lib. 3. cap. 22. n. 56., Peg. For. cap. 1. n. 221., Cabed. d. dec. 28.

Nota etiam, quòd hi decem dies assignantur, quando proprium exhibetur instrumentum, & non quando producitur ejus exemplar; Barbof. ad hanc Leg. n. 12., Peg. For. cap. 1. n. 155., Arouc. alleg. 80. n. 76., Phæb. p. 1. arest. 4., Parex. de Instrum. Edit. tit. 1. resol. 3. à n. 3., Vaz alleg. 76. n. 8., Mend. à Castr. p. 1. lib. 3. cap. 22. n. 4., Sylv. in Commentar. ad hanc Ord. in princ. n. 48. Et vide supr. verb. Alvarás reconhecidos em Juizo, &c.

(h) Vide Portug. de Donat. Reg. lib. 1. Præhud. 2. n. 75., ubi notabilem intelligentiam præstat; & in n. 78. firmat dispositionem hujus Ordinationis procedere in quolibet alio instrumento conditionali, quod per aliam scripturam purum fieri potest; Cabed. p. 1. dec. 33. n. 10., Mend. in Prax. p. 1. lib. 3. cap. 22. n. 17., Peg. For. cap. 1. n. 162., vide etiam Moraes de Execut. lib. 3. cap. 4. n. 6., Castillh. de Aliment. cap. 36. §. 3. à n. 35. Et an similiter ad dotis restitutionem agi possit hac via summaria decem dierum? vide Moraes de Execut. lib. 2. cap. 8.

(i) Mend. in Prax. p. 1. lib. 3. cap. 22. n. 18., & p. 2. cap. 22. n. 22., Cabed. p. 1. dec. 33., Vaz alleg. 76. n. 74., ubi ampliat in n. 75. in viro & uxore in scriptura nominatis; sed vide Mend. ubi supr. p. 2. d. cap. 22. n. 19., Adit. ad Reynos. observ. 13. in fin., & idem Thom. Vaz ampliat etiam n. 80. in stipulatione in favorem tertii; vide etiam de materia hujus Legis Peg. For. cap. 1. §. 3., qui alios refert; Gabr. Per. dec. 79. n. 4., Arouc. alleg. 20., & ad L. 15. n. 3. de Legib., ubi refutat allegationes adductas à Mend. à Castr.

Quid autem in cessionario? vide Oleam de Cess. jur. tit. 6. quest. 4., Arouc. in locis citat. Et quid in subrogato in locum Institoris, vel Exercitoris, seu alius officii; an possit per decem dierum conveniri? vide Gabr. Per. dec. 28. n. 8. vers. Atque ideo, & seqq.

(k) Explicat Sylv. in Commentar. ad hanc Ord. in princip. n. 103. Et quid si opponatur usura, aut simonia? vide Cortiad. p. 3. dec. 181. à n. 29.

(l) Gabr. Per. de Man. Reg. cap. 32. n. 20. & 21., Valasc. de Partit. cap. 37. n. 1. An autem ante sententiam, & evictionem possit emptor agere, si rem inveniat alienam, vel onere affectam, vel quid simile? Urceol. de Transact. q. 42., & Consult. for. cap. 25. à n. 28., & cap. 26. & 55. & 65. & 66.

Demandado por alguma Igreja sobre bens , que diz o Réo serem seus , em quanto ao util senhorio , pertence o conhecimento ao Secular , *liv. 2. tit. 1. §. 6. (a)*

Demandado por alguma cousa, e nomêa outro por Auctor , que o venha defender , lhe assigna o Juiz o tempo conveniente para isso , *liv. 3. tit. 45.*

Demandado pôde ser na Côrte o que nella fez algum quasi contrato , posto que nella não seja achado , *liv. 3. tit. 6. §. 4. (b)*

Demandado o Orfaõ , ou Viuva perante o Corregedor do Cível da Cidade de Lisboa , pôde declinar para o Juiz da dita Cidade , *liv. 3. tit. 5. §. 3. (c)*

Demandado por assignação de dez dias , que veyo com embargos , que lhe não foraõ recebidos , pôde appellar , e aggravar , *liv. 3. tit. 25. §. 1. (d)*

Demandado por assignação de dez dias , que vem com embargos á Chancellaria , posto que elles sejaõ recebidos , passa a sentença por ella para effeito de se executar , *ibid. §. 3. (e)*

Demandado por assignação de dez dias , que

vem com embargos de incompetencia , ou exceção dilatoria , se procede nellas summariamente , abbreviando-se os termos , o mais que pudér ser , *ibid. §. 6. (f)*

Demandado por escriptura pública , não apparecendo , lhe assignaõ todavia os dez dias ; e passados elles , he condemnado , e executado , *ibid. §. 7. (g)*

Demandado por acção , que nasce de alguma sentença , se lhe podem assignar dez dias , *ibid. §. 8. (h)*

Demandado por Alvará , se o reconhecer em Juizo , se lhe assignaráõ os dez dias , *ibid. §. 9. (i)*

DEMANDAR contra sua vontade , não he ninguem constangido , *liv. 3. tit. 11. §. 4.*

Demandar pôde cada hum sua injuria e interesse , em caso , que era de querêla , *liv. 5. tit. 117. §. 21.*

Demandar pôde cada hum sua injuria , posto que haja outras penas contra o delinquente , *liv. 5. tit. 39. §. 4.*

Demandar perante Juiz Ecclesiastico por causa , que pertence á Jurisdicção d'El-Rey , tem pena , *liv. 2. tit. 1. §. 14. (k)*

Deman-

(a) Quia dominium utile est quid profanum , & diversum à dominio directo Ecclesiæ ; Sabell. *in Sum. verb. Emphyteusis* , à n. 36. , Gabr. Per. dec. 14. n. 1. *in fin.* , quidquid aliter censet Concil. *alleg. 14.* , ideoque ejus cognitio pertinet ad judicem secularem , & secundum Leges seculares debet regulari , Phæb. dec. 160. à n. 23. , Valasc. *conf. 134. à n. 13.* , & *conf. 147. n. 17.* , Gabr. Per. dec. 31. n. 5. , & *de Man. Reg. cap. 28.* , Mend. à Castr. p. 2. *lib. 2. cap. 1. n. 17.* , Cortiad. dec. 199. à n. 5.

(b) Vide verb. *Citado pôde ser na Côrte* , &c.

(c) Cabed. p. 1. *arrest. 27.* Et nota , quod istæ declinatoriæ , quas Lex Civitatis Judicibus annuebat , hodie debent fieri ad Prætores civilium causarum ; quia subrogati fuerunt in locum Judicum Civitatis , per Regium Decretum , quod refertur in Extravag. lata die 8. Maii , anno 1745. , quæ est in Ord. *lib. 1. tit. 2. Coll. 1. n. 6.*

(d) Vide Leit. *de Jur. Lusit. tract. 1. quest. 3. n. 28.* Et hanc appellationem recipiendam esse in effectu tantummodo devolutivo declarat nostra Lex ; de quo vide Peg. *For. cap. 1. n. 287.* , & *cap. 15. n. 86.* , ubi refert judicatum : quod tamen limita , si tertius appellet ; tunc enim in utroque effectu appellatio recipietur , ut declarat idem Peg. *d. cap. 15. n. 10.* , Sylv. *in Commentar. ad hanc Ord. in princ. n. 116.*

(e) Mend. *in Prax. p. 2. lib. 3. cap. 22. n. 4.* , Arouc. *alleg. 15. n. 6.*

(f) Nota ad hanc Legem , quod , dum non fuerint finitæ exceptiones incompetentiæ , aut aliæ quæcumque dilatoriæ , non currit decemdiu , Thom. Vaz *alleg. 76. à n. 54.* , Mend. *in Prax. p. 1. lib. 3. cap. 22. num. 57.* , & p. 2. *cap. 22. n. 61.* , Costa *ad Caminh. annot. 48. n. 3.* , Peg. *Forens. cap. 1. n. 225.* , quidquid per contrarium in judicato teneat Cabed. p. 1. *dec. 30. n. ult.* , quem omnes supra citati reprobant.

Et an sit admittenda exceptio litis pendenti , seu præventionis à Reo opposita , vide Mend. *in Prax. 1. p. lib. 3. cap. 3. n. 13.* , & *cap. 22. n. 28.* , Peg. *For. cap. 1. n. 248.* , qui plures alios citat.

(g) Peg. *For. cap. 1. ex n. 7.* , Thom. Vaz *alleg. 76. à n. 44.*

(h) Moraes *de Execut. lib. 2. cap. 6. ex n. 6.* , Thom. Vaz *alleg. 76. n. 63. ad fin.* Et de actione in factum , de qua in hoc §. agitur , & coram quo Judice sit proponenda , vide Giurb. *dec. 96. n. 2.* Et licet res judicata innovet primam obligationem , novamque adjiciat actionem , sit tamen deterior conditio ejus , qui sententiam obtinuit , tenet Valeron *de Transact. tit. 5. quest. 4. n. 11.* , Salgad. *in Labyrinth. credit. p. 3. cap. 1. §. unic. n. 24. & seqq.*

(i) Quid si chirographum non habeat causam : Ægid. *in L. Ex hoc jure* , p. 1. *cap. 11. num. 33.* , Berlich. p. 1. *concl. 80. à n. 80.* , Thom. Vaz *alleg. 76. n. 13.* , Peg. *For. cap. 1. num. 6.* Et quid in chirographo ejus , qui postea in furorem incidit : Reynof. *Observ. 13.*

Quid etiam in chirographo mercimonii cum clausula por conta e risco do senhor fulano : vide Arouc. *alleg. 64.* Et quid contra eum , qui albam chartam scripsit , vulgò deu signal em branco : vide Giurb. *Observ. 49. n. 19.* , Sabell. *in Sum. §. Scriptura* , n. 9. *vers. Quod subscriptio* , Matth. *de Re crimin. contror. 76. n. 65.*

Et nota , quod ad recognitionem debet personaliter fieri citatio , & non per Edicta ; Thom. Vaz *alleg. 76. n. 68.* , Peg. *For. cap. 1. n. 8.* , sed contrarium observari testatur hic Senator Oliveira.

(k) Carleval *de Judic. lib. 1. tit. 2. à n. 1121.* , Cortiad. *dec. 168. & 169.* , Fermosin. *in cap. Licet* , de *For. competent. quest. 3.* , & *seqq.* , Oliv. *de For. Eccles. p. 3. q. 14. à n. 114.* , Phæb. *dec. 118. n. 32.* , Gabr. Per. *de Man. Reg. cap. 35.* , Barbos. *in L. 1. artic. 3. n. 139. ff. de Judic.* , Ægid. *in L. Ex hoc jure* , p. 2. *cap. 13. claus. 5. n. 16.* Limita hanc Legem in Laico , qui se obligavit in Judicio Ecclesiastico præsentare Reum in causa matrimoniali ; quia in isto casu potest coram Judice Ecclesiastico conveniri ; Themud. p. 3. *dec. 257.* Et nota , quod sicut Regis Vassallus non potest se submittere Jurisdictioni Judicis Ecclesiastici , ita & eodem modo non potest se subicere Jurisdictioni alterius Principis seculares , cujus subditus non est ; Barbos. *in d. L. 1. art. 3. à n. 165. usq. ad 170. ff. de Judic.* , Gabr. Per. *dec. 2. n. 4.* , Phæb. *dec. 28. n. 15.* , Ægid. *in L. Ex hoc jure* , d. *cap. 13. claus. 5. n. 21.* , Osor. *de Patron. Reg. resol. 78. n. 15.*

Quid

Demandar se póde a pedraria, que vem da India, posto que venha mettida em lugar, que pareça que se quera defraudar o direito della, *liv. 1. tit. 51. §. 2.*

DEMARCAÇÕES, e medições se devem fazer, citadas as partes, com quem os bens partirem, e confrontarem, *liv. 1. tit. 16. §. 2. (a)*

Demarcações, e confrontações se devem declarar nos artigos, em que se demanda herdade, ou casa, *liv. 3. tit. 53. in princ. (b)*

Demarcações, e confrontações se devem declarar dos bens, que se escreverem nos Inventarios, *liv. 1. tit. 88. §. 4. (c)*

Demarcação se faz pelo Provedor dos metaes nas veyas dos metaes, que se descobrem, *liv. 2. tit. 34. §. 2.*

Demarcação, que se dér assi das minas novas, como das velhas, fica sempre ás pessoas, que as registarem, *ibid. §. 9.*

DENUNCIACÃO sendo maliciosamente intentada, paga o denunciante as custas, perdas, e danos, *liv. 5. tit. 118. (d)*

Denunciação de obra nova faz tornar tudo o que de novo se fizer, ao primeiro estado;

e depois toma o Juiz conhecimento da contenda, *liv. 3. tit. 78. §. 4. (e)*

Denunciação de obra nova se faz lançando pedras no que está edificado, *ibid. §. 4., e 5. (f)*

Denunciação em segredo se póde dar contra os blasfemadores, *liv. 5. tit. 2. §. 5.*

DENUNCIADOR he condemnado nas custas, quando o denunciado he achado sem culpa, *ibid. §. 5. (g)*

DEPOENTE póde pedir tempo para deliberar como ha de depôr, *liv. 3. tit. 53. §. 1.*

Depoente, que nega o antecedente, não he obrigado a responder ao consequente, *ibid. §. 6.*

DEPÔR não deve a parte duas vezes aos artigos, *ibid. §. 12. (h)*

Depôr deve a parte aos artigos fundados em direito particular, *ibid. §. 9.*

Depôr deve o Réo sobre artigos pertencentes, *ibid. §. 2. (i)*

Depôr deve o Reo ao artigo, que presumptivamente he pertencente, *ibid. §. 3.*

Depôr deve o Réo ao artigo, que he pertencente junto com outro, *ibid. §. 4.*

Depôr

Quid autem, si Baroni concessa sit omnimoda Jurisdictione, an similiter Vassallus Jurisdictionem alterius Principis superioris prorogare valeat? vide Giurb. *consult. 95. n. 13. & 14.*, Parex. *de Instrum. edit. tit. 2. resol. 6. à n. 235.*, & à n. 256., Cortiad. *dec. 11. n. 56.* Vide etiam notata supra verb. *Citando alguem para o Ecclesiastico no caso, que pertença ao Secular, &c.*

(a) Concordat Ord. *lib. 1. tit. 50. §. 2.*, Text. in *L. Titius heres, ff. de Act. empt.*, August. Barbof. in *L. Siquis super, 3. n. 2. Cod. Fin. regund.*, Mend. à Castr. *p. 2. lib. 4. cap. 3. §. 3. n. 27.*, Bovadih. in *Polit. lib. 5. cap. 9. n. 11.*, Altimar de *Nullit. contract. tom. 4. rubr. 1. q. 15. n. 135.*

(b) Consonat Ord. *lib. 1. tit. 88. §. 4.* Et sufficit declarar duo confinia; per illa enim demonstratur identitas rei; Valenzuel. *conf. 77. n. 46.*, Cyriac. *Controv. 192. n. 12.*, Gratian. *For. cap. 3. n. 12.*, Sabell. in *Sum. §. Identitas, n. 1.* Et sufficere operam demonstrationem claram, etiam si ceteræ non reperirentur, vel fuissent falsæ, tenet cum aliis Peg. *de Majorat. d. cap. 6. n. 286.*

Quomodo autem debeant probari confinia, vide Mend. à Castr. *p. 1. lib. 4. cap. 3. n. 14.*, Altimar de *Nullit. sent. rubr. 1. q. 15. à n. 142.*, Nogueroal *alleg. 18. n. 6.*, Valenzuel. *conf. 100. à n. 36.*, Card. de Luc. *lib. 15. tit. de Judic. disc. 24. ex n. 10.*, & alios, quos citat Hermosilh. *L. 24. glos. 2. tit. 5. part. 5. n. 55.*, latè August. Barbof. in *cap. Cum causam, 13. de Probat. ex n. 2.*, Peg. *de Majorat. tom. 1. cap. 6. ex num. 273.*

(c) Consonat Ord. *lib. 3. tit. 53. in princip.*, Guerreir. *de Inventar. lib. 1. cap. 9. in princip.*

(d) Vide supra notata verb. *Custas paga o denunciador, &c.*

(e) De novi operis nuntiatione vide aliqua per Antonel. *de Temp. legal. lib. 3. cap. 9.*, plenissimè verò Valenc. *Illustr. lib. 2. tit. 1. per septem cap.*, Cortiad. *dec. 259.*, Fragof. *de Reg. Reipubl. p. 1. disc. 21. ex n. 16. vers. Differunt, & num. seqq.*, Conciol. *ad Stat. Eugub. lib. 2. rubr. 70.*, Peg. *tom. 6. ad Ord. lib. 1. tit. 68. glos. 26. à n. 1.*

Et nota, quòd potest ille, qui vult opus ædificare, offerre satisfationem pro se, & hæredibus de ope-

re demoliendo suis expensis, si appareat eum non habere jus ædificandi, & de solvendo damnum, vel interesse, quod denunciator incurrit; *L. Prætor ait, §. Siquis paratus, ff. de Operis nov. nuntiat.*, *L. Stipulatio, ff. eod. tit. in princip.*, ubi Glos. ponit formam satisfationis, *Gom. L. 46. Taur. n. 33. ad fin.*

Hodie tamen de jure novo Codicis, denunciator non tenetur recipere talem satisfationem, nisi elapsis tribus mensibus, *L. unic. Cod. de Novi oper. nuntiat.*, *Gom. ubi supr. n. 34.*, *Fragof. d. disc. 21. n. 18.*, *Romaguer. ad Conciol. ad Statut. Eugub. d. rubr. 70. n. 16.*, *Peg. ubi supr. n. 14.*, *Sylv. in Commentar. ad hunc §. n. 41.*

Isti autem tres menses incipiunt currere à die, quo offertur satisfatio, *Gom. d. n. 34. in fin.* Et vide Extravag., quæ est in Ord. *ad Regim. Senat. Palat. Coll. 1. n. 1. in versic. qui incipit: Licença para se continnarem algumas obras.*

(f) De hac citationis forma ad novum opus nuntiationem, vide *Gom. in L. 46. Taur. num. 31.*, *Cardos. in Prax. verb. Nuntiatio novi operis, n. 4.*, *Cortiad. dec. 259. n. 6.*, *Peg. tom. 6. ad Ord. lib. 1. tit. 68. §. 23. glos. 26. n. 12.*, *Sylv. ad Ord. lib. 3. tit. 78. §. 4. n. 4.*

(g) Concordat Ord. *lib. 5. tit. 118. §. 2.*, *Cabed. p. 1. areff. 52.*, *Thom. Vaz alleg. 95. n. 8.* Et vide supra notata verb. *Custas paga o denunciador, &c.*

(h) Positionibus, quibus semel fuit responsum, non tenetur pars iterum respondere, propter timorem perjurii; *Michalor. de Positio. q. 51. & 52.*, *Sabell. in Sum. §. Positio, n. 22.*; nam etiam in juramento decisorio non tenetur quis jurare, sed satisfacit referendo juramentum; in hoc autem jurejurando non cogitur iterum jurare, ne pejeret, sed actor probet, vel succumbat; & in hoc fundatur Ord. *lib. 3. tit. 52. ut notat hinc Senator Sardinha.*

(i) *Michalor. de Posit. cap. 19.*, *Posth. Observ. 83. n. 8.* Et dicuntur impertinentes, qui nullo modo causæ adminiculantur; adminiculari autem dicuntur, quando quoquo modo directè, vel indirectè ad causam conferunt; *Mend. in Prax. p. 2. lib. 3. cap. 12. n. 41.* Et quid si respondeat cum qualitate? vide *Michalor. de Posit. cap. 58.*, *Phæb. p. 2. areff. 30. vers. Scias autem.*

(a) Mas-

Depôr não deve o Réo sobre artigos contrarios, *liv. 3. tit. 53. §. 5.*

Depôr não he obrigado o Réo sobre artigo fundado em Direito, *ibid. §. 7. (a)*

Depôr se deve sobre artigo fundado em Direito de algum Reyno, Cidade, ou Vila, *ibid. §. 8. (b)*

Depôr não he alguem obrigado sobre artigos méramente negativos, e criminosos, *ibid. §. 10., e 11. (c)*

Depôr deve a parte, sendo requerida: e se recusar depôr, será havido por confesso, *ibid. §. 13. (d)*

Depôr póde ser a parte constringida, antes da dilação assignada, a requerimento da outra parte, *liv. 3. tit. 54.*

Depôr deve o Julgador sobre a suspeição, que lhe for posta, aindaque a parte diga, que não quer o seu depoimento, *liv. 3. tit. 21. §. 4. (e)*

DEPOIMENTO foi introduzido, para que pela confissão feita sobre os artigos, seja a parte relevada de dar a elles pró-

va, *liv. 3. tit. 53. in princip.*

Depoimento não se recebe ao artigo incerto, que trata de feito alheyo, *ibid. (f)*

Depoimento, se dá delle vista á parte na mão, se ella a pede, *liv. 3. tit. 54.*

Depoimento sobre a suspeição se faz pelo Julgador dentro em tres dias; e não o dando no dito termo, fica suspeito, *liv. 3. tit. 21. §. 11. (g)*

Depoimento se toma depois do juramento de calunnia, e depois da lide contestada, *liv. 3. tit. 53. §. 13.*

DEPOSITARIO ha de ser do mesmo Lugar, e abonado, *liv. 1. tit. 62. §. 26., e liv. 2. tit. 52. §. 7.*

Depositario he aquelle, em cuja mão se configna alguma cousa, *liv. 4. tit. 49. §. 1. (h)*

Depositario, que recusa entregar o deposito, deve ser preso, até que o entregue da cadeia, *liv. 4. tit. 76. §. 5. (i)*

Depositario, que sendo requerido não entrega dahi a nove dias o deposito, deve ser preso, *liv. 4. tit. 49. §. 1. (k)*

Depo-

(a) Mascard. de Probat. tom. 3. verb. Positiones, concl. 1183. à n. 48., & seqq., Michalor. de Posit. cap. 56. per tot., Sabell. in Sum. §. Positio, n. 6., Barbof. in L. Eum, qui temerè, §. fin. ff. de Judic. n. 20., latè Guerreir. de Recusat. lib. 6. cap. 7. per tot.

(b) Vide Guerreir. de Recusat. lib. 6. cap. 7. n. 10., Sylv. in Commentar. ad hunc. §. n. 5.

(c) Mend. in Prax. p. 2. lib. 3. cap. 12. n. 46. in fin., August. Barbof. in cap. 2. n. 9. de Confess. lib. 6., Gom. 3. Var. cap. 12. n. 5., Thom. Vaz alleg. 71. n. 3., Cortiad. dec. 18. n. 87., Cancer. p. 1. Var. cap. 21. sub n. 55., Sabell. in Sum. verb. Accusator, n. 17. ubi, quod in criminalibus, non solum accusatus, sed etiam accusator deponere non tenetur. Et an usurarius cogatur deponere ad articulos super usura; Leotard. de Usur. quest. 93. à n. 65.

(d) De materia vide Michalor. de Posit. cap. 45. cum seqq. usque ad 48., & cap. 60., Posth. de Manut. observ. 45. à n. 43., Matth. de Reg. Regn. cap. 10. §. 2. à n. 87. ubi, quod adversus hujusmodi confessionem admittitur probatio; Paz in Prax. 1. tom. primæ part. 8. temp. n. 119., Mend. in Prax. p. 2. lib. 2. cap. 9. n. 6., & lib. 3. cap. 12. n. 45. & 46., Peg. For. cap. 2. n. 18., Sabell. in Sum. §. Positio, n. 18., & seqq.

Et an Archiepiscopi, seu Episcopi in Foro seculari litigantes respondeant cogantur sub pena hujus Legis, vide Matth. de Reg. Regn. Valent. cap. 10. §. 2. à n. 37.

(e) Cortiad. dec. 18. ex n. 82., Guerreir. de Recusat. lib. 6. cap. 5. Et debet deponere in termino trium dierum, ut in §. 11.; eo enim elapso non admittitur purgatio moræ, Mend. in Prax. p. 2. lib. 2. cap. 7. n. 11. & 12.

Et an Judex recusatus teneatur super suspicionibus turpibus, vel crimina continentibus sibi objectis, de positionem suam exhibere? vide Covas Practic. cap. 26. n. 3., Gratian. For. cap. 100. n. 47., Cancer. p. 1. Var. cap. 21. sub n. 55., Cortiad. d. dec. 18. n. 87., Fontanel dec. 23. à n. 7., qui omnes resolvunt non teneri Judicem ad similes articulos deponere, Thom. Vaz alleg. 71. per tot.

(f) Michalor. de Posit. cap. 16. n. 12., & seqq., Conciol. ad Statut. Eugub. lib. 2. rubr. 6. n. 17.

(g) Pereir. de Revision. cap. 24. n. 25., Guerreir. de Recusat. lib. 6. cap. 5. n. 8. & 9., & vide supra lit. (e)

(h) Per istam consignationem, seu depositionem, non transit in depositarium aliquod dominium, nec possessio, nec jus quodlibet in re; Gom. tom. 2. Var. cap. 7.

n. 2. versic. Item adde, & ibi Aylon n. 3. vers. Adde omnes, Barbof. in L. Si mora, n. 82. ff. de Solut. matrim., Carleval de Judic. lib. 1. tit. 3. disp. 31. n. 6., Castilh. lib. 3. Controv. cap. 16. n. 15. & 23., Cardos. in Prax. verb. Depositum, n. 2. & 13., Salgad. in Labyrinth. credit. p. 1. cap. 11. n. 19. & 20., & p. 3. cap. 11. n. 17. Et ideo statim, & sine dilatione, tenetur restituere depositum, actione depositi; Gom. d. cap. 7. n. 2. in princ., ubi Aylon n. 3., Hermosilh. ad Leg. 5. glos. 1. à n. 1. tit. 3. part. 5., Castilh. d. cap. 16. à n. 1. Quod amplia etiam si depositum ad tempus datum sit; Barbof. in L. Usura, 2. n. 7. Cod. Deposit., Hermosilh. d. L. 5. glos. 4. tit. 3. part. 5. à n. 1., Molin. de Just. & Jur. disp. 529. in princip. Et antequam illud reddat, nullam causam allegare potest, nec aliquis tertius admitti debet ad restitutionem impediendam; Cardos. in Prax. verb. Depositum, n. 13., Hermosilh. d. glos. 1. à n. 2., August. Barbof. in L. Siquis, 11. n. 2. 3. 4. & 5. Cod. Deposit., Petr. Barbof. in L. Divortio, §. Ob donationes, n. 17. ff. de Solut. matrim., Peg. tom. 12. ad Ord. lib. 2. tit. 52. §. 6. glos. 8. n. 9.

(i) Debet capi illico, & non expectatis novem diebus, non obstante Ord. lib. 4. tit. 49. §. 1., quæ loquitur in suo casu; Barbof. in Addit. ad Ord. lib. 4. n. 192. & 193., Et vide Peg. ad Ord. tom. 3. lib. 1. tit. 28. glos. 1. n. 4., & Forens. cap. 3. n. 78., & seqq., Phæb. dec. 89. n. 6. & 8. Si enim constet de deposito per publicum instrumentum, seu per aliam probationem, quæ de Jure fidei faciat, proceditur executivè contra depositarium, quia depositum habet executionem paratam, sicut res judicata; August. Barbof. cum multis, in L. Siquis, n. 6. Cod. Deposit., Castilh. lib. 3. Controv. cap. 16., Hermosilh. ad L. 5. glos. 4. tit. 3. part. 5. n. 2., Carleval de Judic. lib. 1. tit. 3. disp. 6. n. 2. vers. Sed virtute. Et fit compulsio, captis pignoribus, & per capturam; Gom. tom. 2. Var. cap. 12. n. 22. vers. Octavus casus, Salgad. de Reg. protect. p. 1. cap. 11. n. 50. & 51., & in Labyrinth. credit. p. 1. cap. 41. n. 39., Cancer. p. 2. Var. cap. 3. n. 19. vers. Et sic, & n. 140. & 141., & p. 3. cap. 8. à n. 34., Olea de Cess. jur. tit. 5. q. 8. n. 8. Audietur tamen depositarius, si exceptiones probet in continenti; Reynof. Observ. 45. num. 6.

(k) Mend. à Castr. p. 1. lib. 3. cap. 21. §. 10. n. 57. vers. Praxis, Altim. de Nullit. tom. 4. quest. 21. n. 79., Peg. For. cap. 3. n. 95., & vide supra proximè notata.

(a) Vide

Depositorio, que recebeo o deposito por mandado do Juiz, não se póde escusar, por dizer, que o entregou ao tal Juiz; mas o deve entregar; e não o entregando até nove dias, he preso, e não he solto, até que o entregue, *liv. 4. tit. 49.*

§. 1. (a)

Depositorio, que usa do deposito sem vontade de seu dono, deve ser preso; e não he solto, até que da cadêa entregue a coufa com o damno, posto que dê fiança, *liv. 4. tit. 76. §. 5. (b)*

Depositorio não póde allegar compensação, senão em caso semelhante, *liv. 4. tit. 78.*

§. 1. (c)

Depositorio não póde entregar, nem emprestar o deposito ao Juiz, *liv. 4. tit. 49. §. 1.*

Depositorio, que nega o deposito, haverá pena de bulraõ, e illiciador, *liv. 4. tit. 76.*

§. 5. (d)

Depositorio não póde fazer cessaõ de bens, *ibid. (e)*

Depositorio da Côrte recebe o dinheiro da condemnação das partes, e esportulas dos Julgadores, *liv. 1. tit. 28. §. 2.*

Depositorio da Côrte recebe o dinheiro das

condemnações applicadas á Redempção dos Captivos, *ibid.*

Depositorio da Côrte recebe todo o dinheiro, prata, ouro, joyas, e quaesquer peñhores, que por via da Justiça se mandaõ depositar, *ibid. in princ. (f)*

Depositorio recebe todo o dinheiro, e peñhores, que qualquer pessoa quizer depositar para guarda de seu direito, *ibid.*

Depositorio da Côrte, do que recebe, se carrega tudo em receita pelo Escrivaõ do seu cargo em hum livro para isso numerado, e cujas folhas vaõ assignadas no principio de cada livro, *ibid.*

Depositorio da Côrte assigna em cada assento da receita com o Escrivaõ tudo o que lhe for entregue, *ibid.*

DEPOSITO algum não póde receber nenhum Official da Justiça, ou Fazenda, *liv. 4. tit. 49. (g)*

Deposito se faz do dinheiro da execuçaõ, quando a parte vem com embargos, *liv. 3. tit. 86. §. 3.*

Deposito se faz do dinheiro da execuçaõ, quando a parte vem com embargos, e o vencedor não dá fiança, *ibid. §. 15.*

Depo-

(a) Vide Mend. à Castr. p. 1. lib. 3. cap. 23. n. 57., Reynof. *Obsery.* 45. n. 8., Moraes de Execut. lib. 1. cap. 4. cas. 8. Et procedit hæc dispositio etiam in deposito confidentiali; Phæb. dec. 185., Peg. For. cap. 3. n. 96. Si autem depositarius sit nobilis, & depositum non restituat, an homagium habere debeat, vel in carcerem detrudendus sit resolve cum Salgad. in *Labyrinth. credit. p. 1. cap. 13. n. 24. & 41.*, & cap. 41. n. 39., & de Reg. Protec. p. 4. cap. 5. à n. 50., Mend. in *Prax. arrest. 26. post 1. p.*, Olea de *Ces. jur. tit. 5. q. 8. n. 9.*, Bovadilh. lib. 3. cap. 15. ex n. 24.

(b) Vide Text. in L. 3. Cod. *Deposit. l. Si furtum, ff. de Condit. furtiv.*, §. *Furtum*, *Instit. de Oblig.*, que ex delict., Molin. de *Just. & Jur. tom. 2. disp. 524.*, Hermosilh. L. 8. tit. 3. *glos. 1. n. 13.*, Menchac. *Illustr. controv. lib. 3. cap. 97. n. 2.*, Paz in *Prax. p. 4. tom. 1. cap. 2. n. 34.*, Guttier. *Pract. lib. 2. quest. 25.*, Cald. ad L. *Si curatorem, verb. Sine curatore, n. 108.*, Farinac. in *Prax. p. 1. quest. 27. n. 42.*, Bovadilh. in *Polit. lib. 3. cap. 13. n. 30.*, ex quibus aperte constat, quod utens re deposita furtum committit.

(c) Vide Castilh. de *Alim. cap. 67. n. 13.*, & lib. 3. cap. 16. n. 11., Molin. de *Just. & Jur. disp. 526. n. 4.*, Cald. For. lib. 1. *quest. 14. n. 3.*, Barbof. in L. *Dirortio*, §. *Ob donationes*, n. 13. & 14. ff. de *Solut. matrim.*, Gabr. *Per. de Man. Reg. cap. 23. n. 4. versic. Dixi*, Guerreir. de *Division. lib. 8. cap. 7. à n. 38.*, August. Barbof. in L. *Siquis*, 11. Cod. *Deposit. à n. 5.*, Gom. 2. *Var. cap. 7. n. 2. vers. Item non habet*, Reynof. *Obsery. 45. n. 8.* Et vide supra notata verb. *Compensação não póde allegar o depositario.*

(d) Depositarius negans depositum, furtum committit, actioneque furti conveniri potest; Barbof. in *Collectan. ad Text. in cap. 1. de Deposito*, n. 6., Escobar de *Ratiocin. cap. 20. n. 2. & 9.*, Farinac. de *Furt. q. 168. n. 3.*, Cancer. lib. 3. *Var. cap. 8. n. 38.*, Hermosilh. L. 8. tit. 3. *glos. 1. n. 9.* Et si patiatu se condemnari ad restitutionem depositi, efficitur infamis; Barbof. in L. *Qui depositum*, n. 3. Cod. *Deposit.*, Gom. tom. 2. *Var. cap. 7. n. 2. vers. Item si de-*

positarius, Cancer. ubi *supr. d. n. 38.*, Hermosilh. ubi *supr. n. 8.*

(e) Vide verb. *Cessaõ de bens não póde fazer o depositario.*

(f) Vide de materia *Fragof. de Regim. Reip. p. 1. disp. 22. n. 15.*, Otter. de *Official. p. 2. cap. 11.* Et an possit pecunias dare ad cambium, vel cum illis negociare? vide *Noguerol alleg. 5. n. 18.*, Ord. *liv. 2. tit. 51. §. 1.*

Et nota etiam, quod depositarius de mandato Judicis solvens depositum ex falso instrumento recipit in se periculum; Olea de *Ces. jur. tit. 5. quest. 9. à n. 20.*, & ita judicatum na causa de Manoel da Sylva Duarte com Francisco Lopes Franco, de que foi Escrivaõ Luiz de Freitas Sampayo, anno de 1685., ut notat ad hanc *Ordin. Senator Oliveira.*

Depositarius autem, si Judex injustè removeat depositum, an liberetur, si non contradicat? vide Hermosilh. ad L. 3. tit. 3. *glos. 1. n. 5.*, ubi latè cum multis.

Et nota etiam, quod si ejusmodi depositarius sequestrat de coerit, periculum erit debitoris, nisi creditor sit in culpa, ut ait, & judicatum refert *Gam. dec. 189.*, Afflict. dec. 172., & sequitur Peg. in *rubr. hujus tit. n. 5.*

Et ad hancmet *Ordin.* notat Senator Oliveira. In *ca. su autem occurrenti cogitabam, an Dominus Rex, qui non idoneum depositarium proposuit, teneretur de suo pecunias solvere partibus, que illas de mandato Judicis coacte deposuerunt? Et in partem affirmativam inclino; nam si Judex depositarium non idoneum constituens tenetur, ut ex Bald., & Barth. tenet Azaved. in L. 3. tit. 9. lib. 3. n. 6.*, Otter. de *Official. p. 2. cap. 11. n. 14. in fin.*, non invenio causam, cur idem non sit quoad Regem, qui non solum depositarium proponit, sed etiam jubet, ut apud alium pecunie, si mobilia non deponantur, ex quo etiam privat partes libertate eligendi depositarium, & etiam recu su contra Judicem, si is cum proponere vel approbare vellet.

Et an debitor, qui auctoritate Judicis deposuit, ex eo quia creditor oblatam sibi pecuniam accipere recusavit, possit ante acceptationem creditoris revocare depositum, & à depositario exigere pecuniam? vide Oleam de *Ces. jur. tit. 1. quest. 1. à n. 18.*

(g) *Fragof. de Regim. Reip. p. 1. disp. 22. n. 17.*, Molin. de *Just. & Jur. tract. 2. disp. 525. n. 5.* Limita in *ca. Ord. lib. 3. tit. 22. in fin. princ.*

(a) Limi-



Deposito em mão de outra pessoa, que não for o Thesoureiro da Corte, não obriga a parte, que está obrigada a depositar, *liv. 1. tit. 28. §. 1. (a)*

Deposito se faz da cousa julgada por assignação de dez dias, a que o Réo veyo com embargos, que lhe foraõ recebidos, *liv. 3. tit. 25. in fin. princip. (b)*

Deposito, que passar de sessenta mil reis, se deve provar por escriptura pública, *liv. 3. tit. 59.*

DERRIBAR se póde a casa, que está encostada ao muro, havendo guerra, ou cerco, *liv. 1. tit. 68. §. 41. (c)*

Derribar não póde ninguem a casa para vender a pedra, e madeira della, *liv. 2. tit. 26. §. 27. (d)*

DESAFIO não se entende para haver a pena delle, se alguem differ em rixa nova, que repta, e desafia a outrem, ou que o requer para se com elle matar, ou que o fará conhecer alguma cousa mão por mão, ou com muitos, se depois de ditas não se seguir mais algum acto de desafio, *liv. 5. tit. 43. in princip.*

Desafio se algum peão fizer a algum Fidalgo, requerendo, e reptando, que se mate com elle, além das penas ditas, será açoutado publicamente, *ibid. §. 1.*

Desafio, e repto, que alguem fizer nestes

Reynos a outra pessoa, posto que fóra esteja delles, se o reptador for natural delles, tem a mesma pena, *ibid.*

Desafio não póde ninguem aceitar sob as mesmas penas, *ibid.*

Desafio não póde ninguem fazer reptando a outro, sob pena de perder todos seus bens para a Corõa, e ser riscado dos livros d'El-Rey, e ser degradado para Africa até mercê d'El-Rey, *liv. 5. tit. 43. in princip. (e)*

Desafio não póde ninguem apadrinhar, nem assegurar ou acompanhar sob as mesmas penas, *ibid. §. 1. (f)*

DESAFFORADOS contratos não póde ninguem fazer, nem elles valem, *liv. 4. tit. 72. (g)*

Desafforado contrato he, quando hum promette dar, ou fazer alguma cousa a tempo certo, sobre certa pena, e não a dando ao dito tempo, que logo seja executado, sem ser mais ouvido, nem citado, *ibid.*

Desafforar-se não póde alguem do Juizo da India e Mina nos negocios, que a elle tocaõ, *liv. 1. tit. 52. §. 3. (h)*

DESASISADO, vide verb. *Furioso.*

DESAPOSSADO não deve ser algum da cousa, que pela Justiça vender obrigado, antes que lhe seja pago o preço della, *liv. 4. tit. 11. §. ultim. (i)*

DESCA-

(a) Limita, de consensu creditoris, Arouc. *ad L. 2. §. 1. n. 290. ff. de Rer. division.*

(b) Mend. *in Prax. p. 2. lib. 3. cap. 22. n. 4.*, ubi contra Phæb. infurgit; & vide Arouc. *alleg. 15. n. 18.*, & in eadem *alleg. refert omnes casus, quibus Reus satisfidare tenetur.*

(c) Vide supra notata verb. *Casa junto ao muro, &c.*

(d) Vide Portug. *de Donat. Reg. tom. 2. cap. 39.*

(e) Usus detestabilis duellorum, fabricante diabolo, introductus fuit, ut, cruenta corporum morte, animarum etiam pernitiens lucraretur; & ideo ex Christiano orbe penitus exterminatus fuit per Sacrum Concil. Trid. *sess. 25. de Reform. cap. 19.*: de quo vide latè Gutier. *in Prax. crim. q. 104. per tot.*, Matth. *de Reg. Regn. Valent. cap. 11. §. 5. à n. 56.*, Fragos. *de Regim. Reip. p. 1. lib. 1. diff. 2. §. 10. n. 15.*, Bovadilh. *in Politic. lib. 2. cap. 14. n. 40.*, ubi resolvit Ecclesiasticam immunitatem duellantibus solummodo denegari, quando secundum Leges ad duellum præscriptas se invicem ad certamen provocantur; ut scilicet, si campum designent, sonituque tubæ, & inter limitata valla digladiantur, si Patrini, Judicesque assistant, ut æquent arma, solem dividant, &c.; sed contrarium sequitur Sanch. *ad Præcept. Decalog. lib. 2. cap. 39. n. 24.*, ubi dicit Decretum Concilii Tridentini debere intelligi non solum de duello solemnibus, sed etiam de singulari certamine. Et nota, quod duellum dicitur causa justa, ut quis incarcerari possit, propter pericula evitanda, Mend. *à Castr. p. 2. lib. 1. cap. 2. n. 35.* Et duelli pena non incurritur ex epistola injuriosa, & plena convitiis, Præb. *p. 1. arest. 150.* Et vide quod dispositum fuit in Leg. Extravag., quam invenies in Ord. *lib. 5. tit. 43. Coll. 1. n. 1.*, & apud Peg. *in Addit. ad Ord. lib. 1. tit. 65. n. 67.*, &

Guerreir. *de Privileg. Familiar. cap. 13. n. 24.* Vide etiam supra notata verb. *Crime de desafio, quem o cometer, &c.*

(f) Auxilium, & favorem præstantes in duello, vel se quoquo modo gerentes in eo, puniuntur eadem pena, qua ipsi duellantes, vigore Bullarum Pontificalium Clementis VIII., Pii IV., ac Gregorii XIII., & Concil. Tridentis *sess. 25. cap. 29. de Reform.*, ita dicit Sabell. *in Sum. §. Auxilium, n. 7.*

(g) Vide supra notata verb. *Contratos desafforados, &c.*

(h) Nota, quod per Legem Extravagantem, die 3. Augusti anno 1729. expeditam, sancitum fuit, ut nullæ sint sententiæ super rebus ad Judicium Indiæ & Minæ pertinentibus, si latæ sint in processibus Indiæ & Minæ, quam Indiæ & Minæ, exaratis; ut constat ex Ord. *lib. 1. tit. 51. Coll. 1. n. 6.*

(i) Vide Giurb. *Observ. 30. n. 5.*, Rebell. *de Oblig. just. p. 2. lib. 9. quest. 18. n. 44.*, Valasc. *conf. 22. n. 5.*, Gufman *de Evict. q. 52. n. 57.*, August. Barbof. *in d. L. Invitum, 11. n. 14. Cod. de Cent. empr.*, Mieres *de Majorat. p. 4. q. 1. n. 116.*, Phæb. *dec. 94. n. 3.*, Bovadilh. *in Politic. lib. 3. cap. 3. n. 21.*, Cortiad. *dec. 246. n. 85.*

Nota autem, quod in casibus, in quibus quis cogitur vendere, cogendus quidem est, quamvis res sit majoratus; Salgad. *in Labyrinth. p. 4. cap. 9. n. 110.*, Gufman *de Evict. d. q. 52. n. 41.*, August. Barbof. *in d. L. Invitum, 11. n. 10.*, Mostaz. *de Caus. piis, tom. 2. lib. 5. cap. 2. à n. 7.*, Hermosilh. *L. 3. glos. 1. n. 49. tit. 5. p. 5.*, Cortiad. *d. dec. 246. n. 45.*

Et ad hunc locum scribit sequentia Senator Oliveira. *Note-se a este §. 4.*, que no anno de 1687. em hum feito do Conde da Atalaya com os Frades de S. Paulo, de que foi Escrivão Manoel Soares, se julgo que sendo por Atarvá de Sua Magestade

DESCAMINHADA se diz a coufa, que se tira fóra do Reyno, quando se acha no derradeiro Lugar, que está junto ao extremo, *liv. 5. tit. 112. §. 5. (a)*  
 Descaminhados de coufas de Guiné, ou India, se levaõ perante o Juiz da India, *liv. 5. tit. 106. §. 2. (b)*  
 Descaminhados das coufas da India, e Guiné, que se tomaõ, se dá parte dellas aos que as trazem, *ibid. §. 3.*  
 Descaminhados da India, e Guiné conhece delles o Juiz da India, e Mina, *liv. 1. tit. 51. §. 5. (c)*  
 Descaminhada se diz a coufa, que vai para fóra do Reyno, sendo achada no Mar, ou em barcas, *liv. 5. tit. 113.*  
 DESCENDENTES por linha feminina não succedem nas Terras da Corõa, *liv. 2. tit. 35. §. 4., e 14. (d)*  
 DESCOBRINDO alguem o contrato usurario, que fez, lhe será perdoada a pena, *liv. 4. tit. 67. §. 10.*  
 Descobrimdo alguem o contrato simulado, que fez, lhe será perdoada a pena, *liv. 4. tit. 71. §. 2.*  
 Descobrimdo alguem, que comprou desembargo, lhe será perdoada a pena, e haverá amétade da pena da outra parte, *liv. 4. tit. 14. §. 2.*  
 Descobrimdo alguem conjuraçãõ contra El-

Rey, antes d'elle o saber, será perdoado, *liv. 5. tit. 6. §. 12. (e)*  
 Descobrimdo alguem quem deu cutilada pelo rosto, será perdoado, posto que fosse participante no delicto, *liv. 5. tit. 35. §. 7.*  
 Descobrimdo alguma mulher o incesto, que com ella se cometteo, se lhe perdoa a culpa, vindo queixar-se logo, *liv. 5. tit. 17. §. 4. (f)*  
 Descobrimdo o que deu peita ao Official de Justiça dentro de hum mez, será perdoado, *liv. 5. tit. 71. §. 5. (g)*  
 Descobrimdo alguem quem deu cutilada pelo rosto, ou a mandou dar, ou quem foi em sua ajuda, leva amétade das fazendas dos culpados, *liv. 5. tit. 35. §. 7.*  
 DESCOBRIDOR das coufas defesas, que se tiraõ fóra do Reyno, leva a terceira parte, *liv. 5. tit. 112. §. 9. (h)*  
 Descobridor de sodomitas leva amétade da fazenda delles, *liv. 5. tit. 13. §. 4.*  
 Descobridor do que passa gado para fóra do Reyno, leva a terceira parte do dinheiro, que se applica á Camara, *liv. 5. tit. 115. §. 8.*  
 Descobridor dos malfeitos, haverá perdaõ do mesmo maleficio, de que foi participante, ou de outro semelhante, *liv. 5. tit. 116. (i)*

Desco-

gestade o dito Conde obrigado a vender huma propriedade para o Convento dos ditos Frades, se lhe devia pagar a quinta parte mais da justa estimaçãõ della, na forma desta Ordenaçãõ, a qual fallando em caso taõ favoravel, como o da liberdade de hum Christãõ captivo em poder de Infeis, se devia com mayor razãõ praticar em todos os outros; o que he muito para se notar, e advertir em caso semelhante.

sed quòd non magis debeat venditori conferri, quàm justum pretium; & quomodò aestimari debeat, vide Rosam *conf. 12.*, Cortiad. *d. dec. 246. ex n. 85. & 90.*

(a) Salced. *in L. 2. tit. 13. lib. 3. Recopil. n. 36. pag. 207.* Et de commissis in mercibus prohibitis, de quibus in hoc Tit., & aliis seq., vide Salced. *de Contraband. per integr. tract.*, Solorzan. *de Jur. Indiar. lib. 4. cap. 11. n. 64.*, Portug. *de Donat. tom. 2. cap. 34.*

(b) Vide supra notata verb. *Causas descaminhadas de Guiné, e da India, &c.*

(c) Nota, que nem o Familiar do Santo Officio póde declinar para o seu Juizo do Fisco nas causas, que pertencerem ao Juizo de India, e Mina; assim se julgou no Senado, e com razãõ; porque nem o Desembargador póde declinar, como diz Mend. à Castr. *p. 1. lib. 1. cap. 2. n. 14.*, sendo que o seu privilegio he mayor: e quanto aos Familiares, assim o resolveo Sua Magestade, sem embargo da réplica, que sobre isso fez o Conselho geral do Santo Officio, *ita notat ad hanc Ord. Senator Oliveira.*

(d) Vide Souf. *in L. Fœmina, p. 1. n. 40.*, ubi multos casus percurrit, Valasc. *conf. 120. n. 3.*, Cabed. *p. 2. dec. 27. n. 2.* Et masculus ex fœmina à successione exclusã non potest admitti; Mieres *de Majorat. p. 2. quest. 6. n. 7.*, Peregrin. *de Fideicom. artic. 26. n. 2.*, Moiin. *de Primogen. lib. 3. Tom. 1.*

*cap. 5. n. 47.*, Surd. *conf. 185. n. 3. lib. 2.*: ex quo infertur, quòd exclusã matre à successione majoratus, filius ex ea succedere non potest; de quo vide Pereir. *dec. 59. n. 1. & 2.*, Larream *dec. 54.*, Giurb. *de Fœud. §. 2. glos. 6. n. 86.*, Barbof. *lib. 1. vot. 7. ex n. 16.*, & *lib. 2. vot. 70. à n. 12.*, Rox. *de Incompatibil. p. 1. cap. 6. ex n. 320.*, Fragof. *de Regim. Reip. p. 3. disp. 9. §. 9. à n. 8.*, Card. de Luc. *de Fideicommiss. disc. 25. cum seqq. usq. ad 33.*, Ros. *conf. 69. à n. 199.*, Peg. *de Majorat. cap. 16.*, Torr. *de Majorat. cap. 25. à n. 263.*, & fulissimè *cap. 38. §. 17.*, Arouc. *in L. In multis, 9. ff. de Stat. homin. n. 66.*, Altograd. *Junior controuv. 68. & 69.* Et vide verb. *Bens da Corõa, nelles á falta de varãõ não succede a femea.*

(e) Vide Larream *Alleg. fiscal. 65.*, Cabed. *p. 2. dec. 82. n. 14.*; non tamen revelare tenetur, si probare non possit, Basilic. *dec. 6. à n. 19.*, Larrea *supr. n. 58.*, & vide Portug. *de Donat. tom. 1. lib. 1. p. 2. cap. 25. n. 86.*

(f) Farinac. *in Prax. crimin. quest. 149. n. 152.*  
 (g) Vide Regimen Patrimon. Regal. *cap. 194. §. 1.* Et quando pœnam evitet ille, qui corruptionem revelavit, vide Velasc. *de Judic. pers. et. rubr. 9. annot. 13. n. 4. & 5.*

(h) Similis Ord. *lib. 5. tit. 107. §. 23. & 24.*

(i) Hæc Lex loquitur de illo, qui socium, vel alium delinquentem capiendum cum effectu tradidit; unde non procedit in eo, qui solummodò delictum revelavit. Et an quis teneatur revelare delictum nondum commissum, sed committendum, vide Gomes *tom. 3. Var. cap. 2. n. 8. versic. Pro cuius declaratione*, ubi Aylon, Fragof. *de Regim. Reipubl. p. 1. disp. 12. ex 101.*, Portug. *de Donat. tom. 1. p. 2. cap. 25. ex n. 83.* Et nota, quòd illi, qui revelare crimen debent, non aliter revelare tenentur, quàm si ejus probationem habeant; Gomes *d. cap. 2. n. 8. versic. Advertendum*, Cyriac. *Controv. 171.*

Gg

(a) Vide

Descobridor dos que vão contra o Regimento das cousas de Guiné, e Mina, leva o terço do que El-Rey levar, *liv. 5. tit. 107. §. 23.*

DESCOBRIR segredo d'El-Rey, de que se lhe siga damno, ou prejuizo, tem pena de morte, *liv. 5. tit. 9. (a)*

Descobrir segredo d'El-Rey he delicto, de que resulta infamia, e privação de ser mais do Conselho, *ibid.*

Descobrir o segredo da Justiça, ou os votos da Relação, quem o fizer he privado do Officio, e inhabil para nunca mais o haver, e terá a pena de perjuro, *ibid. §. 2. (b)*

Descobrir veyra de ouro, ou prata, tem de premio vinte cruzados, *liv. 2. tit. 34. (c)*

Descobrir navio, ou casa, em que se ache moéda, que vem de fóra do Reyno batida do cunho deste, tem de premio tudo o que por sua industria for achado, e amêdade da fazenda, que por o tal caso se perder; e se lhe perdoa qualquer pena de delicto, que tenha comettido, como não seja de morte natural, ou civil, ou de re-

sistencia, não tendo parte, *liv. 5. tit. 12. §. 6. (d)*

DESCOBRIMENTO de minas em terras aproveitadas, não se fará sem licença do Provedor dos metaes, *liv. 2. tit. 34. §. 1.*

DESEMBARGADOR DO PAÇO mais antigo, passa as Cartas, e Sentenças, que em alguns casos dér o Chancellér mór, ou nos feitos, em que for Auctor, ou Réo; e tendo dũvida, as glosa, e determina na Mesa, *liv. 1. tit. 2. §. 21. (e)*

Desembargadores do Paço ouvem os Prelados, e Juizes Ecclesiasticos, com o Procurador da Corõa, quando forem chamados por El-Rey para desistirem de tomar a Jurisdição Real, *liv. 1. tit. 12. §. 6. (f)*

Desembargadores do Paço daõ Provisão para os Taballiaes darem Instrumentos das notas, com salva, e presente a parte, *liv. 3. tit. 60. §. 6. (g)*

Desembargadores do Paço não tomaõ petições para perdoar delictos, sem haver perdaõ de todas as partes, a quem tocar, *liv. 1. tit. 3. §. 9. (h)*

Desem-

(a) Vide Molin. de Just. & Jur. tract. 4. diff. 3. & seqq., Valenzuel. Consult. 162., Escobar. de Puritat. p. 1. q. 6. §. 5. n. 28., Bovadilh. in Polit. lib. 2. cap. 5. n. 32.

(b) Phæb. p. 2. arest. 41., Cabed. p. 1. dec. 6. n. 15., Escobar de Purit. p. 1. q. 6. §. 5. ex n. 11., Bovadilh. in Politic. lib. 2. cap. 5., & lib. 3. cap. 7. n. 52., & lib. 4. cap. 2. n. 29. Et nota, que por muitos Decretos tem Sua Magestade commendado a observancia do segredo nos Tribunaes, os quaes estaõ na Ord. liv. 5. tit. 9. Coll. 2. n. 1., e seg. E ao Regedor, e Governador do Porto, e Presidentes dos Tribunaes toca inquirir dos Ministros, e Officiaes, que não guardaõ segredo, e proceder contra os culpados; e daquelles, contra quem não convier proceder, dar conta a Sua Magestade, d. Coll. 2. n. 1., e n. 6.

(c) Inventor mineræ, seu venæ, & fodinæ auri, vel argenti non facit inventum suum, quia ad Regem pertinent, & inter Regalia numerantur, ex Ord. lib. 2. tit. 26. §. 16., Castilh. de Tertius, cap. 41. à n. 17., Fragos. de Regim. Reip. p. 1. lib. 3. d'ff. 5. n. 18., Lagun. de Fruct. p. 1. cap. 10. n. 57., Cabed. p. 2. dec. 55., Portug. de Donat. Reg. p. 3. cap. 12. n. 10., Cotiad. p. 4. dec. 261. n. 17.

(d) Portug. de Donat. tem. 1. p. 2. cap. 25. ex n. 91.

(e) Super hac Ordinationem in sequenti Nota; Ibi: Desembargador do Paço mais antigo, quid se forem papis da Mesa: parece que não falla nelles, senão no que julga fóra da Mesa: porém os papis da Mesa, que elle não passa, por ter votado nelles, parece que os não pôde passar nenhum da Mesa, porque pôde haver caso, em que venha a votar nelles.

(f) Patet ex hac Lege, quòd Ecclesiastici in hoc casu possunt vocari à Rege, & quòd tenentur comparere; quia cum perturbent Jurisdictionem Regiam, justè vocantur, ut rationem reddant; Gabr. Per. de Man. Reg. p. 1. cap. 4. n. 3., & cap. 12. n. 5., Soares Granat. Adversus Angliæ error. lib. 4. cap. 34. n. 26. Et qualiter non comparentes possint ejici à Regno tanquam inobedientes, vide Bovadilh. in Politic. lib. 2. cap. 18. n. 63.

Ad verba: Para desistirem de tomar a jurisdição Real; nam Judices seculares nunquam poterunt reponere ea,

quæ Ecclesiastici egerunt; namque ipsimet reponere debent; Salgad. de Reg. protect. p. 1. cap. 2. à n. 300., & de Supplicat. p. 1. cap. 10. n. 61. Quid autem si Judex Ecclesiasticus abeat, aut decedat? Salgad. de Reg. protect. p. 1. cap. 3. à n. 24., & de Supplicat. d. cap. 10. à n. 62.

(g) Esta derogada esta Ordenação por huma Extravagante de 20. de Abril de 1647., na qual se determinou, que basta jurarem as partes perante qualquer Julgador, que não sabe da primeira escriptura, para que se lhe possa mandar dar outra da Nota, sem ser necessario recorrer ao Desembargo do Paço, vide Ord. lib. 1. tit. 78. Coll. 1. n. 2.

(h) Non tamen requiritur illius delatoris remissio, qui tanquam quilibet de populo crimen detulit, ut ait Portug. de Donat. p. 2. cap. 18. n. 15. Et an idem sit dicendum, quando Officialis denuntiat? idem Portug. à n. 16. cum seqq., & in n. 30. probat non esse necessariam partis remissionem in indulto pro bono pacis, & in utilitatem publicam.

Et nota, quòd in crimine, cui solo jure positivo imponitur supplicium, non est necessaria partis remissio ad consequendam veniam; Matth. de Regim. Regn. cap. 2. §. 1. à n. 105.

Nota etiam, quòd per hoc nomen parte intelligitur ille, qui damnus, aut injuriam patitur ex delicto, licet non accuset; Ord. liv. 5. tit. 137. §. 2. in fin., Portug. d. cap. 18. n. 14. & 44., Larrea dec. 26. n. 6. cum multis.

Et an denuntiator sit pars, vide Amay. in L. 1. Cœd. de Pen. fiscalib. à n. 74., Fermosin. alleg. Fiscal. 12. n. 8., Larream dec. 27., Portug. de Donat. d. cap. 18. ex n. 15.

Ad verb. De todas as partes: vide sequentem Notam Senatoris Sardinha: Ibi: De todas as partes; aindaque se-jão ausentes. E como se entendão todas as partes, vide Ord. lib. 5. tit. 131. §. fin. até o segundo grão; e em Março de 1627. reyo Carta, que se visse na Casa da Supplicação huma Consulta do Chancellér da India, se valia o perdaõ dado nella, sem perdaõ de alguma parte, que estivesse neste Reyno, visto o costume, que havia na India, de se perdoarem, e a Ord. liv. 5. tit. 124. §. 9., que manda correr o livramento, quando a parte está fóra destes